



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS
MIDIÁTICAS
MESTRADO ACADÊMICO

LAIANNA MAIARA JANUÁRIO ALVES

Impacto da indústria cultural no ciberativismo sobre aborto no Brasil: a disputa de narrativa acerca do caso de aborto infantil induzido na cidade do Recife em agosto de 2020

JOÃO PESSOA/PB
2022

LAIANNA MAIARA JANUÁRIO ALVES

Impacto da indústria cultural no ciberativismo sobre aborto no Brasil: a disputa de narrativa acerca do caso de aborto infantil induzido na cidade do Recife em agosto de 2020

Texto a ser submetido a defesa do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Comunicação. Orientação do Professor Doutor Diogo Lopes de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Mídia e cotidiano

JOÃO PESSOA/PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474i Alves, Laianna Maiara Januário.

Impacto da indústria cultural no ciberativismo sobre aborto no Brasil : a disputa de narrativa acerca do caso de aborto infantil induzido na cidade do Recife em agosto de 2020 / Laianna Maiara Januário Alves. - João Pessoa, 2022.

173 f. : il.

Orientação: Diogo Lopes de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Comunicação - Indústria cultural. 2. Ciberativismo. 3. Aborto legal. 4. Politização. 5. Despolitização. I. Oliveira, Diogo Lopes de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA
LAIANNA MAIARA JANUÁRIO ALVES

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, realizou-se na sala quatrocentos e dois, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: “Indústria cultural e ciberativismo: análise de conteúdo comparativo entre @direitaoficial e @seremosresistência sobre caso de aborto infantil realizado na cidade do Recife em agosto de 2020”, apresentada pela aluna Laianna Maiara Januário Alves, Bacharel em Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM COMUNICAÇÃO, área de Concentração em Comunicação e Culturas Midiáticas, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Thiago Pereira Falcão, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O Prof. Dr. Diogo Lopes de Oliveira (PPGC/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte as Professoras Doutoras Glória de Lourdes Freire Rabay (UFPB) e Máira Fernandes Martins Nunes (UFCG). Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prof. Dr. Diogo Lopes de Oliveira, convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra à mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi argüida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de argüição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADA. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Diogo Lopes de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Diogo Lopes de Oliveira (Secretário ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 22 de julho de 2022.


Prof.ª. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay


Prof.ª. Dra. Máira Fernandes Martins Nunes


Prof. Dr. Diogo Lopes de Oliveira
Presidente da Banca

AGRADECIMENTOS

Essa foi a coisa mais difícil que eu já fiz. Não sei se a melhor, a mais bem acabada, mais audaciosa ou diferente. Mas, com certeza, a mais difícil. Ingressei nesse mestrado tentando me encontrar numa possível carreira acadêmica e me perdi até de mim mesma. Nunca soube quão desafiador era participar de um programa de mestrado, quem dirá um sem bolsa, sem grandes apoios institucionais, com perseguições e com pandemia. Desafiador é pouco, isso foi uma prova de resistência mental.

Contudo, houve alguns escapes imprescindíveis para que eu não desistisse de tudo e conseguisse concluir a maior pesquisa que já realizei até hoje. Lembro que nos agradecimentos do Trabalho de Conclusão de Curso cheguei a citar 55 nomes de pessoas muito importantes que me acompanharam e cresceram na graduação em Jornalismo. Aqui na dissertação a lista será bem mais curta, mas infinitamente mais intensa.

O primeiro agradecimento vai a Diogo Lopes de Oliveira que, mais do que um orientador, foi um salvador para o desenvolvimento desta pesquisa quando nem eu mesma acreditava mais em mim. Ele assumiu um trabalho e uma briga sem nem me conhecer e contribuiu para o crescimento quanti-qualitativo desta dissertação em uns 300%. Diogo, você pode até não ser literalmente um anjo assim como minha mãe te chama, mas você é sim – e disso eu não tenho como ter dúvidas – um educador gigante. Obrigada por ter entrado na minha vida.

A Gustavo Guedes Pinto, meu companheiro de tantos momentos bons e de tantas batalhas. Na fase de escrita da minha dissertação, você não somente abria as portas da sua casa para me oferecer um ambiente de paz, como era a minha própria casa e minha paz. Você esteve presente e enxergou minhas qualidades até nos meus momentos de maior vulnerabilidade quando esse mestrado, também, me fez não me enxergar e me perder de mim. Obrigada por ser presença e escape de uma rotina tão solitária e entediante. Enfim, obrigada pelo cuidado, atenção e amor.

A Laíla Alana, que também abriu as portas da sua casa para essa caçula tagarela, mesmo amando mais do que tudo a paz e o silêncio de morar sozinha. Além disso, você também me carregou para chapar de endorfina na academia ao longo deste ano, tornando a repulsa da musculação em um momento da família, da concentração no presente e do

desenvolvimento de disciplina comigo mesma. Que honra é ser irmã dessa garota fitness e maior ministra da cultura de João Pessoa.

Agradecimento mais do que óbvio agora aos meus pais. Além de me colocarem no mundo, vocês me trouxeram até aqui ensinando muito o poder da educação e o quanto ela pode ser transformadora. Além disso, vocês foram o suporte financeiro para que eu pudesse me dedicar quase que exclusivamente a este trabalho nessa realidade retrógrada de Brasil 2022 (porque eu me recuso a registrar o nome do desgovernante deste país aqui), onde toda a pesquisa científica recebe menos verba do que os auxílios a familiares de militares. Esse é um privilégio de poucos, mas é sempre bom lembrar que o acesso e permanência na educação não é privilégio, é direito. Gratidão, Cides Alves e Giovanna Cristina. E um adendo para esta última. Eu só ingressei e permaneci nesse mestrado por conta de você, mainha. Você foi a primeira da família a se tornar Mestra e mostrar que esse era um caminho possível, para agora eu conseguir ser a segunda. A representatividade, o exemplo e a força dessa mulher, não está escrito. Nenhuma de nós sabíamos que seria tão difícil. Bem, ao menos eu não sabia. Mas foi, passou, e agora eu sou só alívio e gratidão.

Tiveram também pessoas que, se não deixaram esse processo de pós-graduação mais fácil, ao menos me tranquilizaram ouvindo minhas queixas do mestrado (e da vida) e acalmaram meu coração compartilhando as experiências delas, as dicas do que fizeram/estavam fazendo, do que eu poderia fazer e, principalmente, a certeza de que muitas aflições e preocupações não eram exclusividades minhas. Esse obrigada vai às minhas amigas mestradas e Mestres: Elizabeth Souza, Marianne Estrela, Luana Oliveira, Ana Flávia Nóbrega, Natália Alves e Bárbara Cunha.

Também tem mais uma lista de amigos que merecem destaque: Beatriz Lauria, Cecília Barreto, Fernanda Souza, Luiza Ramalho, Luma Deneb, Matheus Amorim, Matheus Lima, Raiane Sena, Renan Caldas e Thainá Camilo. Mesmo sem experienciar - e talvez até sem compreender ao fundo - o que é o processo de mestrado, mais perto ou mais longe vocês se fizeram presentes na escuta ativa, no afago, nos conselhos e na diversão (porque ninguém é de ferro). Obrigada e obrigada!

Tal qual meus amigos e familiares, quem me ouviu, guiou e também merece um parágrafo especial é a dona Mayara Monique, minha psicóloga. O que era para ser um cuidado pessoal depois de mais de um ano de pandemia, se tornou um dos suportes primordiais para tudo que ainda viria na minha vida e eu nem imaginava. Mayara, ter tanta

identificação com você como mulher, negra, jovem e acadêmica e contar com a abertura em me ouvir, me validar, chamar a atenção e trazer a calma que meu imediatismo muitas vezes não me permite ter foi fundamental. Eu sei que você sabe que foi, mas eu queria deixar registrado e que todo mundo soubesse. Façam terapia (e bebam água)!

Outro obrigada imprescindível vai para Olímpio Moraes. Doutor com doutorado, médico obstetra, professor e, sem dúvidas, um guerreiro. Não vejo muito palavra melhor para descrevê-lo do que essa, pois a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos – inclusive para aqueles que já são garantidos por lei – é, constantemente, um campo de batalha. Olímpio dedica seu tempo, conhecimento e disponibilidade nesta causa há décadas e não hesitou nenhum momento em se dedicar ainda mais, me concedendo uma entrevista para compartilhar sua experiência e estudo por uma hora e meia em plena sexta-feira. Obrigada por enriquecer tanto a minha pesquisa.

Por fim, mas de longe menos importante, gostaria de agradecer à banca examinadora que gentilmente aceitou este trabalho, com a função nada simples de uma leitura atenta e cuidadosa. Além de um obrigada ao orientador como membro nato, devo acrescentar também: Obrigada Máira Nunes, por se fazer presente nesse momento, mesmo sem nunca ter me visto ou falado diretamente comigo. Obrigada Glória Rabay, por me impulsionar de novo neste universo acadêmico. Toda lapidação desta obra se deve às suas preciosas contribuições.

[...] ao reprimir as mulheres, as classes dominantes reprimiam de forma ainda mais eficaz o proletariado como um todo. Instigavam os homens que foram expropriados, empobrecidos e criminalizados a culpar a bruxa castradora pela sua desgraça e a enxergar o poder que as mulheres tinham ganhado contra as autoridades como um poder que as mulheres utilizariam contra eles.

(Silvia Federici)

RESUMO

Este trabalho analisa o episódio de aborto da menina K., de 10 anos, realizado na cidade do Recife, em agosto de 2020. Este caso conteve componentes presentes em vários debates na sociedade: o direito reprodutivo, a assistência médica pública, o direito à privacidade, a tutela sobre menores em risco social, a interferência da religião e, notadamente, o impacto nas redes sociais e os desdobramentos sócio-políticos decorrentes do debate travado no ciberespaço. Esta dissertação tem por objetivo geral compreender como a indústria cultural age sob o ciberativismo, politizando ou despolitizando as opostas defesas acerca do aborto legal em caso de estupro: contra a realização do procedimento e a favor do direito da gestante. A metodologia parte da construção de uma análise de conteúdo comparativa entre dois perfis de Instagram: o @direitaooficial e @seremosresistencia. Foram identificadas e selecionadas palavras de unidade de registro para a realização da análise de conteúdo e da comparação, seguindo-se da enumeração da presença (ou ausência) de tais unidades de registro e interpretação da unidade de contexto. A compreensão do tema do aborto legal no Brasil, da indústria cultural e sua influência na legitimação do *status quo*, bem como a referência analítica do contexto sócio-histórico apontado pelo materialismo dialético, serviram de “pano de fundo” para uma melhor compreensão dos posicionamentos relativos ao tema tratado. Os resultados apontam para uma dualidade entre politização e despolitização dos temas tratados, mesmo que estes envolvam ações políticas, com engajamentos sociais de vários atores individuais e grupais, quer seja nos sites de redes sociais ou em outras atividades fomentadas a partir delas.

Palavras-chave: Indústria cultural; ciberativismo; aborto legal; politização; despolitização.

ABSTRACT

This work analyzes the abortion episode of the girl K., carried out in the city of Recife in August of 2020. This case contained components present in several debates in society, namely: reproductive rights, public health care, the right to privacy, the protection of minors at social risk, the interference of religion and—notably—the impact on social networks and the socio-political consequences arising from these debates held in cyberspace. This dissertation's general objective is to understand how the cultural industry acts under cyberactivism. Specifically, how cyberactivism contributes to politicizing or depoliticizing the opposing arguments about legal abortion in cases of rape. The methodology used is based on the construction of a comparative content analysis between two Instagram profiles, @direitaoficial and @seremosresistencia. Registration unit words were identified and selected to carry out the content analysis and comparison. An additional method used is the enumeration of the presence or absence of such registration units and interpretation of the content unit. Understanding the issue of legal abortion in Brazil, the cultural industry, and its influence on the legitimacy of the status quo, as well as the analytical reference of the socio-historical context pointed out by dialectical materialism, served as a "background" for a better understanding of the positions relating to the topic dealt with. The results point to a duality between politicization and depoliticization of the themes dealt with, even if these involve political actions, with social engagement of various individual and group actors, whether in social networks or in other activities promoted by them.

Keywords: cultural industry; cyberactivism; legal abortion; politicization; depoliticization.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANIS	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
CISAM	Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros
DIU	Dispositivo Intrauterino
DM	Direct Message
DPU	Defensoria Pública da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBRASGO	Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia
HUCAM	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBROSS	Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde
IPPF	Federação Internacional de Planejamento Familiar/International Planned Parenthood Federation
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
MS	Ministério da Saúde
MSM	Mídia sem Máscara
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PAVIVI	Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNA	Pesquisa Nacional de Aborto
PPGC	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal

SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico comparativo entre as fontes de informação no Brasil	26
Figura 2 – Captura de tela do Google buscando o termo "família".....	52
Figura 3 – Captura de tela do Google buscando imagens por "tranças feias".....	53
Figura 4 – Captura de tela do Google buscando imagens por "tranças bonitas".....	53
Figura 5 – Captura de tela do Google buscando imagens por "lésbicas"	54
Figura 6 – Captura de tela do Google buscando imagens por "lésbicas negras" em junho de 2020	54
Figura 7 – Captura de tela do Google buscando imagens por "lésbicas negras" em junho de 2020	55
Figura 8 – Captura do Google Trends buscando pelo termo estupro em agosto de 2020.....	64
Figura 9 – Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo estupro em agosto de 2020	65
Figura 10 – Captura do Google Trends buscando pelo termo aborto em agosto de 2020	65
Figura 11 – Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo aborto em agosto de 2020	66
Figura 12 – Captura do Google Trends buscando pelo termo bebê em agosto de 2020	66
Figura 13 – Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo bebê em agosto de 2020	67
Figura 14 – Captura do Google Trends buscando pelo termo vida em agosto de 2020.....	67
Figura 15 – Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo vida em agosto de 2020	67
Figura 16 – Captura do Google Trends buscando pelo termo pró-vida em agosto de 2020 ..	68
Figura 17 – Captura do Google Trends buscando pelo termo gestação em agosto de 2020 ..	69
Figura 18 – Polly Oliveira mostra as publicações patrocinadas atreladas ao seu conteúdo e compartilhadas pelos seguidores com ela	75
Figura 19 – Gráfico da teoria de Castells	77
Figura 20 – Tabela das unidades de contexto e suas respectivas unidades de registro	116
Figura 21 – Publicação 1 do @direitaooficial	116
Figura 22 – Publicação 2 do @direitaooficial	117
Figura 23 – Publicação 3 do @direitaooficial	117

Figura 24 – Tabela das unidades de contexto, unidades de registro e sua frequência relacionadas às capturas de tela anteriores	118
Figura 25 – Publicação 1 do @seremosresistencia	119
Figura 26 – Publicação 2 do @seremosresistencia	120
Figura 27 – Publicação 3 do @seremosresistencia	120
Figura 28: Primeira publicação de um carrossel do @seremosresistencia	121
Figura 29: Segunda publicação de um carrossel do @seremosresistencia	122
Figura 30: Terceira publicação de um carrossel do @seremosresistencia	122
Figura 31: Carrossel informativo do @seremosresistencia	123
Figura 32: Tabela das unidades de contexto, unidades de registro e sua frequência relacionadas às capturas de tela anteriores do @seremosresistencia	124
Figura 33: Publicação 4 do @direitaooficial	124
Figura 34: Publicação 5 do @direitaooficial	125
Figura 35: Publicação 6 do @direitaooficial	125
Figura 36: Publicação 7 do @direitaooficial	125
Figura 37: Publicação 8 do @direitaooficial	126
Figura 38: Publicação 9 do @direitaooficial	126
Figura 39: Publicação 10 do @direitaooficial	126
Figura 40: Publicação 6 do @seremosresistencia	127
Figura 41: Publicação 7 do @seremosresistencia	128
Figura 42: Publicação 8 do @seremosresistencia	128
Figura 43: Publicação 9 do @seremosresistencia	129
Figura 44: Publicação 10 do @seremosresistencia	130
Figura 45: Publicação 11 do @direitaooficial	131
Figura 46: Publicação 11 do @seremosresistencia	132
Figura 47: Publicação 12 do @direitaooficial	132
Figura 48: Publicação 13 do @direitaooficial	133
Figura 49: Publicação 14 do @direitaooficial	133
Figura 50: Publicação 12 do @seremosresistencia	134
Figura 51: Publicação 13 do @seremosresistencia	135
Figura 52: Publicação 14 do @seremosresistencia	135

Figura 53: Gráfico em barras com unidades de registro e de contexto presentes no perfil @seremosresistencia	137
Figura 54: Gráfico em barras com unidades de registro e de contexto presentes no perfil @direitaoficial	138

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 MÉTODOS DE PESQUISA	22
2.1 Episteme: o materialismo histórico dialético	22
2.2 Tipos de pesquisa e justificativas das escolhas metodológicas	25
2.3 A análise de conteúdo	32
3 INDÚSTRIA CULTURAL	35
3.1 Breve compreensão de alienação e ideologia	41
3.2 Indústria cultural na internet	48
3.3 O processo comunicacional	60
3.4 O ciberativismo	62
3.4.1 Surgimento e características dos movimentos ciberativistas segundo Castells	73
4 CONJUNTURA POLÍTICA SOBRE O BRASIL	79
4.1 Cenário político brasileiro	79
4.2 O processo de despolitização	84
5 CONJUNTURA POLÍTICA SOBRE O ABORTO	87
5.1 O aborto e a hegemonia econômica e ideológica no trabalho reprodutivo	87
5.2 Cenário político brasileiro sobre o aborto legal	92
5.3 O caso analisado: a menina K.	106
6 RESULTADOS: ANÁLISE DOS POSTS	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	152

1 INTRODUÇÃO

A justificativa pessoal para a construção dessa dissertação surge muitos anos antes do processo desta escrita em si. Desde o meu ingresso na graduação de Jornalismo, em 2014, fui me construindo enquanto pesquisadora em sequenciais projetos de monitoria, pesquisa e extensão em vários departamentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como no Departamento de Educação, Ciências Sociais, Ciências Jurídicas e do Jornalismo. Apesar de ter me interessado e atuado em diversas áreas, o estudo sobre o processo comunicacional, a cibercultura e seus impactos políticos, sobretudo quanto à temática de gênero, sempre estiveram presentes.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa no Mestrado, portanto, não seria diferente. Desde o projeto inicial pretendia compreender os efeitos da prática ciberativista para formação e informação das integrantes de extensões da UFPB que trabalhavam diretamente com as questões de gênero.

Contudo, apenas uma semana após a matrícula no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas (PPGC), o mundo foi atropelado por uma pandemia que virou pelo avesso o modo de funcionamento da sociedade. O isolamento social foi uma das primeiras medidas de prevenção que se teve conhecimento a ser colocada em prática. A princípio, parecia um cuidado de poucas semanas, mas perdurou por meses, em quase todo o processo de realização desta pesquisa. As aulas presenciais se tornaram inviáveis, assim como as reuniões do grupo de extensão da universidade e, conseqüentemente, minha pesquisa de campo. Assim, sem poder escolher, foi necessário reconstruir planos, rotinas e buscar outras possibilidades diante do, até então, novo cenário. Optou-se, então, pela realização de uma pesquisa documental, analisando as mensagens de alguma prática ciberativista na própria rede social digital, o que permitiria um campo possível de inserção e estudo, devido às novas regras sanitárias.

No interino deste processo, ainda durante o segundo semestre com aulas e ainda também sem um objetivo específico para servir como base do estudo, um caso de aborto tomou grande repercussão nacional em agosto de 2020. Tratou-se de um procedimento legal, uma vez que a mãe se tratava de uma criança de apenas dez anos, vítima de estupro de

vulnerável¹ praticado pelo tio desde os seis. O aborto em caso de estupro é garantido na constituição brasileira desde 1940 e a divulgação de dados de menores de idade é vedada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda assim, informações pessoais sobre a criança foram publicadas nos sites de redes sociais e o acesso a seu direito reprodutivo foi negado em dois hospitais.

O primeiro, o Hospital Roberto Silveiras em São Mateus, município onde a menina morava e deu entrada com dores. Lá, a 220 km de Vitória, ela teve sua gravidez descoberta e abusos denunciados pela própria barriga. Este primeiro hospital de pequeno porte acusou-se de não ter capacidade para o procedimento de interrupção e encaminhou a criança gestante à capital capixaba, indo direto ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam) vinculado à Universidade Federal do Espírito Santos (UFES). Este foi o segundo hospital que se negou a fazer a retirada do feto, justificando-se pela gestação já ter ultrapassado as 20 semanas estabelecidas como limite ideal para a interrupção na Norma Técnica sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes.

Neste contexto, uma grande mobilização de diferentes defesas sobre o caso de aborto se alastrou no país, fossem elas constitucionais ou não. De um lado, havia manifestantes contra a realização do aborto. Do outro, houve pessoas lutando pelo direito reprodutivo da mãe. Em ambos, boa parte das mobilizações e da repercussão do caso se deram na internet, que é considerada por Silva (2017) a expressão máxima da indústria cultural.

A indústria cultural é, antes de tudo, um negócio que tem seu sucesso condicionado a empréstimos e fusões da cultura, da arte e da distração, subordinando-se totalmente às finalidades de lucro e da obtenção de conformidade ao *status quo* (DUARTE, 2003). O termo "indústria cultural", que adquire um papel relevante nesta pesquisa, foi teorizado pela escola de Frankfurt, a qual foi influenciada pelos conceitos marxistas de alienação, história e conflito, com uma abordagem diretamente voltada para os aspectos sociopolíticos e econômicos dos processos de comunicação (MARTINO, 2001).

Já a mencionada mobilização e divulgação do caso na internet é compreendida aqui como ativismo digital ou ciberativismo. Este movimento objetiva trocar informações e

¹ Conforme o artigo 217-A do Código Penal, o estupro de vulnerável consiste em todo e qualquer ato libidinoso com menor de 14 anos ou com pessoas que não tem o necessário discernimento para a prática do ato, seja por deficiência física ou mental, ou que não possa oferecer resistência.

articular movimentos entre pessoas e organizações do mesmo campo de atuação, a fim de promoverem pressões mais amplas, seja no governo ou na sociedade civil.

Com efeito, a presente dissertação tem por objetivo geral construir uma análise de conteúdo entre dois perfis de Instagram, plataforma escolhida por ser, no Brasil, uma ferramenta de informação (Digital News Report 2020²), buscando responder - por meio das contas @direitaoficial e @seremosresistência - o problema de pesquisa: como a indústria cultural age sob o ciberativismo destas defesas opostas acerca do aborto legal em caso de estupro, produzidas nos perfis mencionados em agosto de 2020? Como objetivos específicos, pretende-se construir um comparativo de categorias analíticas escolhidas pela análise de conteúdo entre todas as catorze publicações do @direitaoficial sobre aborto e as catorze mais comentadas do perfil @seremosresistencia no mesmo período de agosto de 2020; analisar como o conteúdo ciberativista foi gerado e abordado; e, por fim, por meio da análise, construção bibliográfica e entrevista semi-estruturada com o médico Olímpio Moraes - responsável pela maternidade em que finalmente ocorreu a interrupção gestacional da menina - compreender se o conteúdo construído politiza ou despolitiza.

Esta dissertação é dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo, é o metodológico, abordando os “Métodos de pesquisa”, apresenta os caminhos que orientaram a realização da pesquisa. Ele está dividido em três seções, sendo a primeira "Episteme: o materialismo histórico dialético" e a segunda "Tipos de pesquisa e justificativas das escolhas metodológicas”. Já a terceira trata do tema “A análise de conteúdo”, que por sua vez explicita a técnica de análise de conteúdo escolhida para o desenvolvimento desta dissertação. Para realizar este trabalho a partir das categorias analíticas da técnica de pesquisa selecionada foram escolhidas as palavras unidade de registro para a construção da análise de conteúdo e da comparação. A partir de então é que pode ser feita a enumeração da presença (ou ausência) de tais unidades de registro e interpretação da unidade de contexto.

"Da indústria cultural ao ciberativismo: nosso aporte teórico" é o segundo capítulo que dá início à construção bibliográfica em que se baseia esta dissertação. Ele se divide em cinco seções: "A indústria cultural", remontando à origem e entendimento do termo e "Breve compreensão de ideologia e alienação", explicitando conceitos que foram fundamentais para a construção do entendimento da Indústria Cultural assim como desta dissertação, são as

² Disponível em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf>. Acesso em 12 mai 2022.

primeiras duas seções. Na terceira, "A indústria cultural na internet", é discutido como o processo de criação de produtos culturais com a popularização da internet e intensificação da globalização reacende a teoria da indústria cultural. O quarto subtópico "O processo comunicacional" discute, a partir da teoria do sociólogo Dominique Wolton (2010), a incomunicação presente no excesso de informação disparado no ciberespaço. O quinto e último denominado "O ciberativismo" explica o processo do ativismo digital, focando posteriormente em uma subdivisão com o "Surgimento e características do ciberativismo segundo Manuel Castells".

O terceiro capítulo, "Conjuntura política brasileira" desenvolve - respectivamente em sua primeira e segunda seção - um aporte teórico quanto ao "Cenário político brasileiro", desde o caminho da ascensão da direita no país a partir das Jornadas de Junho de 2013³, e "O processo de despolitização", presente na manutenção do *status quo* das pessoas, enquanto objeto, e não como sujeito consciente e político da realidade em que vive, logo cabível de transformar sua realidade social.

Seguindo a compreensão do cenário social e adentrando no objeto da pesquisa, surge o quarto capítulo intitulado "Conjuntura política sobre a pauta do aborto". Este, é subdividido em três seções. A primeira, "O aborto e a hegemonia econômica e ideológica no trabalho reprodutivo", traça uma conversa entre a realidade material com base na ideologia de exploração e lucro quanto ao trabalho doméstico e de reprodução. O "Cenário brasileiro sob o aborto legal" é a segunda seção e tem como proposta realizar um breve levantamento histórico da discussão sobre a realização do aborto em casos já regulamentados na lei brasileira. Por fim, a seção "O caso analisado sob a ótica da nossa entrevista com Olímpio Moraes", que situa, para além do que foi noticiado nos jornais, o procedimento que mesmo sendo legal e seguro no país há pelo menos oito décadas, dividiu opiniões e impactou tanto a sociedade brasileira com seus meios de comunicação massivos e órgãos do judiciário, quanto a vida de uma criança.

Por fim, o quinto e último capítulo denominado "Resultados: a análise de conteúdo" apresenta a análise de conteúdo propriamente dita e as discussões construídas a partir da

³ Série de manifestações que ocorreram em Junho de 2013 em dezenas de cidades brasileiras. Essas mobilizações se iniciaram com um protesto estudantil, em resposta a um brusco aumento de vinte centavos na tarifa das passagens de ônibus. Entretanto, logo elas se espalharam com a chamada "não é só R\$0,20, é por direitos", gerando, posteriormente, uma multiplicidade de pautas.

categorização de palavras-chave, elaboradas e analisadas sob a ótica do referencial teórico adotado. Para conclusão do trabalho, apresentamos ainda as considerações finais, as referências utilizadas e a transcrição completa da entrevista com Olímpio Moraes nos apêndices da pesquisa.

2 MÉTODOS DE PESQUISA

Começamos essa pesquisa pelo começo: como ela foi construída? Os métodos são, para Kaplan (1969, p. 25) “técnicas suficientemente gerais para se tornarem comuns a todas as ciências ou a uma significativa parte delas”, sendo possível inferir que método tem sentido mais abrangente, ao passo que a técnica é mais específica. Pela definição de Richardson (1999, p. 22), método é “o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo” e se distingue da metodologia, já que esta é o conjunto de “procedimentos e regras utilizadas por determinado método”. Portanto, a fim de compreender os caminhos metodológicos para esta pesquisa, apontam-se aqui quais as técnicas e métodos específicos utilizados.

É válido ressaltar que todos os procedimentos metodológicos foram escolhidos de acordo com os objetivos do trabalho. Para compreender o contexto, uso e problematizações de como a indústria cultural age sob o ciberativismo temos uma episteme dialética e baseada na realidade material. Desse modo, para entender essa relação especificamente acerca do aborto legal em decorrência de estupro, foi escolhido um caso simbólico e de massiva repercussão na opinião pública brasileira a fim de representar a compreensão social e o impacto da discussão no ciberespaço sobre a interrupção gestacional já prevista na lei brasileira desde 1940.

O episódio ocorrido em agosto de 2020 gerou grande debate social em duas defesas opostas, uma autodenominada pró-vida e a outra em defesa da autonomia da mulher sobre o seu próprio corpo. Assim, mostrou-se relevante realizar uma entrevista semi-estruturada com o médico Olímpio Moraes Filho, responsável pelo Hospital Universitário Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, localizado na cidade do Recife, Pernambuco, onde foi realizado o procedimento. Além desta ferramenta de pesquisa, construiu-se um comparativo de categorias analíticas entre as ideologias opostas quanto ao aborto legal, baseada na *análise de conteúdo* a partir da coleta documental de dados em dois perfis no Instagram. Os perfis @direitaoficial e @seremosresistencia foram escolhidos para a análise de como o conteúdo ciberativista foi abordado e repercutido naquele agosto de 2020, por serem as contas que mais abordaram o assunto no referido mês.

2.1 Episteme: o materialismo histórico dialético

Tanto Kaplan (1969) quanto Richardson (1999) trazem um questionamento nas suas obras sobre a relação entre a realidade objetiva e as tentativas para compreendê-la e representá-la no conhecimento. E esta preocupação é própria de um determinado método, o

dialético que, por isso, é considerado por Demo (1980, p. 88) como o método “mais conveniente para a realidade social”.

Para a compreensão do que estaria por trás do aparente, o método dialético chama a atenção para os processos sociais que levam ao fetichismo. De acordo com Duarte (2004, p. 9) “[...] as pessoas só vêem aquilo que está imediatamente presente e não conseguem analisar o fato imediato à luz da totalidade social. O fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianidade alienada [...]”.

Para o materialismo histórico dialético, o processo de apreensão do mundo empírico com o contexto da investigação é apenas a manifestação fenomênica da realidade particular em suas significações individuais, ou seja, se desenvolvem à aparência do próprio fenômeno. Fundamentado neste princípio marxiano, Kosik (1976) prega que “a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua *pseudoconcreticidade* (concreticidade aparente), não se revelando de modo imediato, mas sim, pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais”.

Dessa forma, a base epistemológica desta dissertação é o materialismo histórico dialético, o método de compreensão sobre a realidade para além do fenômeno. Enxerga a existência dos seres humanos dentro de um contexto histórico, de acordo com as relações materiais da sociedade humana e promovendo ação para transformação.

Partindo para o conceito de dialética, Giane Vargas Escobar (2017) apresenta a historicidade desta palavra remontando-a a Platão, que utilizava “dialética” como a “arte do diálogo”. De acordo com Escobar (2017, p. 190), a compreensão sobre dialética sai de um sinônimo de *lógica formal* na Idade Média e se expande no século XVII, indo além da noção de argumentação e abrangendo as “contradições que se dão na realidade e não apenas no transcurso de um debate”. Como explicita Raymond Williams,

Para Kant, a crítica dialética mostrava o caráter reciprocamente contraditório dos princípios do conhecimento quando esses eram estendidos às realidades metafísicas. Para Hegel, tais contradições eram superadas, tanto no pensamento como na história mundial [...]; o processo dialético era, portanto, a unificação contínua dos opostos, na complexa relação das partes com o todo. Uma versão desse processo — a famosa tríade tese, antítese e síntese — foi elaborada por Fichte (WILLIAMS, 2007 [1983], p.141-142).

Tem-se então a dialética como um movimento. De acordo com Sabrina Fernandes (2020, p. 63), a dialética “não pode ser pinçada e examinada sob um microscópio”. É necessariamente histórico e social. Um movimento vivo que impede uma análise de um fenômeno social separado do seu contexto e dos demais fenômenos em que está relacionado. Nas palavras de Fernandes (2020, p. 66), “na história, não é possível ter duas panelas de caramelo no fogo e se concentrar em mexer apenas uma, como se a outra não fosse empedar e queimar no processo” – e assim se transformar em outro fenômeno.

Para Marx (2013), o processo de conhecimento no materialismo histórico-dialético, acarreta na *investigação* da realidade, na busca de conhecer sua essência, para além de suas manifestações do fenômeno e na *exposição*, por meio do pensamento crítico do movimento real do objeto, ou seja, da essência que o constitui. Segundo o filósofo, é pelo materialismo dialético que se compreende também o resultado do “metabolismo homem-natureza” (MARTINS; LAVOURA, 2017, p. 14) gerado pela atividade humana em sua complexidade e movimento. "O desafio, portanto, é prático e teórico, pois os conflitos metodológicos, por exemplo, só podem ser resolvidos se a teoria puder intervir e se a prática for compreendida para além de experiências particulares" (FERNANDES, 2017, p. 66).

Desse modo, para mudar a realidade não basta apenas ideias diferentes. É necessário que se construa condições, entendendo que elas não se fazem em uma bolha. Como já dito, as condições de mudança ocorrem no movimento histórico, que não é determinista, mas é determinante. Assim, os fatos que ocorrem hoje não são somente fatos, eles surgem de relações históricas complexas. E esse movimento histórico é dialético, uma vez que, não necessariamente, fato X + fato Y desencadeará no fato Z.

Na indústria cultural, como veremos em profundidade no capítulo 3, há o procedimento indicial [de indicação] nos veículos desta indústria, operando com signos indiciais para a consciência indicial que só revela aquilo que já foi constatado (COELHO, 1988). Como explica Teixeira Coelho (1988, p.73):

Basicamente, através da multiplicação não de informações mais de trechos de informações [...]. E essas informações não revelam aquilo que eles estão por traz, mas servem exatamente para ocultar o que representam; servem para interpor-se entre o receptor e o fato, e não para abreviar o caminho entre ambos. No máximo, dão do objeto algumas “qualidades indicativas”, como já se disse, que eventualmente revelam alguma propriedade desse objeto, dando ao receptor a impressão de conhecê-lo através disso - quando na

verdade esta propriedade é quase sempre acidental, superficial. (COELHO, 1988, p.73 e 74)

Por isso mesmo, conforme Fernandes (2020, p. 71), “transformar radicalmente o mundo é uma tarefa tão pesada, já que enfrenta desafios imediatos e as estruturas em si”. Em uma estrutura de produção cultural em formato industrial, é difícil serem disponibilizadas pouco mais do que pequenas brechas na promoção do saber crítico em um processo comunicacional (COELHO, 1988; SILVA, 2017).

Discorrer sobre o materialismo dialético e os eventos sociais embasados nessas estruturas, atualmente, de desigualdades, não é reduzir a nada as ações individuais de resistência e mudança. Conforme Castells (2017, p. 27), "a questão-chave para esse entendimento é quando, como e por que uma pessoa ou uma centena de pessoas decidem, individualmente, fazer uma coisa que foram inúmeras vezes aconselhadas a não fazer porque seriam punidas". Há certa liberdade para práticas individuais, mas essas atitudes não geram por si só modificações nas estruturas. De acordo com Sabrina Fernandes (2020, p. 69) “não somos subordinados a uma engrenagem que determina por completo nossa vida por fora [...]. Temos escolhas, mas alguns têm mais escolhas que outros - e o leque de escolhas varia também”.

É por isso que o materialismo histórico se debruça em como as estruturas embasam a materialidade da vida, impedindo ou gerando condições para as escolhas do presente e do futuro (FERNANDES, 2020, p. 69). Como exemplo de estruturas existem gênero e classe, que não são meros recortes, mas sim bases de desigualdade presentes inclusive no debate do caso do aborto legal fruto do estupro de vulnerável.

2.2 Tipos de pesquisa e justificativas das escolhas metodológicas

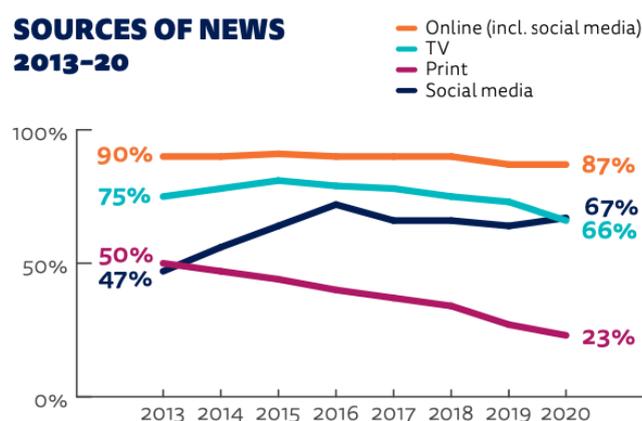
Esta pesquisa é *exploratória* quanto ao objeto em estudo de caso, *qualitativa* quanto à abordagem, *bibliográfica* e *documental* (contando com entrevista semiestruturada e postagens de Instagram) quanto à coleta de dados, e, para analisar as informações apreendidas e agrupadas, tem-se a *análise de conteúdo*.

Justifica-se a escolha de análise das redes sociais por serem a expressão máxima da indústria cultural (SILVA, 2017). Optou-se pela plataforma do Instagram por esta ser, no

Brasil, uma ferramenta de informação. É o que aponta o levantamento Digital News Report 2020⁴ da Reuters Institute que pesquisou em 12 países a forma e confiabilidade de como os usuários consomem notícias em diferentes plataformas. Em todos os países analisados, o Instagram cresceu de 3%, em 2014, para 36%, em 2020, no quesito popularidade e, especificamente quanto a busca de notícias, a ascensão de usuários ao redor do mundo que usam a plataforma com essa finalidade foi de 8%, em 2014, para 11%, em 2020. Contudo, o Brasil se destaca na primeira posição da média global, pois 30% dos entrevistados brasileiros relataram fazer uso do Instagram para consumir informações. Em países como Estados Unidos da América, Alemanha e Inglaterra, esse percentual não passa dos 8%.

De acordo com o levantamento Reuters Institute Digital Report 2020, naquele ano foi a primeira vez em que as redes sociais (67%) ultrapassam à TV (66%) quanto ao consumo de informações no Brasil. Mesmo que a vitória das plataformas tenha sido de apenas um ponto percentual, isso revela como a forma de consumir notícias já mudou. Por mais que a tendência de migração para o digital tenha sido acelerada na pandemia do COVID-19, não foi só o uso da televisão como canal para se informar que perdeu sua relevância. O uso de computadores também diminuiu, além da drástica queda pela metade desde 2013 no número de leitores de jornais e revistas impressos. O único canal de notícias que, de fato, ascendeu no Brasil foi o das redes sociais.

Figura 1: Gráfico comparativo entre as fontes de informação no Brasil



Fonte: Reuters Institute Digital Report 2020, página 90

⁴ Disponível em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf>. Acesso em 12 mai 2022.

Como objeto de análise, o caso de aborto legal da menina K. – ocorrido na cidade do Recife em agosto de 2020 – foi realizada uma pesquisa exploratória no Instagram por meio de *hashtags* e procura ativa entre os perfis políticos que produziram conteúdo sobre este caso mencionado. Após a busca, percebeu-se que os usuários @direitaoficial e @seremosresistência foram os perfis que mais abordaram o aborto da menina K. no mês em que ele ocorreu. O primeiro perfil defendeu, em catorze publicações, a manutenção da gravidez. Ao passo que o segundo apoiou, em 43 postagens, o direito de escolha da criança.

A análise do aborto da menina K. é considerada um estudo de caso, pois observa situações concretas em suas particularidades, ou seja, é um procedimento metodológico que tem como objeto uma unidade que se analisa detalhadamente. Por sua vez, Martino (2018, p. 209) corrobora a ideia ao expor que a centralidade no estudo de caso está em sua profundidade. “Deixando de lado qualquer perspectiva panorâmica, o foco é sobre uma única situação procurando verificar todos os aspectos envolvidos para, a partir daí, elaborar sua análise”.

Martino (2018) também afirma que o estudo de caso é exemplar no sentido de ser representativo da situação que se busca analisar, e não um mero exemplo. Se construir ou delimitar o objeto é o problema em outras metodologias, no estudo de caso o dilema é, também, encontrá-lo. De acordo com este pesquisador (2018, p. 212), “Um caso pode se tornar objeto de estudos de uma pesquisa de acordo com dois critérios contraditórios: se ele for muito comum e, portanto, altamente representativo de uma situação, ou se ele for tremendamente incomum, e, por isso mesmo, chamar a atenção.” Pelas características particulares do caso é possível compreender o que acontece em outros.

é a noção de representatividade, decisiva para a escolha do caso a ser estudado. Um caso é representativo quando muitos outros poderiam ser analisados, com resultados semelhantes. [...] A ideia de representatividade utiliza quase que um recurso metonímico em que a parte representa o todo. Porém, é muito importante ter em mente que os estudos de casos apontam, também, para particularidades de cada amostra. (MARTINO, 2018, p. 213)

O estudo de caso é um tipo de pesquisa que pode fazer uso de vários métodos para conseguir as informações e, desse modo, permitir a análise. Inclusive entrevistas, observações e análise de documentos (ou postagens), como é o caso dessa dissertação. Para a compreensão desse estudo de caso, o trabalho passa, assim, por uma pesquisa exploratória que, nas palavras de Gil (2002, p.41):

têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

Quanto à abordagem de pesquisa, nas palavras de Minayo (1994, p. 22) “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas”. A pesquisa qualitativa corresponde a um espaço mais profundo dos processos e dos fenômenos sociais. Considerando os objetivos da presente pesquisa, com construção de uma análise do conteúdo ciberativista que foi gerado e abordado, o nível da pesquisa qualitativa é, então, a abordagem mais indicada. Desta forma, é possível construir o comparativo de categorias analíticas escolhidas pela análise de conteúdo entre as catorze publicações do @direitaoficial sobre aborto e as catorze mais comentadas do perfil @seremosresistência no mês de agosto de 2020.

Apesar da classificação quanto ao objeto (exploratória) e à abordagem (qualitativa) desta pesquisa ser útil para o estabelecimento do marco teórico, Gil (2002, p. 41) complementa que "torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa", que seria o delineamento do desenvolvimento do estudo, com ênfase nos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados. O delineamento leva em consideração o local em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

A primeira coleta de dados em livros e artigos torna a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002, p. 44), "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas."

Também foram coletados dados sobre o conteúdo ciberativista nos próprios sites de redes sociais, caracterizando também a pesquisa em documental quanto aos seus procedimentos.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

Além da pesquisa documental não exigir contato com os sujeitos e ter baixo custo, já que a análise das publicações de Instagram exige apenas disponibilidade de tempo, ela apresenta outra grande vantagem: ser uma fonte rica de dados.

A pesquisa também se vale de estudos sobre o ativismo digital. O trabalho de Ruskowski et. al (2020), por exemplo, realiza uma revisão da literatura brasileira de 2010 a 2017 quanto às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com o ativismo e os movimentos sociais. Ele aponta uma tendência de apenas estudá-lo no campo da comunicação (e não também nas Ciências Políticas ou na Sociologia) e sempre com um teor de novidade.

Analisar a literatura a partir do foco proposto – sua relação com o conhecimento construído pelo campo de estudos de movimentos sociais – é particularmente importante para problematizar duas tendências negativas dos estudos dos processos de organização e mobilização social contestatória no país, as quais tendem a obstaculizar o acúmulo e o avanço do conhecimento. De um lado, observa-se uma agenda de pesquisa fortemente orientada pela conjuntura, com baixa capacidade de construção de problemas e hipóteses de pesquisa que se mantenham por períodos mais extensos. De outro lado, observa-se uma constante busca da “novidade” (PERRUSO, 2009), exemplificada na difusão da recente nomenclatura de “novíssimos movimentos sociais”, que enfatiza mudanças ao mesmo tempo que tende a desconsiderar continuidades em relação a mecanismos recorrentes na (re)produção das ações coletivas contestatórias (RUSKOWSKI et. al, 2020, p. 46)

Apesar deste trabalho seguir a tendência de se debruçar em uma análise de conteúdo de um assunto novo, que é o caso do aborto da menina K. realizado em agosto de 2020, a dissertação acrescenta ao debate a defesa e engajamento de ideias conservadoras no ciberespaço como uma prática ciberativista, uma vez que Castells (2017) aponta como ações ciberativistas apenas as das redes de mudança social, as quais ele chama de redes de contrapoder, ou seja, que não são conservadoras do poder dominante e vão, necessariamente, à oposição dele.

Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendem mudar, introduzindo nos programas das instituições, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social, por exemplo, entre redes pró-democracia e redes pela justiça econômica, redes voltadas para os direitos das mulheres, a conservação ambiental, a paz, a liberdade e assim por diante. (CASTELLS, 2017, p. 31)

Por fim, a última forma de coleta de dados foi a entrevista. Martino (2018, p. 155) define entrevista como “uma conversa orientada para busca de informações específicas relacionadas aos objetivos da pesquisa”. Esse método de coleta de dados é geralmente utilizado “quando objeto de pesquisa são opiniões, vivências ou experiências de pessoas a

respeito de um tema ou uma situação”. Isso se aplica exatamente a Olímpio Moraes, diretor da maternidade do Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), Hospital de Ensino da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e, portanto, responsável pelo procedimento da menina K. - que é o caso a ser analisado nessa dissertação - e tantas outras intervenções já previstas na legislação brasileira.

Olímpio foi o personagem escolhido a ser entrevistado a partir de um roteiro de perguntas formuladas em termos de assunto e de vocabulário, para que essa pesquisa pudesse conseguir informações sobre a prática do aborto legal do caso. Na sequência, foi realizado o primeiro contato. Por relação de confiança, as perguntas foram enviadas previamente com abertura para sugestões de mudanças ou exclusão, caso o entrevistado não se disponibilizasse a responder alguma. Isso não aconteceu e todas as perguntas pensadas previamente foram realizadas em uma entrevista semiestruturada, voluntariamente concedida via Zoom e captada em áudio e imagem. Esse recurso de captação de material audiovisual aconteceu de forma remota em atenção às medidas de atenção à saúde, estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a contenção do coronavírus, que desde março de 2020 afeta todo o planeta.

A chamada de vídeo foi a primeira vez em que entrevistadora e entrevistado se falaram simultaneamente, mesmo que por meio de tela. No início, foi apresentado o vínculo da pesquisadora com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB), bem como um pouco mais dos objetivos da entrevista para a pesquisa. Ainda assim, Olímpio quis conhecer um pouco mais da subjetividade de quem realizaria a entrevista e conduziu algumas perguntas pessoais.

Diversas matérias com ele já haviam sido lidas e assistidas, de modo que era fato conhecido que o entrevistado havia estudado na mesma rede de escolas que a pesquisadora, e esse foi o elo que aproximou os dois atores para além da pesquisa. Encontrar mais identificações em comum gerou aproximação e ainda mais confiança e abertura para o decorrer da entrevista. Assim que terminado esse momento inicial e conforme autorização, a captação de tela e áudio foi iniciada, transcrita⁵ e, conseqüentemente, analisada.

Pela entrevista semiaberta foi possível conhecer as ideias de Olímpio. Além disso, ele teve autonomia para realizar as próprias observações e mudanças de direcionamentos, mas sem esquecer o recorte da pesquisa. Conforme Martino (2018):

⁵ Este conteúdo pode ser encontrado na íntegra nos apêndices desta dissertação.

A entrevista semiestruturada não perde o foco, mas abre espaço para o entrevistado acrescentar elementos que não estavam previamente definidos. [...] As perguntas deixam um espaço para o entrevistado desenvolver ideias e mesmo propor tópicos paralelos. Com isso, a riqueza de informações aumenta - assim como o trabalho no momento de transcrever e analisar os dados. (MARTINO, 2018, pp. 157 e 158)

A entrevista durou uma hora e meia e foi dividida em quatro blocos, com duas ou cinco questões em cada um deles, de forma alternada. O primeiro bloco contava com cinco perguntas sobre a relação das redes sociais, divulgação de informação e o caso de aborto legal da menina capixaba; o segundo continha duas questões específicas acerca da movimentação presencial no dia do procedimento da menina de 10 anos; o terceiro bloco, novamente com cinco perguntas, interrogava sobre as implicações legais no aborto assegurado no Brasil; e, por fim, o bloco final continha duas questões quanto a prática do abortamento legal no Brasil e abertura de um espaço para o entrevistado fazer suas considerações finais.

Todas as 14 perguntas foram formuladas de modo que não pudessem ser respondidas com sim ou não, não direcionassem a resposta e mantivessem relação com outros tópicos da pesquisa. Conforme Martino (2018, p. 165), “Um bom roteiro de entrevista é aquele que mantém o foco da pesquisa e, ao mesmo tempo, consegue manter a flexibilidade diante do entrevistado. Afinal, se existe um momento em que a ética da pesquisa é colocada à prova, é a entrevista”. Desse modo, mesmo quando era possibilitada a liberdade de respostas amplas para Olímpio, elas sempre dialogavam com o bloco geral na qual estavam inseridas. Eventualmente era necessário fazer o que Helena Szymanski (2008) chama de questões de esclarecimento e questões de aprofundamento, levando determinados tópicos adiante para torná-los mais precisos ou desenvolvidos, que tão pouco desviaram do assunto.

As informações trazidas na entrevista a Olímpio Moraes sobre a realidade material de como ocorreu e ocorre hoje o aborto legal no país e, especificamente, sobre o episódio da menina K., foram utilizadas na construção de dois sub-capítulos do trabalho: "O cenário brasileiro sobre o aborto legal" e "O caso analisado sob a ótica da nossa entrevista com Olímpio Moraes". Intercalando outras referências com a fala do entrevistado, a primeira seção citada faz um aporte histórico de interrupção gestacional legalizada no Brasil. A segunda seção, por sua vez, resgata na fala de Olímpio mais detalhes para além do que foi noticiado nos jornais sobre o procedimento que é o próprio estudo de caso desta dissertação.

2.3 A análise de conteúdo

Estudada por Laurence Bardin (2016), a análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados qualitativos muito utilizada nas Ciências Humanas e Sociais. Em concepção ampla, ela se refere a um método para essas ciências, destinado a investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. Para Bardin (2016, p. 26), a grande “evolução” desse método nos últimos anos, diz respeito à superação da ênfase no aspecto quantitativo, pois o estudo de alguns pesquisadores “confundia objetividade e cientificidade com a minúcia da análise de frequências”. Ou seja, a “análise de conteúdo já não é considerada, exclusivamente com o alcance descritivo, antes se tornando consciência de que sua função ou seu objetivo é a inferência” (BARDIN, 2016, p. 27).

Desse modo, a análise de conteúdo é uma ferramenta para compreensão do que é escrito, falado ou mostrado. Nas palavras de Martino (2018, p. 218), "Não se trata de ignorar o contexto no qual toda e qualquer mensagem está inserida. A questão é o recorte interessado em compreender melhor o que está sendo dito". A função primordial da análise de conteúdo, portanto, é, segundo Bardin, o desvendar crítico, desmontando mensagens e revelando aspectos que em um primeiro momento passaram despercebidos (MARTINO, 2018, p. 218).

De acordo com Santos (2012), "uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados, pois ao contrário, ocupa-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação". Essa técnica, conforme Bardin, se divide em três etapas básicas: a etapa de organização de tudo o que será analisado, a de codificação e, por fim, a etapa de categorização.

Conforme Martino (2018, p. 221), "a primeira atividade da análise de conteúdo é olhar para o conteúdo tentando ver se alguma organização já aparece". Assim, a partir de uma primeira análise do material, foi escolhido se debruçar sobre todas as 14 publicações que versassem sobre o tema de aborto no perfil de Instagram “@direitaoficial”. Para análise das postagens do perfil “@seremosresistencia” foram escolhidas as 14 com mais comentários de um total de 43 publicações que faziam referência ao aborto da menina K.. A análise foi delimitada ao período de agosto de 2020 por conta da grande repercussão midiática, no qual o tema foi debatido nacionalmente. Na seção 3.5 será mostrada uma análise de busca relacionada ao tema na ferramenta do Google Trends. Seguindo as regras de pré-análise e organização proposta por Bardin (2016), o corpus da pesquisa foi construído na

(i) exaustividade, sugere-se esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte; (ii) representatividade, preocupa-se com amostras que representem o universo; (iii) homogeneidade, nesse caso os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes; (iv) pertinência, é necessário que os documentos sejam adaptados aos objetivos da pesquisa; e (v) exclusividade, um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria. (SANTOS, 2012).

A análise teve por objetivo inferir qual a mensagem das postagens. Para isso, foi importante fazer a análise morfológica da descrição do que estava sendo dito. De acordo com Martino (2018, pp. 221 e 222), "Isso permite saber o que está sendo analisado [para] [...] Posteriormente, identificar as unidades de análise e definir as categorias de análise". Ainda conforme o autor (2008, pp 218-219), "Vários trabalhos se beneficiam desse método para interpretar as mensagens da mídia, sobretudo no ambiente digital". Dessa forma, foi realizado o processo de codificação do material, que nada mais é do que tratá-lo.

A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto (BARDIN, 2016, p.133)

Para a análise desse trabalho, foram eleitas 19 palavras que se repetiam ao longo das publicações e se embasavam no aporte teórico do materialismo histórico do "Cenário brasileiro sob o aborto legal", seção que se encontra no capítulo 4 desta dissertação. Foram elas: *estupro*; *pedofilia*; *violência*; *abuso*; *estuprador*; *abusador*; *pedófilo*; *tio*; *criança*; *menina*; *estuprada*; *violentada*; *grávida*; *mãe/maternidade*; *bebê*; *vida*; *aborto*; *morte* e *assassinato*. Tais palavras foram escolhidas como unidade de registro para codificação (considerando também variações numéricas e derivações verbais de tais palavras). A partir de então é que foi feita a enumeração da presença (ou ausência) de tais unidades, interpretando sempre a unidade de contexto, na qual aquela unidade de registro está inserida.

Por fim, na categorização é realizada a união das unidades de registros para compreensão da análise simbólica. Segundo Martino (2018, p. 220), "Não é possível analisar conteúdos escolhidos aleatoriamente: eles devem ter pelo menos uma característica em comum, pensando sempre na coerência entre os elementos selecionados e os objetivos da pesquisa".

As palavras *estupro*, *pedofilia*, *violência* e *abuso* foram unificadas na categoria "*o crime*"; *estuprador*, *abusador*, *pedófilo* e *tio* compuseram a categoria "*o agressor*"; já as

palavras *criança, menina, estuprada e violentada* uniram-se na categoria "*a vítima*"; *grávida, mãe/maternidade, bebê e vida*, por sua vez, foram as palavras-chave da categoria "*a gestação*"; por fim, *aborto, morte e assassinato* compuseram a última categoria denominada "*o procedimento*".

Mesmo utilizando a técnica funcionalista de análise de conteúdo para coleta e análise de dados, a base estruturalista do materialismo histórico dialético é utilizada para uma compreensão mais abrangente do fenômeno, uma vez que:

a perspectiva materialista histórico-dialética apresenta como características: estar direcionada à objetividade do real; buscar conhecer os nexos constitutivos da realidade a ser pesquisada captando no plano do pensamento as contradições do movimento do objeto; analisar o movimento e os conflitos presentes nas contradições; considerar a realidade como uma totalidade em que as partes estão interconectadas com o todo e o todo com as partes; compreender a provisoriidade de todo conhecimento humano e sua transitoriedade; considerar que o processo de conhecer a realidade é histórico e, portanto, inacabado; o processo de conhecimento busca superar a aparência fenomênica da realidade em direção à sua essência; o próprio pensamento deve ser transformado no processo da pesquisa, não se convertendo em doutrina ou uma camisa de força, que obriga a realidade a se enquadrar em sua teoria. (ZEN; SGARBI, 2008, p. 92)

Desse modo, o entendimento da conjuntura histórica-social – em que se deu a disputa polarizada do caso de aborto legal realizado na cidade do Recife em agosto de 2020 e neste trabalho analisado – é fundamental para a compreensão das mobilizações nos sites de redes sociais ou nas ruas. Além disso, estar a par da discussão do aborto legal na mesma conjuntura mencionada, também é primordial.

3 INDÚSTRIA CULTURAL

Se a revolução industrial⁶ modificou toda a economia, sociedade e o comportamento humano para produzir e consumir em alta escala e de maneira padronizada, tal modificação não se restringiu apenas aos itens de compra, mas também à cultura, aos meios de comunicação e à informação. As manifestações culturais também passaram a ser vistas como produtos fabricados de forma semelhante a quaisquer outros produtos industriais: em série exatamente como numa linha de montagem (HOHLFELDT, 2001).

Nesse modo de produção, a cultura passa a ser perecível, vista como produto trocável por dinheiro para ser consumido como qualquer outro. Nas palavras de Teixeira Coelho (1988, pp. 11 e 12), “Uma cultura que não vale mais como algo a ser *usado* pelo indivíduo ou grupo que a produziu e que funciona, quase exclusivamente, como valor de troca (por dinheiro) para quem a produz”, e não como instrumento de crítica e conhecimento. Foi entendendo esse modo de produção cultural, visando o lucro e a expansão de mercados, que o termo cultura de massas foi substituído pelo de termo cultura industrial ou industrializada ou, ainda, indústria cultural.

A cultura pode ser compreendida como tudo aquilo que é produzido pelo ser humano. Nas palavras do sociólogo Raymond Williams (1985, p.1), “A cultura é de todos: este é o fato primordial”. O modo como se altera o espaço, constroem cidades, organizam-se sistemas e valores, tudo isso é cultura. Portanto, a cultura é ordinária - em oposição a ideia de extraordinariedade que apenas as produções humanas surpreendentes, excêntricas ou raras seria considerado cultural. Ainda conforme Williams (1985, p. 5), “uma cultura são significados comuns, o produto de todo um povo, e os significados individuais disponibilizados, o produto de uma experiência pessoal e social empenhada de um indivíduo”. A cultura não preserva valores de um segmento elitista da sociedade apenas. Não existe cultura apartada do mundo como um depósito de ideias, mas sim um campo resultado de

⁶ A Revolução Industrial foi o período de desenvolvimento tecnológico do surgimento das indústrias, transformando métodos de produção artesanais para a manufatura, passando a utilizar máquinas, carvão (em substituição a madeira e outros biocombustíveis), uso crescente da energia a vapor e da água e com fabricação de novos produtos químicos e processos de produção de ferro. A revolução teve início na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, país com grande população em meio urbano à procura de empregos após os cercamentos de terras no campo e com uma burguesia com alto capital financeiro. Em poucas décadas, a revolução industrial se espalhou pelo mundo (em especial para a Europa Ocidental e os Estados Unidos), causando grandes transformações na economia mundial, assim como no modo de vida da humanidade, uma vez que acelerou a exploração da natureza e a produção de mercadorias. Além disso, a revolução industrial foi responsável por grandes transformações no processo produtivo e nas relações de trabalho, devido a submissão do ritmo de trabalho humano ao ritmo das máquinas, exploração do trabalhador e divisão do trabalho, consolidando assim, o processo de formação do capitalismo (HOBSBAWM, Eric J, 2014).

produções humanas intrínseco às suas realidades (WILLIAMS, 1985). Seguindo com Williams (1985, p. 5), “a cultura é todo um modo de vida” presente em tudo e todos e que precisa ser “interpretada em relação ao sistema de produção subjacente”. É por isso que os valores e, assim, a cultura, muda com o tempo. Porque nossa forma de produzir muda neste percurso.

Já a cultura de massas seria o conjunto de saberes, símbolos, ações, imagens e demais elementos culturais que são adotados em referência a uma dada visão de mundo, especialmente a ocidental, e tornam-se um instrumento ideológico alienante e esvaziado de sentido (CHAUÍ, 2008). Por ela permeia o cotidiano da sociedade e reflete correntes de pensamento dominante, fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa (COELHO, 1998). A cultura de massas pode parecer, portanto, um sinônimo de indústria cultural. Entretanto, a indústria cultural e os meios de massa surgem, como funções do fenômeno de industrialização da cultura. Segundo Coelho (1988, p. 10), a industrialização "através das alterações que produz no modo de produção e na forma de trabalho humano, que determina um tipo particular de indústria (a cultural) e de cultura (a de massas)".

Abandonamos essa última expressão a fim de substituímos por 'indústria cultural', a fim de excluir de antemão a interpretação que agrada aos advogados da coisa; estes pretendem, com efeito, que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, em suma, da forma contemporânea da arte popular. Ora, dessa parte a indústria cultural se distingue radicalmente. Ao juntar elementos de há muito correntes, ela atribui-lhes uma nova qualidade. Em todos os seus ramos fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo (ADORNO, 1978, p. 92).

Adorno (1978) marca, portanto, a distinção entre indústria cultural e cultura de massas, para os possíveis defensores da cultura de massas enquanto um falso sinônimo de cultura popular. Para o pensador *frankfurtiano*, a cultura popular é a que, de fato, advém original e espontaneamente do povo com identidade própria. Ao passo que a cultura de massas reforça um classismo como negativo com a massa e não com a indústria que a produziu. Por isso, o autor especifica e diferencia os conceitos cultura de massas e indústria cultural para fins de precisão. Conforme Coelho (1988, p. 31) a denominação indústria cultural "talvez incorra em outros equívocos, mas evita um fundamental: o relativo às classes sociais".

Para especificar ainda mais o conceito de cultura popular, Coelho, também, traz:

a cultura popular (a soma dos valores tradicionais de um povo, expressos em forma artística, como danças e objetos, ou nas credences e costumes gerais) abrange todas as verdades e valores positivos, particularmente porque é produzida por aqueles mesmos que a consomem, ao contrário do que ocorre com a pop [também chamada de cultura de massa] (COELHO, 1988, p. 21)

Adorno e Horkheimer (1978) discutem que a indústria cultural, geralmente, é uma mescla dos produtos da cultura popular – oriunda do povo, das suas regionalizações e seus costumes - com a produção da cultura erudita burguesa – de origem técnica e não espontânea. Nesses dois tipos de artes, a comercialização dos produtos não é a primeira pretensão, mas a fórmula pronta da indústria cultural, essa sim, é feita para ser reproduzida e comercializada em larga escala.

Para a teorização do conceito de indústria cultural, realizada pela escola de Frankfurt, houve influência de três grandes conceitos marxistas voltados para os aspectos sociopolíticos e econômicos dos processos de comunicação: a alienação, o conflito e a história (MARTINO, 2001).

O primeiro conceito de influência, a alienação, é apontado por Grespan (2021) como uma separação do produtor sobre o produto. Esse conceito, relacionado com o da ideologia, é abordado no subcapítulo seguinte revelando o poder da indústria cultural para a manutenção do *status quo*. Por hora, ficamos com o exemplo comparativo de que se durante o período feudal o camponês ficava com sua colheita dando apenas uma parte para a nobreza e o clero, no capitalismo, o camponês entrega tudo para o burguês que extrai a mais-valia - em outras palavras, o lucro - e repassa para o trabalhador apenas um valor mínimo daquela produção, que só poderá obter aquilo que planta comprando na feira. (MARX, 2013)

O processo de alienação marxista acontece pelo conflito, segundo conceito base para a indústria cultural, o qual diz respeito à exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa. O conflito está justamente na tendência de subordinação e alienação do conhecimento por parte da classe trabalhadora de que foi ela quem produziu tudo para a classe burguesa, detentora da riqueza produzida, do capital e dos meios de produção.

Por fim, o terceiro conceito de história é visto como um processo dinâmico, dialético e contraditório dentro de cada realidade social, o que gera a transformação constante na história. De acordo com Borges:

A realidade não é estática, mas dialética, ou seja, está em transformação pela suas contradições internas. No processo histórico, essas contradições são geradas pela luta entre as diferentes classes sociais. Ao chamar atenção para

a sociedade como um todo, para sua organização em classes, para o condicionamento dos indivíduos a classe que pertencem, esses autores também vão exercer uma influência decisiva nas formas posteriores de se escrever a história. (BORGES, 1987, p. 36)

Da mesma forma que o processo histórico interfere na cultura popular, também gera impacto na produção da indústria cultural. Segundo Coelho (1988, p. 23), "negar esta visão e a cultura dela decorrente é querer amputar a vida contemporânea de parte importante de seus momentos significativos. E querer continuar preso aos modelos do passado".

Coelho (1988) também aponta que há outros aspectos centrais do funcionamento da indústria cultural que são consequência ou subprodutos do reforço ao conformismo:

a indústria cultural fabrica produtos cuja finalidade é a de serem trocados por moeda; promove a deturpação e a degradação do gosto popular; simplifica ao máximo seus produtos, de modo a obter uma atitude sempre passiva do consumidor; assume uma atitude paternalista, dirigindo o consumidor ao invés de colocar-se à sua disposição (COELHO, 1988, p. 26).

Por meio dos seus produtos, o público tende a consumir aquilo que já está predestinado para a categoria na qual pertencem, oferecendo uma suposta hierarquia de qualidades em série, que serve somente à sua quantificação. De acordo com Guaita (2003, p. 22), isso acontece porque "todos têm direito a uma etiqueta [...]. Cada um carrega consigo as marcas, os signos consumidos de acordo com sua situação econômica". E, segundo Horkheimer e Adorno (1985, p. 116), "algo está previsto para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas", imperando assim a serialização, imitação e, por consequência, certa previsibilidade dos produtos da indústria cultural.

Nesse sentido, a indústria cultural tem a intenção de mobilizar os mecanismos psicológicos dos que consomem seus produtos, e predispõe que os consumidores não tenham tempo de refletir sobre o que lhe é mostrado. Inúmeros filmes, por exemplo, já foram produzidos e seguem sendo com o desfecho da história revelado nos minutos iniciais. Mesmo que haja produções mais caras ou mais baratas, focadas em públicos diferentes, o ciclo da narrativa segue o mesmo, atravessando épocas e fronteiras para vendas escalonadas. Longe de serem vistos como sujeitos, únicos e potenciais, na indústria cultural os consumidores são reduzidos a objetos de lucro que assimilam aquela produção vendável. Assim como em uma política de pão e circo⁷.

⁷ Os historiadores acreditam que o vocábulo "pão e circo" foi cunhado pelo poeta satírico latino Juvenal, tendo sido usado pela primeira vez durante a administração Caio Graco, aproximadamente em 100 d.C. A expressão servia basicamente para designar a política de manipulação implantada pelos Césares com a distribuição de trigo,

A consolidação do termo *indústria cultural* no decorrer da história ocorreu ainda mais na segunda metade do século XX com o capitalismo monopolista, que visava a dominação da oferta de determinado serviço ou produto. Neste modelo econômico de grandes conglomerados empresariais com alta concentração no capital financeiro, a publicidade direta e indireta cumpriu (e ainda cumpre) importante papel de inflar as necessidades de consumo (COELHO, 2014). Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985, p. 123) a indústria cultural é “o mais inflexível de todos os estilos”, ao ajustar as ofertas do mercado às demandas e incitar novas demandas para o público do que ele aparentemente "necessita"⁸ e esse mercado pode saciar (GUAITA, 2003, p. 26).

Tomando como exemplo – tal necessidade incitada e saciada, a qual Guaita (2003) se referia em seu trabalho – os sites de redes sociais. Se apoiando na definição de Recuero (2009), os sites de redes sociais são sistemas que possuem mecanismos de individualização (por meio da personalização e construção do eu); mostram a exposição pública dos sites de rede social de cada ator; e possibilitam, entre outras funções, as suas interações nesses sistemas (quase sempre através de comentários) e a manutenção dos laços sociais estabelecidos no espaço *off-line*. Esse sistema pensado na exibição e consumo de cada ator é, portanto, um produto da indústria cultural. Mas os sites de redes sociais também são um espaço de câmbio info-comunicacional e a troca de mensagens e relações interpessoais também são necessidades humanas. É na criação e produção de artefatos, em muitos casos primeiramente funcional, que o mercado encontra uma demanda do público e passa, então, a criar cada vez mais sites de redes sociais com pequenas variações. Tais mudanças não são pensadas necessariamente para alterar o modo de se informar ou se relacionar. A função prática dos primeiros sites de redes sociais permanecem ali. Entretanto, os novos têm outra

o *pão*, e espetáculos públicos oficiais, o *circo*, afim de manter a população pobre da cidade controlada e submissa (ARAUJO & BONFIM, 2015, p. 30). A indústria cultural, portanto, seria mais um exemplo do circo dessa política de controle, promovendo o conformismo social a partir do reforço das normas sem discussão.

⁸ São as "falsas necessidades", designadas por Marcuse (1982) como imprescindível para manutenção do sistema econômico que incentivam o consumo (elemento central do capitalismo) desnecessário, difundem ideologias do sistema, assim como diminuem a capacidade crítica do sujeito, a fim de mais facilmente poder constituir sua subjetividade segundo parâmetros próprios do capitalismo. A imposição é feita pelo condicionamento através do consumo, tanto de bens materiais quanto culturais que são produzidos segundo as “leis de mercado”. O desfecho deste processo é a “euforia na infelicidade”, na qual a maior parte das necessidades, atividades do cotidiano e opções de lazer disponíveis, todas retendo a atenção e o dinheiro da população, pertence a essa categoria de falsas necessidades. "Independentemente do quanto tais necessidades se possam ter tornado do próprio indivíduo, reproduzidas e fortalecidas pelas condições de existência; independentemente do quanto ele se identifique com elas e se encontre em sua satisfação, elas continuam a ser o que eram de início – produtos de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão" (MARCUSE, 1982, p. 26).

estética ou propaganda ou transmitem socialmente uma nova mensagem. E nesse *modus operandi* da indústria cultural, as mudanças surgem para separar o velho do novo e incitar a necessidade social de que a população consuma outros mais (e novos) sites de redes sociais.

Como escreve Goulart (2014, p. 107), a criação de tais necessidades e da obsolescência programada - mais produtos culturais fabricados pensando no descarte e na aceleração da produção para obtenção de mais lucros - se voltaram primeiramente para nações ricas que poderiam pagar por esse alto ritmo de produção. Teixeira Coelho (1988, p. 12) também corrobora a ideia de que a sociedade de consumo, cimentada em ampla medida por veículos de comunicação propagadores da cultura de massa, se realiza mais nos países de primeiro mundo⁹.

O consumo existe antes como valor ainda alcançar, como meta ainda irrealizada; mesmo assim, ele orienta a organização da sociedade, tendendo a fazê-lo segundo os moldes das sociedades do Primeiro Mundo - razão pela qual todos esses traços típicos da indústria cultural (e seu produto, a cultura de massa) nos países desenvolvidos acabam por ser válidos, em linhas gerais, na análise do mesmo fenômeno nas demais regiões (COELHO, 1980, pp. 12-13).

Dessa forma, de volta a Goulart (2014, p. 107), o projeto da indústria cultural não desprezou nem a pobreza, se dedicando em maquiar a realidade ao apontar uma falsa perspectiva de ascensão econômica através do trabalho, o que funciona, também, como elemento de alienação.

A melhoria financeira fruto de um esforço é também conhecida como meritocracia, conceito discutido por Livia Barbosa (1996), que aponta para a falácia desta ideia que extrapola a ordenação social quanto ao mérito técnico em realizar alguma determinada atividade ou se posicionar em uma determinada hierarquia. Indo além, a meritocracia¹⁰ é o valor globalizante, o critério fundamental de toda ordenação principalmente no que diz

⁹ Coelho (1988) utiliza essa expressão para descrever o conjunto de países capitalistas ricos, uma vez que a obra original data de 1980, enquanto a Guerra Fria e a divisão sociopolítica em primeiro, segundo e terceiro mundo ainda eram vigentes.

¹⁰ Segundo Barbosa (1996), a política de avaliar as pessoas como um procedimento administrativo regular tem seu início com o Taylorismo, poucos anos após o surgimento da indústria cultural. A revolução nas relações de trabalho proposta por Frederik Winslow Taylor sugere a aplicação de seu método de eficiência - com o qual se pretendia alcançar o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e de esforço - à administração de pessoal. Entretanto, a eficiência de máquinas e linhas de produção podem ser objetivamente medidas. Já as produções humanas possuem características difíceis de serem objetivamente avaliadas e, principalmente, julgadas e comparadas.

respeito à posição sócio-econômica das pessoas, nivelando a população como se todos partissem de um mesmo lugar social. Assim, para Barbosa (1996, p. 68), “num universo social fundado em uma ideologia meritocrática, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são baseadas na seleção dos melhores”.

Para Coelho (2014) este novo *jeito de vida* – de ascensão econômica pela meritocracia – propagado pela indústria cultural, também se desenvolveu primeiramente nas nações desenvolvidas. Contudo, como aponta Goulart (2014, p. 107), “através da venda de bens ao nível do imaginário (consumo com os olhos) e da replicação ideológica, também exerceu rapidamente seu domínio nos países em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos”, assim como mais uma forma de dominação para o capitalismo dependente¹¹.

De acordo com Silveira (2004):

A globalização também leva a fusões e reestruturações de empresas, mudanças de capital e de unidades de produção para outros países onde a mão-de-obra é mais barata, em geral mantendo o controle administrativo, a distribuição e o marketing nos seus países de origem. Tal situação impulsiona mudanças no modelo organizacional que somente se tornam possíveis através de tecnologias de comunicação e softwares integrados através da internet. (SILVEIRA, 2004, p. 45)

É por isso que Duarte (2003, p. 147) acredita que o processo de intensificação da integração econômica, social, cultural e política internacional - ou seja, o processo de homogeneização a que se chama globalização (CANCLINI, 2003) - trouxe novamente a discussão sobre indústria cultural à tona. Entretanto, principalmente, desde a popularização da internet, a indústria cultural estaria muito mais potente, superando as fronteiras do país para a supremacia da indústria cultural global.

3.1 Breve compreensão de alienação e ideologia

¹¹ Segundo Florestan Fernandes (2013), em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, a economia mundial capitalista se desenvolve de maneiras diferentes e desiguais em cada país de acordo com as relações estabelecidas entre os países de capitalismo imperialista e os países periféricos, subdesenvolvidos e dependentes. Por meio da dinâmica de geopolítica, a burguesia destes últimos mantém uma relação de inferioridade nas disputas hegemônicas internacionais, a fim de permanecer com seu poder interno local. Assim, o "jeito de vida" ou como é mais conhecido "way of life" do "sonho americano" continua vendendo o ideal de mobilidade econômica para a população mais pobre. Uma possibilidade que foge à regra do ciclo da pobreza e da riqueza nos países mais desenvolvidos de capitalismo imperialista e, ainda mais exceção, nos países pobres de países subdesenvolvidos do capitalismo dependente. A consequência dessas reestruturações é tanto o aumento de produtividade, terceirização do trabalho, como também demissões e redução do emprego formal com redução de salários, perdas de direitos trabalhistas e previdenciários (ANTUNES, 2009).

O conceito de alienação, presente na escola de Frankfurt na teorização da indústria cultural, é uma ideia marxista orientada pelos aspectos sociopolíticos, de separação do produtor sobre o produto. Na modernidade, sobretudo após a revolução industrial, a lógica da manufatura propôs uma ruptura entre o trabalho e apropriação. Foi nesse momento em que se surgiu a propriedade privada dos meios de produção e que, entre outras características, se apropriou da produção dos outros, da produção da classe trabalhadora. Essa ruptura com a apropriação é irreconciliável, já que é por meio dela que o produtor do produto (em últimas instâncias) não se reconhece nele, sendo alienado durante todo o processo de produção (COELHO, 1988).

Tendo óculos de sol como exemplo de acessório de vestuário, logo, um produto da moda e valor cultural. O trabalhador que o produziu nem sempre se reconhece nos óculos que fez. Essa é a alienação marxista que possibilita o trabalhador permitir sua produção ser vendida por outrem, que é o detentor de tal meio de produção. Nesse processo, para este artesão ter posse do seu produto ele precisa muitas vezes acessar via mercado, instância mediadora, vista agora como central de todas as relações. Para o mercado há certa confusão de que todos seriam iguais, consumidores. Entretanto, alguns poucos têm mais poder de compra do que a maioria, que na verdade são os produtores.

Para Marx (2013), os seres humanos são intrinsecamente criativos e produtivos e expressam isso através do trabalho. Por exemplo, retomando a situação dos óculos de sol como um produto cultural: antes da revolução industrial, o artesão produzia as lentes, a armação e era responsável até pela venda dos seus produtos nas ruas, ou seja, pensava e estava presente em todo o processo, enxergando-se diretamente como criador daquele produto. Depois da revolução industrial, esse mesmo artesão só se torna responsável por uma parte muito específica do processo, servindo como mais uma peça para o funcionamento da engrenagem da máquina de produção em série. Assim, o trabalho perde este caráter humanizado e criativo. Se antes o trabalhador poderia ver no seu trabalho a extensão do seu ser e viver, hoje a estrutura de produção industrial o encaminha para viver para trabalhar. Esse processo é alienante porque separa a pessoa da sua própria essência, sua personalidade e paixões e passa a entender o trabalho apenas como forma de sobrevivência.

Essa alienação pode se dar de quatro formas. A primeira é a alienação da produção, a partir de tarefas específicas, monótonas e repetitivas, trocadas por uma remuneração inferior ao conhecimento e força despendida pelo trabalhador para desempenhar sua função. A

segunda forma de alienação é a referente ao produto, em que o próprio artesão não pode comprar todos os óculos que produziu - visto que seu trabalho não é pago à altura do produzido - tão pouco se sente engajado com a sua tarefa - já que só faz um mínimo dela para os donos do meio de produção venderem e lucrarem. Em sequência há a alienação do outro, pois nesta relação de produção em série é incentivada a competitividade entre os indivíduos e cada trabalhador busca melhorias no seu salário e outras condições para si, e não para toda a classe. Por fim, há a alienação do ser, aquela em que o artesão não reconhece mais o seu trabalho como parte intrínseca e natural de si, mas apenas um mal necessário exercido para o ganho do salário (MARX, 2013; COELHO, 1988).

O processo de alienação bem como a confusão do mercado em que todos seriam iguais, apenas com poderes de compra diferentes, é uma concepção ideológica, uma vez que a explicação da origem e do funcionamento da sociedade são compreendidos como provenientes dela própria por meio da aparência social. As ideias se formam como descobertas para uma explicação da sociedade, mas na verdade foram criadas para orientar como a sociedade deve pensar sobre si mesmo, sobre as instituições sociais, sobre o poder político, sobre a cultura e o cotidiano. É preciso, portanto, distinguir entre o enunciado das classes sociais, que é como cada classe explica a sociedade para si mesma, e o enunciado sobre a sociedade, que é como a classe dominante quer explicar a sociedade para todas as classes. Essa distinção é trazida por Terry Eagleton (1984) como a forma mais difícil de libertação:

O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, a desejar e a identificarem-se com o seu poder. E qualquer prática de emancipação de libertação política envolve, portanto, a mais difícil de todas as formas de libertação: o libertário-nos de nós mesmos” (EAGLETON, 1984, p. 13)

Conforme Marx (2013), foi com a formação social capitalista e, assim, com a existência da propriedade privada, da classe proprietária desses meios de produção e a classe trabalhadora, que surgiu a ideologia. A compra e venda da força de trabalho, explicada no processo de alienação, gera lucro para a classe burguesa e é exatamente isso que a ideologia tem como finalidade ocultar contando com a grande distância, própria do modo alienante de produção capitalista e da formação social moderna, entre a vida social cotidiana, as ideias e os discursos. Se antes do capitalismo existiam mitologias para compreender o funcionamento da

sociedade, já que as formações sociais eram explicadas por forças transcendentais, após o capitalismo a explicação foi pela ideologia.

A ideologia, portanto, não é um enunciado, ideário ou simplesmente um conjunto de ideias. “A ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (CHAUI, 2008). Ou seja, é um discurso orientado por uma prática material que engloba estruturas de poder para que se veja certas coisas (e não outras) e viva de um certo jeito (e não de outro). Esse controle do presente reconfigura o nosso acesso ao passado e que, por consequência, muda os ideais, projetos e utopias para o futuro. John B. Thompson (1984) afirma que se debruçar sobre a ideologia “é estudar os modos pelos quais o significado ou a significação contribui para manter as relações de dominação”.

A ideologia é a lógica das ideias da classe dominante e "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes" (ENGELS, F; MARX, K. 2007). Essas ideias legitimam não apenas o modo de pensar, mas também o modo de exercer poder (EAGLETON, 1997). Um exemplo de ideologia já citada a pouco neste trabalho é a ideologia meritocrática. Essa, como todas as outras ideologias dominantes, são formuladas para parecerem válidas para todas as pessoas e classes sociais, a fim de tentar impedir que as classes subordinadas pensem ideias antagônicas. Por isso, a classe dominante se preocupa em formar uma ideologia que seja aceita sem contestação e faz uso da indústria cultural para propagá-la e manter o *status quo*.

O processo de legitimação da ideologia pelo poder dominante, ainda segundo Terry Eagleton (1997), envolve ao todo seis estratégias:

"promovendo crenças e valores compatíveis com o seu próprio; *naturalizando* e *universalizando* as crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inalteráveis, sem alternativa; *denegrindo* ideias que posso desafiar-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento mediante a talvez uma lógica não declarada mas sistemática; *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecer esse poder dominante (EAGLETON, 1984, p. 19 - grafia do autor)

O discurso ideológico é feito de espaços vazios como uma frase em que houvesse lacunas. E não é apesar dessas lacunas que a frase, ou seja, o discurso ideológico, se mantém coerente e dominante. É justamente pelas lacunas que a ideologia firma seu poder e se propaga. Caso a ideologia explicitasse tudo que ela deixa oculto ela própria se destruiria. O debate "pró-vida", por exemplo, só é coerente porque nele não é explicitado o número de

mães, inquestionavelmente pessoas com vida, que morrem em decorrência do aborto clandestino e ilegal. Outro exemplo é que ao se falar sobre o "mercado", não se fala sobre os capitalistas que são quem dominam o mercado. Nas palavras de Eagleton (1984), então:

A palavra ideologia é, por assim dizer, um texto. Tecido como uma trama inteira de diferentes fios conceituais. É traçado por divergentes histórias e provavelmente, mais importante do que forçar essas linhagens a reunirem-se em alguma grande teoria global, seja determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado” (EAGLETON, 1984, p. 15)

A mudança na ideologia é uma realidade tão concreta que Marilena Chauí (2022) em sua vídeo-aula pelo Instituto Conhecimento Liberta¹² comenta sobre a atualização da ideologia tradicional - a qual tinha a pretensão universalista e unificadora dos indivíduos em "somos livres e iguais perante o mercado" - para a ideologia neoliberal que - apoiada na ideologia da competência que diz que você tem o que tem e é como é pelo seu mérito e não por conta das estruturas sociais - vai na direção contrária.

Esta competição destrói a noção de comunidade ao desmanchar o senso do que é comum a todos os cidadãos, sentimento de coletividade que movimenta as lutas sociais. Para manter em andamento um sistema econômico que privilegia as classes dominantes, o empreendedorismo selvagem está munido de um discurso ideologicamente meritocrático, onde prevalece o individualismo e a destruição do coletivo. É a perda dos direitos em troca de "gorgetismos"¹³.

Na escala de produzir > consumir > lucrar, de maneira acentuada, que surge com o neoliberalismo como forma de se diferenciar dos seus pares, o processo desse caminho da produção ao lucro nos produtos culturais faz com que a experiência se esvazie. A ideologia de consumo na indústria cultural objetiva a alienação dos sujeitos, que passam a não terem tempo e estímulo à reflexão.

Como diz Adorno (2003), "forma é conteúdo socio-histórico decantado". A forma de consumo de produtos e de pessoas, portanto, é o resultado das nossas esferas de humanidades, de como a gente tem produzido e reproduzido a vida material. Todas as nossas dinâmicas vão sendo capturadas dentro da ideologia da classe dominante do nosso tempo. Outro tempo, com outra classe dominante, muda o sistema ideológico. Ou seja, “Não existe tal coisa como pensamento livre de pressupostos” e livre de ideologia (EAGLETON, 1984 p. 17). É como a

¹² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uIQO6-IqWR0>. Acesso em 3 jul 2022

¹³ Incentivo de remuneração a prestadores serviço por gorjeta dos consumidores.

cultura, somos todos inseridos em alguma(s). O que existe é uma crítica a uma ideologia a partir de outra ideologia.

Seguindo o pensamento marxiano, “é certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material. Mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (MARX, 2005). Assim, existe um poder concreto nas pessoas que derrubaria as realidades caso pudessem aprendê-las desveladas do véu ideológico. Para tanto, é preciso preservar a visão do cidadão como um sujeito histórico capaz de articular a divulgação de informações em comunicação; as ferramentas comunicacionais em forma de fazer política; e a cultura em memória social.

Contudo, a sociedade brasileira está estruturada na ideologia neoliberal, que segue com base em argumentos e outras ideologias racistas, LGBTfóbicas, machistas, capacitistas, religiosos e de diversos preconceitos que asseguram a relação de dominantes versus dominados e um modo de manipulação social cotidiano. A ideologia neoliberal acirra conflitos transformando-os em medos, ressentimentos e ódios sociais que servem para esconder uma realidade concreta e promover uma visão bastante injusta e desigual da sociedade, que beneficia só alguns poucos. Esse processo de alteração do fato em medo social é denominado pânico moral (COHEN, 1972) e o aborto é uma dessas pautas, na qual seus defensores são "diferentes" de quem segue a ideologia dominante.

O pânico moral é mecanismo de incentivo à mobilização apaixonada e rápida sobre determinados temas que afetam os valores. Estes últimos, compreendidos como cerne do ser, não poderiam, portanto, passar por questionamentos e a resposta imediata para não desestabilizar quem somos é altamente firme e emocionada. Assim, conforme Weeks (1981, p. 14), o pânico moral “cristaliza medos e ansiedades generalizados”; neles, “a sexualidade tem uma centralidade peculiar” e “os ‘desviantes’ sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes”.

Segundo Carla Machado (2004), os meios de comunicação são fundamentais na criação e manutenção dos pânicos morais ao influenciar - por meio de exagero, distorção, predição e simbolização - o modo como os sujeitos apreendem e interpretam determinados "problemas". O enquadramento midiático sobre a pauta em questão e os “agentes identificados da desordem” seguem então o senso comum, deslocando a atenção do problema em si para suas consequências e interpretações preconceituosas. Isso ocorre principalmente quanto mais incerto estiver o jornalista sobre o modo de apresentar a questão. Se resulta, então, a “imagem demonizada do

grupo desviante”, que é retratado como anormal, “em contraste com uma imagem idealizada e hiper-normativa do pano de fundo social. Esta é [...] a fase de cristalização dos folk devils – bodes expiatórios para o problema” (COHEN, 1972). Nas palavras de Carla Machado (2004):

Saliente-se que este clima emocional de expectativa e sensibilização em relação às pistas de problemas constitui um pano de fundo para que rumores ou comportamentos isolados ou irrelevantes possam ser sobrevalorizados e desencadear respostas de alarmismo. Ao mesmo tempo, a concentração da atenção pública nos acontecimentos em curso vai fixar o papel dos actores do desvio (quer porque este é incorporado no seu auto-conceito, quer devido ao desejo de protagonismo, quer porque mudar é visto como sinal de fraqueza). Estão, assim, criadas as condições para a confirmação das profecias e estereótipos iniciais. (MACHADO, 2004, p. 62)

A ideia de proteção às crianças, à família tradicional e à vida é extremamente seletiva e quase irreal, mas é uma ideia que comove por conta do pânico moral. Mesmo que para isso - ou exatamente por fazer uso desses elementos - o debate sobre o aborto seja despolitizado, mantido o *status quo* e espalhado o medo. Conforme Balieiro (2018), ao invés de “se apresentarem como contrários à equiparação de direitos”, os sujeitos que disparam o pânico moral se revelam como defensores do direito à vida, ao passo que seus adversários são “transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade”.

Ainda de acordo com Balieiro (2018), “A transformação interpretativa dos agentes que dispararam o pânico moral”, por estarem sob o véu ideológico, conseguiu ofuscar posicionamentos preconceituosos, entretanto, uma vez explicitados, poderiam desqualificar a interpretação do pânico moral. Entende-se desse modo, que talvez não seja possível não estar imerso só em uma ideologia alienante. Contudo, é possível perceber que se está imerso nessa ideologia e a partir daí poder tentar mudar o cenário.

Miguel (2021), lembra em seu artigo recente “O mito da “ideologia de gênero”, uma entrevista da ex-ministra Damares Alves, ao pequeno jornal conservador *Gazeta do Povo*, ao ser questionada sobre o conflito presente na época dentro do governo brasileiro entre as alas “pragmática” - que desejava seguir a agenda econômica da grande burguesia com retirada de direitos trabalhistas, privatização e desmonte do Estado social - e “ideológica” - a qual persistia na mobilização de seus militantes e na manutenção do pânico moral. A fala da ex-ministra Damares assegurou consenso do governo nos mesmos valores pró-vida, pró-família e conservadores, mas firmou:

o que elegeu o Bolsonaro não foram os militares, foi a ideologia. Bolsonaro não foi eleito prometendo nenhuma construção de ponte, nenhum viaduto, nenhum estádio, nenhuma estrada. Bolsonaro foi eleito porque ele disse que ia proteger a família e a criança, combater a corrupção e mexer na economia. Esse foi o pilar que elegeu Bolsonaro. Os militares reconhecem que esse conteúdo ideológico que nos trouxe até aqui e eles querem fortalecer isso – e é a esse público que o governo deve satisfação (MIGUEL, 2021, p. 9)

O pânico moral, como revela Damares Alves, é um artifício de suma importância para geração e manutenção de vínculos entre líderes da extrema-direita e sua base. Bolsonaro reduziria seu capital político sem o diferencial da militância feroz antifeminista e contra os direitos das minorias. Desse modo, a interpretação por parte do movimento marxista quanto as chamadas pautas "identitárias" - sobre a identidade dos sujeitos - como pautas "secundárias" diante do debate econômico reconhecido como primordial é uma interpretação negligente, tanto com uma grande parcela da população que tem o combate às violências das minorias como uma questão central, quanto por desconsiderar o peso dessas pautas no crescimento de uma nova direita radical de massas (MIGUEL, 2021).

3.2 Indústria cultural na internet

É por meio da globalização que uma notícia, por exemplo, acaba sendo transmitida e alcança o mundo pela rede mundial de informação e sua *World Wide Web* (www). Silveira (2004), aponta como a globalização gera um efeito, principalmente sobre os jovens, criando identidades biculturais. Esse conceito, criado por Arnett (2002), indica como consequência psicológica derivada da globalização a existência dessa identidade, especialmente de adolescentes, com raízes na cultura local, mas com fortes influências diretas da cultura global¹⁴.

Acontece que, na globalização, a concepção de identidade unificada tem sido fragmentada como uma composição de várias identidades, complexificando a cultura (WALLERSTEIN, 1991), ratificando a ideia de biculturalidade trazida por Arnett (2002). É difícil não separar a influência da cultura local e, sobretudo, global para a população que usa frequentemente a internet. Cada ser globalizado no ciberespaço, reflete em uma existência

¹⁴ Compreendida como aquela cultura liderada pelo norte global, em que países desenvolvidos do ocidente provocam valores individualistas, consumistas e a liberdade de mercado, corroborando com o que prevê a teoria da indústria cultural, mas também a democracia, as liberdades individuais e os direitos humanos (SILVEIRA, 2004, p. 46).

individual transformada com os dados midiáticos e imediatos chegando sem horário e fronteiras. Um "ser" que vai além de um indivíduo despersonalizante, definido a partir de uma - ou várias - pertenças de uma comunidade e um lugar que ele se origina socialmente ou ocupa por períodos limitados (DUBAR, 2000, p. 6). Ou seja, é uma ação - globalizada - que constitui um sujeito. Tudo isso na lógica de integração global de toda sociedade (SILVA, 2017, p. 13).

As tecnologias são mais do que ferramentas a serem aplicadas, mas sim processos a serem desenvolvidos. Como afirma Marx (2013, p. 446) "a tecnologia desvela a atitude ativa do homem [e da mulher] em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida e, com isso, também de suas condições sociais de vida". Para Grohmann (2020, p. 93) "As tecnologias são fruto do trabalho humano, e o desenvolvimento tecnológico refere-se às forças produtivas e às relações de produção".

Segundo Castells (1999), nas tecnologias das plataformas digitais, no mar do ciberespaço, os usuários e criadores podem navegar como iguais, e assim os usuários podem assumir o controle da tecnologia, com o que ele vai chamar de autocomunicação. O sociólogo espanhol ainda compara tal realidade com os processos sociais de criação da cultura e de forças produtivas, na qual todos os sujeitos se encontram via mercado e podem escolher seu próprio estilo de vida de acordo com o consumo.

É autocomunicação porque a produção das mensagens é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. [...] A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. (CASTELLS, 2017, pp. 21 e 22)

Idealmente, então, o ciberespaço seria o local adequado a possibilitar a troca de mensagens de maneira igualitária. Entretanto, como aponta Silva (2017, p. 13), o sujeito está, na verdade, entregue ao poder das redes interconectadas geridas por "grandes corporações que determinam seus códigos e seus comportamentos".

Silva (2017) afirma a submissão dos sujeitos a partir das empresas que cresceram. Entre todas, as que mais tiveram suas ações supervalorizadas foram as que aderiram à internet. Assim, Silva (2017) mostra como os ideais capitalistas estão por trás da disseminada ideia de igualdade e liberdade individual dos receptores. Se antes, os dados dos usuários eram oferecidos ao final de uma compra, hoje eles são disponibilizados gratuitamente ao longo das

intermináveis barras de rolagens. A partir desse comportamento, não é apenas o bombardeamento com objetos de consumo que são lançados de acordo com o interesse alimentado e rastreado pelos algoritmos. O próprio receptor se torna mercadoria e produtor, visto que estes impérios lucram com tais cliques (SOUNDERS, 2020), nesse imbricamento da vida com a tecnologia de maneira constante.

Dessa forma, como escreve Grohmann (2020, p. 97), apesar dos algoritmos serem produzidos a partir de trabalho humano - como qualquer outra tecnologia - e contar com as interações das pessoas comuns, "é uma *falsa simetria* pensar que ambas as atividades estão no mesmo patamar", uma vez que os provedores de informações estão em posição de privilégio para reescrever a compreensão da vida cotidiana. Grohmann (2020, p. 93) ainda escreve que "em sentido marxiano, só há valor nas tecnologias como mercadorias por causa da materialização (ou objetificação) do trabalho humano abstrato em sua produção". Assim, da mesma forma que a instância mediadora do mercado aliena quem de fato é produtor de tudo que está ali, a noção de que criadores e usuários são iguais e desempenham o mesmo uso no ciberespaço também é alienante.

Um ótimo exemplo, trazido por Ferrari (2013), para entender esta relação entre o uso necessário das produções da indústria cultural com a apropriação das informações por parte desta própria indústria é o Google. Isso porque ele:

representa a maior concentração de poder econômico e político da internet. Entretanto, o monopólio do Google é tão discreto, os serviços prestados pelo grupo é tão eficiente e necessário, que hipoteticamente o poder do Google não é percebido de forma crítica pelos consumidores em geral. Isso ocorre porque os serviços do Google transmitem a mensagem subliminar de que suas ferramentas são oferecidas como um tipo de serviço público, o mesmo fenômeno que Adorno e Horkheimer (1985) analisaram quando um concerto era transmitido via rádio no início do século XX. A mensagem subliminar nesse caso era: aprecie a música sem interrupções publicitárias. A gratuidade dos serviços da Google é uma variação desse mesmo engodo, que tenta encobrir o vínculo do poder da indústria cultural com a publicidade. (FERRARI, 2013, p. 3)

Não há busca no Google que não resulte em exposição de publicidades aos consumidores da ferramenta, que mesmo buscando "com maior liberdade as informações que procura, inevitavelmente é estimulado a consumir variados produtos, todos vinculados de alguma forma com o esquema da indústria cultural" (FERRARI, 2013, p. 3). Nesse sentido, a necessidade do Google é a prova que a indústria cultural continua atuando sobre o público

consumidor com a mesma eficiência de sempre. Cada busca realizada no site é convertida em números estatísticos e financeiros.

No próprio "sobre" ele define seu trabalho assim: "A missão do Google é organizar as informações do mundo todo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis"¹⁵. Apesar de primordial o acesso a informações e conhecimento, a frase deixa explícito que o Google não se interessa pelo conteúdo das informações compartilhadas e muito menos para quem as informações estão sendo direcionadas.

É por esse motivo que o site historicamente apresenta, por conta do seu algoritmo de relevância, as minorias como as mulheres e a população negra em posições negativas ou de inferioridade. Um exemplo está nas modificações recentes que ocorreram no resultado da busca do Google após reivindicações exclusivas no ciberespaço. E por mais que todos os sites (de redes sociais ou não) sejam produtos da indústria cultural, essa ocupação dos sujeitos, que são políticos, nas brechas do ciberespaço precisa ser disputada.

A primeira reivindicação, no início de 2019, questionava o significado tradicional e heteronormativo do conceito família¹⁶ definido pelo Google, que é o primeiro resultado que aparece. Já a segunda, em meados do mesmo ano, denunciava o caráter racista do site ao mostrar apenas mulheres brancas na busca com "tranças bonitas" e mulheres negras quando mudava as palavras-chave para "tranças feias"¹⁷.

Após as denúncias do caso na internet o significado de família foi alterado (ver figura 2) e o algoritmo na busca de tranças também. Hoje, buscando por "tranças feias" se encontra, principalmente, como resultado, imagens relacionadas a polêmica¹⁸ (ver figura 3). Já quando se pesquisa por "tranças bonitas" as novas imagens são bem mais mescladas entre mulheres brancas e negras (ver figura 4).

Figura 2 – Captura de tela do Google buscando o termo "família"

¹⁵ Disponível em: <<https://about.google/intl/pt-BR/>>. Acesso em 10 de out de 2020.

¹⁶ Notícia informa a mudança do Google do conceito de família: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/google-muda-conceito-de-familia-apos-reclamacoes-de-funcionario>>. Acesso em 10 de out de 2020.

¹⁷ "Como fazer denúncia em caso de racismo nos resultados de busca do Google?" foi o questionamento realizado por um usuário no próprio suporte do site. Disponível em: <<https://support.google.com/chrome/thread/8988384?hl=pt-BR>>. Acesso em 10 de out de 2020.

¹⁸ Uma das notícias sobre as manifestações online contra este caso das tranças pode ser encontrada em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/trancas-bonitas-e-trancas-feias-algoritmo-do-google-tende-ao-racismo/>>. Acesso em 10 de out de 2020.



Google

família significado

Todas Imagens Notícias Vídeos Shopping Mais Configurações Ferramentas

Aproximadamente 174.000.000 resultados (0,48 segundos)

Dicionário

Pesquise uma palavra

família

substantivo feminino

1. grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos).
2. grupo de pessoas com ancestralidade comum.

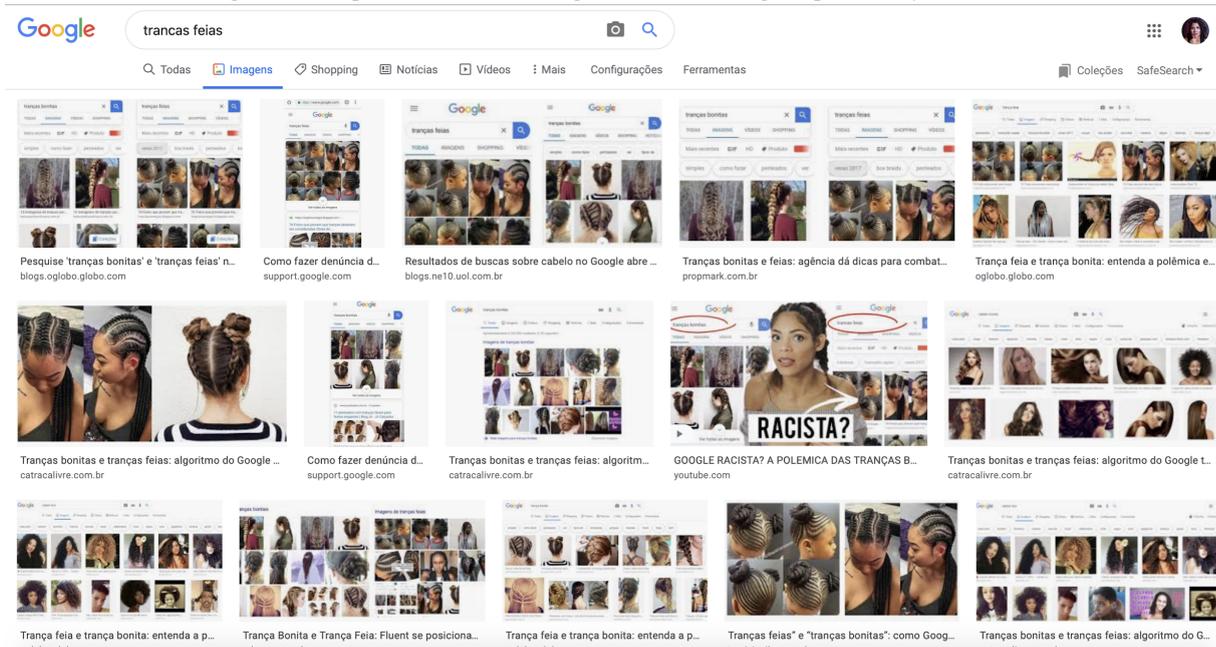
Semelhantes

linhagem

Traduções, origem das palavras e mais definições

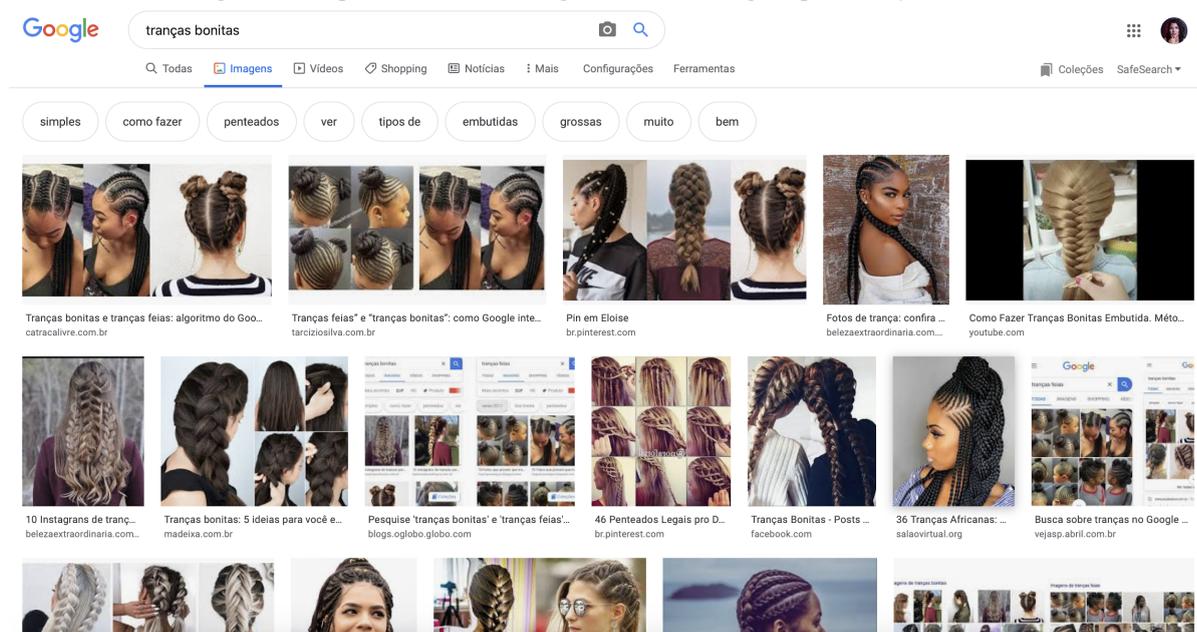
FONTE - Site Google. Acessado em 24 jun 2020.

Figura 3 – Captura de tela do Google buscando imagens por "tranças feias"



FONTE - Site Google. Acessado em 24 jun 2020.

Figura 4 – Captura de tela do Google buscando imagens por "tranças bonitas"



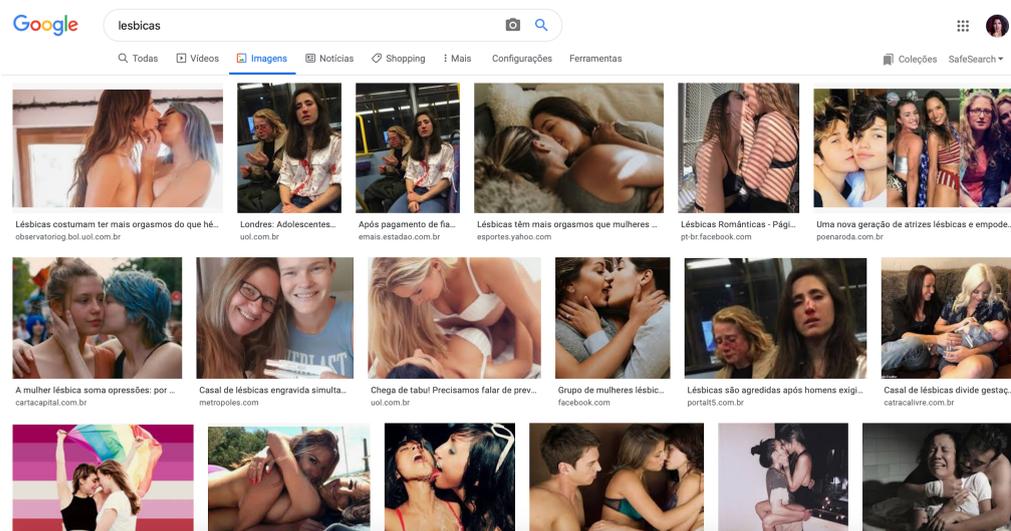
FONTE - Site Google. Acessado em 24 jun 2020

Apesar de representar um pensamento mais hegemônico da sociedade que produz o conteúdo que será distribuído por relevância de cliques, é importante questionar e disputar a produção e publicização de discursos e imagens, já que são simbólicas e mantenedoras do imaginário¹⁹ social. Em 2020, tal mudança do algoritmo, como ilustrado nas figuras 2 e 3 com

¹⁹ O dicionário Aurélio (2005, p. 483) ao definir imaginário para as ciências sociais traz: "O conjunto de símbolos e atributos de um povo, ou de um determinado grupo social". Na própria sociologia, o conceito de imaginário é tomado como uma categoria de análise das representações sociais por meio de narrativas,

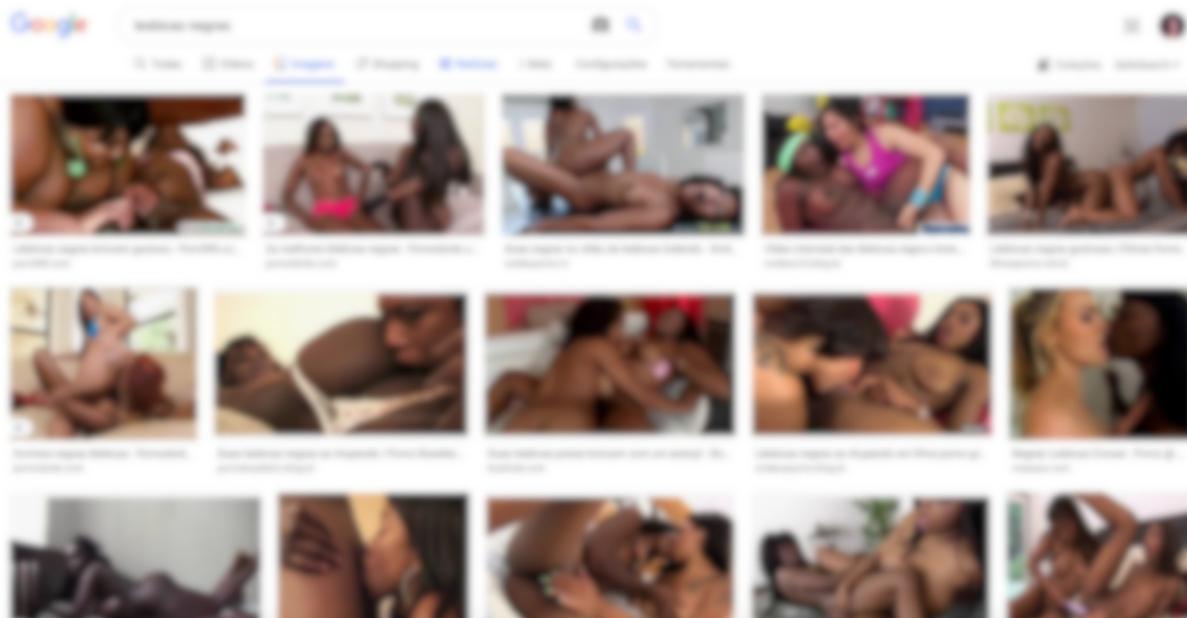
“tranças bonitas”, ainda não havia acontecido nos diferentes resultados de quando se pesquisa por “lésbicas” (figura 5) e “lésbicas negras” (figura 6), por exemplo.

Figura 5 – Captura de tela do Google buscando imagens por "lésbicas"



FONTE - Site Google. Acessado em 24 jun 2020.

Figura 6 – Captura de tela do Google buscando imagens por "lésbicas negras" em junho de 2020



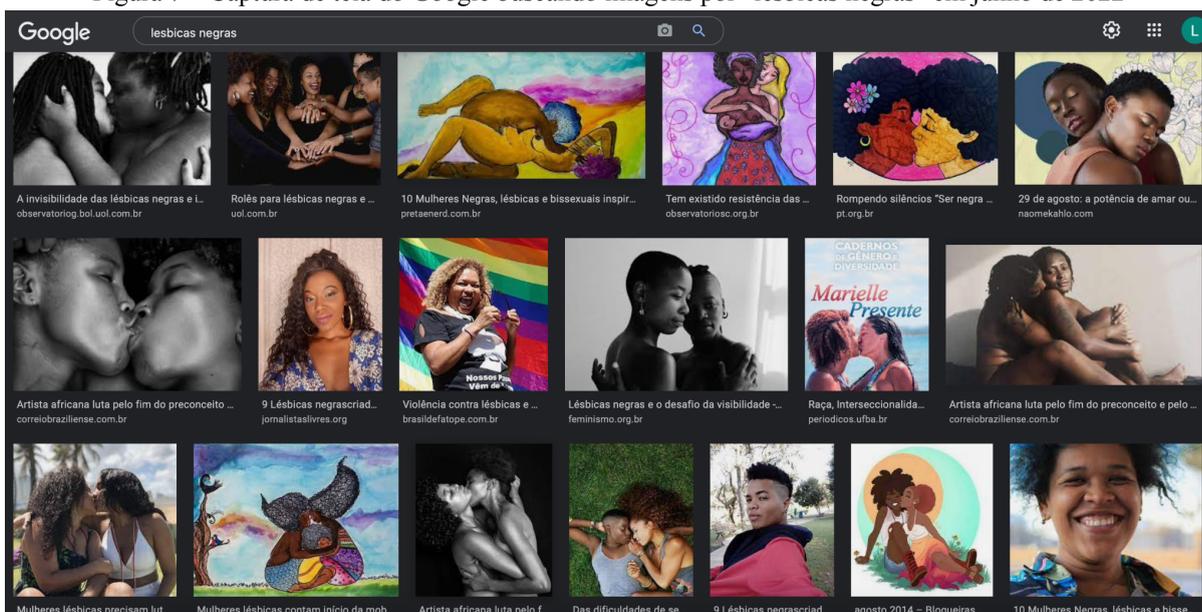
FONTE - Site Google. Acessado em 24 jun 2020

construções simbólicas, arquétipos, mitos que reflete na ética e na estética, reunindo todas as imagens que esta sociedade produziu ou produz durante a sua existência enquanto formação social específica. Segundo Durand, o imaginário é uma espécie de museu de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a se produzir. Imaginário é o processo e o produto. Para ele, todo pensamento humano é uma representação advinda há cerca de um milhão e meio de anos, desde que o *homo erectus* ficou em pé na face da terra. E o imaginário constitui-se no conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana. (DURAND, 1999, p. 117).

É notória a diferença entre os resultados encontrados. Enquanto na primeira imagem (figura 5) há, logo nas primeiras fotos, a agenda da violência contra as mulheres lésbicas, também aparece em seguida fotos de filmes com a temática ou de pessoas famosas que publicizaram sua orientação sexual, trazendo à tona a representatividade. Entretanto, se atentado para isso, a imagem de todas as mulheres que aparecem são brancas, jovens e magras, como se o “ser lésbica” tivesse apenas uma mesma feição. Em contrapartida, na busca exclusivamente por “lésbicas negras” (figura 6), não havia violência, relacionamento ou celebridade que se sobrepunha ao imaginário exclusivo da pornografia.

Felizmente, essa realidade mudou nos últimos meses. Numa nova busca em junho de 2022, dois anos após a captura de tela trazida na figura acima, o resultado para "lésbicas negras" passou a apresentar representatividade e diversidade (ver figura 7). Essa é uma prova de como o imaginário social pode ser construído e reconstruído materialmente.

Figura 7 – Captura de tela do Google buscando imagens por "lésbicas negras" em junho de 2022



FONTE - Site Google. Acessado em 21 jun 2022

Conforme Coelho (1988), a indústria cultural é interpretada por alguns de seus pesquisadores de, pelo menos, quatro formas. A primeira delas é tendo o conteúdo como determinante se os produtos culturais são bons ou não. No caso, se a mensagem veiculada por eles são alienantes ao fomentar uma separação do produtor sobre o seu produto ou reveladores desta relação direta. Esse é um critério muito subjetivo de qual ideologia seria alienante e qual não. Ou como será abordado neste trabalho, qual produto politizaria o debate e qual apenas despolitizaria (COELHO, 1988, p. 35).

Mas para entender o que seria essa politização e despolitização²⁰ recorre-se aqui Sabrina Fernandes (2017). Em suas palavras:

Politizar significa, no sentido mais amplo, criar consciência da arena política e seus conceitos (por exemplo, classe, opressão, exploração, antagonismo, conflito social, etc.), que é a capacidade técnica de todos os campos ideológicos. [...] Considerando que existem intelectuais e pessoas politizadas na esquerda e na direita, os intelectuais e organizações de direita "politizam" as multidões com despolitização. Isso é feito para reafirmar a hegemonia, o *status quo* e o bom senso que mantém a ordem das coisas a favor do capitalismo e seus modelos ideológicos complementares como o conservadorismo e o neoliberalismo. (FERNANDES, 2017, p. 4 e 5 - tradução da autora).

Ou seja, para a autora, discutir temas sociais e políticos em qualquer ambiente, não necessariamente é politização com reflexão na raiz dos problemas que estão sendo levantados. Assim, as diferenças ideológicas acabam sendo determinantes se algo politiza ou despolitiza. Isso porque o conservadorismo visa ao mantimento do *status quo* das pessoas, enquanto objeto, e não como sujeito político da realidade em que vive, logo cabível de transformar sua realidade social. Já os pensamentos progressistas diferem, pois, em teoria, defendem diretamente o avanço da conjuntura alinhando ideias e práticas.

Em exemplos: mesmo quando a direita liberal politiza algum debate em torno das relações de gênero, por exemplo, seu desinteresse com a libertação de toda opressão - sobretudo a do sistema capitalista que se beneficia com o patriarcado - requer que ela despolitize alguns aspectos da opressão sobre mulheres (FERNANDES, 2017, p. 5). Já a esquerda também deixa de politizar quando faz concessões conservadoras, mantendo o *status quo* e praticando assim a despolitização. E segundo a Fernandes (2017, p. 152 - tradução da autora), a despolitização no Brasil "só foi agravada pela forte fragmentação da esquerda que paralisou sua capacidade de se posicionar como força politizante". Compreender o conceito de politização é imprescindível para analisar a alienação, a disputa simbólica e/ou suas ausências nos produtos da indústria cultural.

Retomando Coelho (1988, p. 35-36), a interpretação desta indústria cultural tendo apenas o conteúdo como fator determinante para sua leitura é uma tese de direita e de esquerda. Esta díade (esquerda e direita) é composta por conceitos polissêmicos que, para alguns estudiosos, são ainda pouco úteis para compreensão da vida política contemporânea. Aqui "contrários à essa presunção, nos colocamos entre aqueles que defendem não só

²⁰ Ambos os conceitos serão abordados em maior profundidade no ponto 4.1 desta dissertação.

atualidade e a funcionalidade desses conceitos como sua centralidade para o entendimento da vida cotidiana e para construção de identidades no agir político” (MESSENERG, 2019, p. 176). A esquerda e a direita se constituem e se difundem no “campo metapolítico das relações sociais cotidianas e da luta cultural” (PIERUCCI, 1990, P.11)

De acordo com Bobbio (1994), grande defensor da manutenção interpretativa dos conceitos direita e esquerda, embora tais espectros políticos não se apresentem como blocos homogêneos e/ou coerentes na política, cada espectro possui suas características.

Pode-se afirmar que a esquerda se orienta essencialmente para a promoção da igualdade entre os homens e mulheres; o laicismo; o antifascismo; para a mudança da ordem social; os interesses dos trabalhadores que devem se sobrepor à necessidade de crescimento econômico; contra os conceitos absolutos de bem e mal; contra as oligarquias; e com identificação permanente com as classes inferiores da sociedade (MESSENERG, 2019, p. 177)

Já a direita entende a desigualdade como uma característica inerente à humanidade e mantém o apego com as tradições, com a hierarquia, com a defesa da segurança nacional e do militarismo; o individualismo; a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa; o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental e dos interesses imediatos dos trabalhadores; o anticomunismo; a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual; e a identificação permanente com as classes superiores da sociedade (MESSENERG, 2019, p. 177).

Assim, conforme Coelho (1988), interpretar somente o conteúdo de um produto da indústria cultural como aspecto determinante para sua análise é de direita porque a este campo político “sempre interessou o controle do prazer em benefício da produtividade capaz de gerar sempre lucros e mais lucros. O prazer, sobre sua forma diminuída: a diversão, só é admitido esporadicamente” e para recompor as forças do trabalhador permitindo a continuidade da exploração e alienação da produção do trabalho.

No entanto, Coelho (1988, p. 37) pondera que esta tese também é de esquerda ao reivindicar “o direito ao trabalho ao invés de exigir um outro sistema em que tivessem os mesmos lazeres dos patrões.” Vale salientar, contudo, que a esquerda, ao lutar pela tomada dos meios de produção da burguesia por parte da classe trabalhadora, luta também por um trabalho não alienante.

A segunda tese pela qual a indústria cultural é interpretada por alguns de seus pesquisadores diz respeito exatamente à limitação do sistema econômico e social produtor de onde o produto cultural foi gerado. Sobre esta forma de compreensão da indústria cultural, Coelho (1988) diz:

A primeira posição é a que deriva de uma das lições fundamentais de Karl Marx: todo produto traz em si os vestígios, as marcas do sistema produtor que o engendrou. A natureza de um produto somente é inteligível quando relacionada com as regras sociais que deram origem a esse produto. Considerando, que a indústria cultural tem seu berço no capitalismo liberal, e, atinge seu grande momento com o capitalismo monopolista, ficaria claro que a indústria cultural e todos os seus veículos, independentemente do conteúdo das mensagens divulgadas, traz em si, todos os traços dessa ideologia, da ideologia do capitalismo. Contém os traços da reificação e da alienação. É que a força da estrutura se apresenta como maior do que a força possível das mensagens veiculadas. (COELHO, 1988, pp. 42-43)

É claro que esta tese compreende a existência de ações de resistência, como a própria prática ciberativista que se apropria do meio de comunicação para politizar. No entanto, as "forças contrárias à caracterizadora da natureza do veículo da indústria cultural [...] acabam ficando em segundo lugar" quando comparadas às forças econômicas e sociais que estão na raiz do produto cultural (COELHO, 1988, pp. 43).

A natureza do veículo é a terceira tese utilizada pelos pesquisadores da indústria cultural. Guardando relação com a célebre frase de McLuhan "o meio é a mensagem", Coelho (1988) escreve:

Em seus textos seria possível vislumbrar algumas possibilidades de utilização desses meios no sentido de favorecimento e não de esmagamento do homem. A chave para isso seria ainda numa abordagem estrutural desses meios que, levando em consideração a natureza específica da sua organização, possibilitasse uma manipulação adequada deles (COELHO, 1988, pp. 56-57).

Ter o veículo como ponto central na interpretação dos produtos da indústria cultural acaba, então, se aproximando muito da primeira e segunda tese que focam, respectivamente, no conteúdo e na estrutura de criação do produto. Em todas as teses é possível subverter e politizar e os resultados podem ser úteis, mas sempre serão limitados.

Por fim, mais uma forma de análise da indústria cultural trazida por Coelho (1988, pp. 69-70) é o processo de significação. Nesta tese, "o problema com a indústria cultural não é tanto *o que* ela diz ou não; [...] mas sim o modo *como* diz. [...] É que a indústria cultural é o paraíso do signo indicial, da consciência indicial".

A consciência indicial é vista como operativa. Já a icônica como analógica ou intuitiva. E por último, mas de longe menos importante, a consciência simbólica é lógica. Para compreender a categoria de signos e consciências, tome uma nuvem de chuva como exemplo. Um desenho de nuvens carregadas na previsão do tempo do jornal é um signo icônico que analogicamente representa para o público a possibilidade de chuvas no dia seguinte. Já diante de uma nuvem escura, a consciência indicial conclui que choverá. O signo da nuvem escura só tem sentido porque a chuva está diretamente ligada a este signo como coisa real, ou como possibilidade prestes a se verificar, ou como realidade já verificada no momento imediatamente anterior. A consciência indicial, portanto, só pode revelar aquilo que já foi mostrado pelo menos a outros, diminuindo o valor da revelação (COELHO, 1988, p. 68-69). A consciência simbólica, por sua vez:

é a interessada na investigação do objeto em questão, uma consciência que produz as convenções, as normas, que pretende conhecer as causas. Não se contenta em sentir ou intuir uma coisa nem constatar o que ela existe: quer saber por que existe. [...] A [consciência] simbólica quer saber por que vai chover (COELHO, 1988, p. 69).

Acontece que, conforme Coelho (1988, p. 70):

Toda a indústria cultural vem operando com signos indiciais e, sim, provocando a formação e o desenvolvimento de consciências indiciais. Isto é: tudo é efêmero, rápido e transitório; não há tempo para intuição e o sentimento das coisas, nem para o exame lógico delas. [...] O que é dado ao receptor é alguma coisa já conhecida, às vezes já conhecida pelo próprio receptor. Não há revelação, apenas constatação, e ainda assim é uma constatação superficial (COELHO, 1988, p. 70).

A falta de uma consciência reveladora, investigadora, que se propõe a saber o *porquê* dos produtos culturais serem como são, funciona como mais uma mola para alienação da indústria cultural. Nesta tese, a atividade ciberativista pode ser vista mais uma vez como limitante de acordo com o *modo* que a ação política nas redes está sendo desenvolvida. Se consegue alcançar a consciência simbólica ou se mantém como consciência indicial da indústria cultural.

O índice manda seu receptor sempre de uma coisa para outra, sem deter-se nem no objeto visado, nem nada - não permitindo nem penetrar intuitivamente nele, nem conhecer logicamente suas causas e destinos. Nesse processo, as outras duas funções semióticas (funções de interpretação, de formação do significado), a icônica e a simbólica, são reduzidas apenas à dimensão indicial quando deveriam, no mínimo, estar em pé de igualdade com esta (COELHO, 1988, p. 71).

Coelho (1988, p. 75) ainda completa que os sujeitos "passam a contentar-se com 'dados' que saem do nada e levam a parte alguma, e acomodam-se a esse universo vazio de significação em que se transforma suas vidas". A consciência indicial da indústria cultural, portanto, atrapalha o processo dialético fundamental para a formação da consciência e de uma nova realidade a qual os sujeitos ciberativistas estão propondo.

Para Silva (2017, p. 14), os sites da rede social e a cibercultura são “a consolidação da indústria cultural global”. De todo modo, o próprio autor defende o questionamento e a disputa para uma nova construção dos resultados, que são simbólicos, desse ciberespaço.

3.3 O processo comunicacional

É trazido por Coelho (1988, p. 27) que alguns estudos, construídos com base na dialética de Engels, indicam que o acúmulo de informação se transforma em formação dos indivíduos. Entretanto, os avanços técnicos que acarretam em uma melhor informação não gera, necessariamente, uma mudança nas estruturas sociais. Isso porque, como analisado por Wolton (2004), a técnica é apenas um pilar visível da comunicação. Para o autor, informação é a mensagem, já a comunicação é a relação, que é muito mais complexa. Há, necessariamente, informação dentro do processo comunicacional, não o oposto. Assim, não é só informar mais, nem mesmo melhorar a tecnologia que se comunica mais e melhor, porque há diferenças maiores que atrapalham o entendimento da informação no processo comunicacional como cultura, linguística e política.

Por exemplo, a maior quantidade de informações trocadas entre o Brasil e a Argentina não melhora a qualidade nos problemas de comunicação entre os dois países, e nem as melhores ligações telefônicas com o país vizinho solucionam os entraves políticos. De acordo com Wolton (2006, p. 19) “A facilidade de comunicar dá o falso sentimento de que seria mais fácil compreender-se”. Entretanto, o excesso de informação não gera um impacto positivo. Ao contrário, pode acarretar em uma incomunicação, que é a informação em demasia não aceita ou sintonizada com o receptor.

Nas palavras do sociólogo na obra “Informar não é comunicar”:

Pensar numa teoria da comunicação significa, antes de tudo, “destecnologizar” a questão da comunicação, trazendo de volta a história, a política e a cultura. É reconhecer a importância das Sociedades por trás dos

sistemas tecnológicos. [...] Se os canais são mundiais, assim como, às vezes, as mensagens, os receptores nunca o são. (WOLTON, 2010, 89-90)

A necessidade de "destecnologizar" encontra-se justamente no fato de que a aldeia global é uma realidade apenas tecnológica e não social, cultural ou política (2010, p. 22). Com essas afirmações, Wolton explicita o que para ele é o pilar mais importante no processo comunicacional: a cultura, que está presente desde o emissor ao receptor, passando, claro, pela mensagem. Segundo o pesquisador (2010 p. 16), "Ontem, com tecnologias limitadas, as mensagens trocadas envolviam públicos mais homogêneos. Hoje, as mensagens são incontáveis, as tecnologias, quase perfeitas, e os receptores sempre mais numerosos, heterogêneos e reticentes". O que dificulta ainda mais o processo comunicacional, principalmente para um debate politizado suscitando a consciência simbólica.

Em outra obra (2004, p.17), Wolton ainda defende que o fim das distâncias físicas "revela a extensão das distâncias culturais". Assim, não é porque a informação atravessa o mundo em menos de um segundo, que o processo comunicacional com sua interpretação em outro contexto de valores sociais perdura o mesmo tempo imediato. Há choques entre a cultura local e global inclusive para quem possui identidades biculturais. A palavra "revela" é empregada no sentido de reforço, no caso, das singularidades de cada cultura. Nesta compreensão ocorre um desvelamento do *modus vivendi* peculiar de cada cultura local que, sim, absorve a cultura global, porém não se sucumbe.

Wolton (2010) admite, no entanto, que a informação é um valor para emancipação, uma vez que foi por meio dela que a liberdade de expressão, o conhecimento do mundo e o espírito crítico foram se firmando. Conforme Silva e Arana (2016, p. 295), se nos séculos XIX e XX, a construção da liberdade de informação e expressão – com o apoio do progresso tecnológico – era o *pensar fora da caixa* de um problema insolúvel, no século XXI, um dos maiores desafios é a comunicação.

Além da cultura, outro pilar base no processo comunicacional para Wolton (2004) é a economia, considerada por ele também como o pilar mais perigoso. De acordo com Milton Santos (2013, p.39), determinadas técnicas são utilizadas por alguns Estados e empresas para aprofundar "os processos de criação de desigualdades", justamente porque, conforme Santos (2013), a informação nem sempre se propõe a informar por estar ligada ao convencimento acerca das possibilidades e vantagens advindas do pilar econômico, como produtos, serviços, empresas e governos. Esta ideia corrobora a interpretação de que a indústria cultural contém

traços de alienação e reificação advindas dos vestígios do sistema econômico e social que engendrou os produtos desta indústria.

Entre muitos pilares, categorizações e pensamentos dentro do processo comunicacional, Wolton (2004) aglutina a ideia da comunicação e a define como compartilhamento e negociação. Assim sendo, além da emissão e transmissão de ideia, há uma interatividade e troca constante entre se expressar, mas também deixar que o outro responda e que seja ouvido para que enfim haja o diálogo. A comunicação deve “organizar a convivência pacífica entre pontos de vista contraditórios num mundo onde cada um vê tudo e quer conservar sua identidade e sua liberdade de expressão” (WOLTON, 2010, p. 87).

Para tal organização, portanto, Wolton propõe que a intervenção de intermediários, como jornalistas ou documentaristas, verificando as informações que circulam pelo ciberespaço é a única forma de salvar a rede. Apesar da compreensão da função social dos intermediários e de que não há políticas reguladoras sobre a privacidade ou conteúdos proibidos de veiculação (além das regras estabelecidas pelos próprios sites de rede social que coletam e utilizam todos os dados de seus usuários), entende-se daí a necessidade do fortalecimento das regras dos sites de redes sociais.

Além disso, é necessário também o acesso amplo ao ciberespaço para que os internautas se assemelhem mesmo que em mares diferentes e possam compreender e compartilhar a informação (FERRARI, 2013, p. 8), que é valor para emancipação, de maneira crítica e criativa, pois, não há ditadura com comunicação livre, nem democracia forte com censura.

3.4 O ciberativismo

A palavra cibernética surgiu, no domínio científico e técnico, em 1939, graças ao título de Norbert Wiener do mesmo nome, mas com subtítulo mais explícito: “Teoria geral do comando e da comunicação no animal e na máquina”. [...] Desta feita a raiz ciber refere-se a universos virtuais, que principiaram, obviamente, por serem concebidos pelo homem, mas que ultimamente são gerados por máquinas, evoluindo com ou sem interação com os humanos. (ZARTARIAN e NOEL, 2002, pp. 8-9)

Sempre que somado com outra palavra, esse prefixo ciber passou a mencionar diretamente uma grande concentração de tecnologia avançada, em especial, a internet, com o nome aglutinado.

Dentro do ciberespaço, pessoas e organizações firmam suas redes sociais com aqueles que compartilham valores e interesses em comum. É então também, na rede social que o usuário expressa sua individualidade (SOUZA, 2008) e se relaciona. Nessa perspectiva, a cultura e o espaço centram foco nas interações e não no território (RECUERO, 2009, p. 164), o que permite várias possibilidades de transformações, interações e de acesso a conhecimentos.

Nessa troca social entre vários, os sites de redes sociais constituem um espaço de formação que é veloz no surgimento e renovação dos saberes. As novas formas de conhecimento nascem a partir das mais diversas fontes, suportando tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas, como a memória, o raciocínio e a percepção.

O uso ciberativista da rede tem colaborado na produção de repertórios de experiências individuais e coletivas que já se construíam em projetos midiáticos geridos pelos movimentos sociais (COGO e BRIGNOL, 2010, p.78). De acordo com Lima (2011, p. 77), a internet possui “enorme potencial democratizador da inclusão digital que rompe com a natureza unidirecional da mídia tradicional e possibilita maior pluralidade e diversidade de informações e opiniões” e transformaram a ação comunicacional ao permitir que os sujeitos produzam e divulguem seus próprios conteúdos de forma cada vez mais interativa e participativa (JENKINS, 2008).

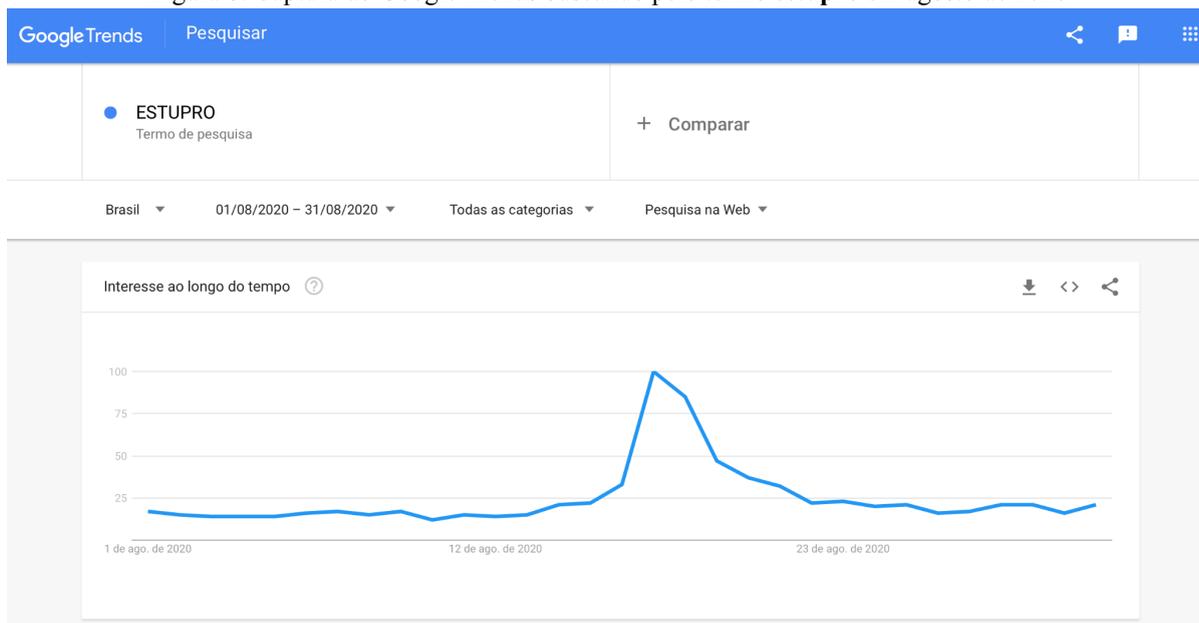
Além disso, nos sites de redes sociais é proporcionada maior visibilidade midiática, possibilitando aos movimentos sociais informar e formar a opinião pública ao interpretarem, se manifestarem sobre os acontecimentos e, conseqüentemente, conquistarem um espaço de discussão que muitas vezes não é oferecido (PERUZZO, 2015). Assim, conforme Luvizotto (2016, p. 297), “o estudo de tais redes torna-se, assim, essencial para compreender os fatores que contribuem para desencadear aprendizagens e o surgimento ou a intensificação de valores de cultura de participação”.

Um uso extremamente atual que acontece no ciberespaço é o ranqueamento das *hashtags* para a ordem do dia. A *hashtag* é uma ferramenta de aglutinação de conteúdo. Toda a produção na internet pode ser encontrada buscando no perfil que a divulgou ou por uma *hashtag* do assunto. Assim, todas as publicações feitas com aquela ferramenta marcando palavras-chave podem ser encontradas também por quem não acompanha ou busca um perfil individual, principalmente no Instagram - onde é possível seguir uma *hashtag* e receber

grande parte do conteúdo publicado com ela - e no Twitter - no qual há um destaque de *trending topics* dos assuntos mais comentados a partir das *hashtags* mais utilizadas.

Ao analisar todo o mês de agosto de 2020 no qual ocorreu o caso da menina capixaba estudado nesta dissertação, os termos "estupro" (figura 8) e "aborto" (figura 10) tiveram sua busca aumentada no *trends* do Google exponencialmente no dia 17, em que o procedimento veio à tona publicamente.

Figura 8: Captura do Google Trends buscando pelo termo **estupro** em agosto de 2020

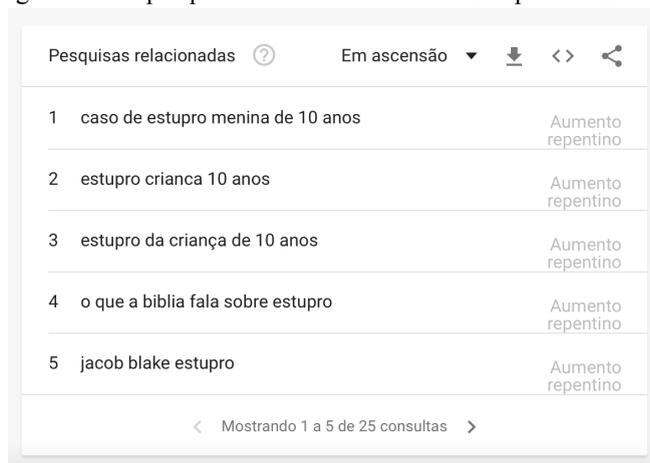


FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

Esses números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico em um dado período de uma determinada região, neste caso os dados coletados referem-se a todo o território nacional. O número 100 representa o pico de popularidade de um termo, ao passo que 50 significa que o termo teve metade da popularidade e o valor de 0 significa que não havia dados suficientes sobre o termo. No período analisado é percebido um aumento de mais de 833% nas buscas do Google pelo termo "estupro", saltando de uma pontuação de 12 no dia 10 de agosto de 2020 para o valor de 100 no dia 17 do mesmo mês.

Além disso, três das cinco principais sugestões das pesquisas relacionadas em ascensão (ver figura 9) no mesmo período e de acordo com a palavra chave "estupro", também tinham relação com o caso aqui analisado.

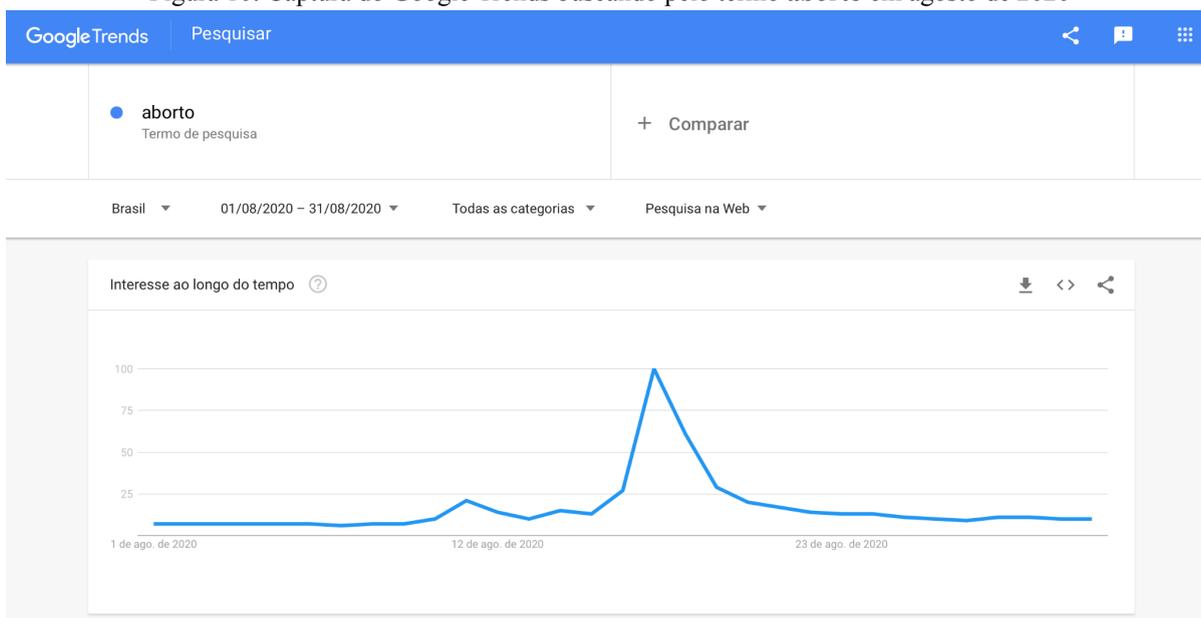
Figura 9: Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo **estupro** em agosto de 2020



FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

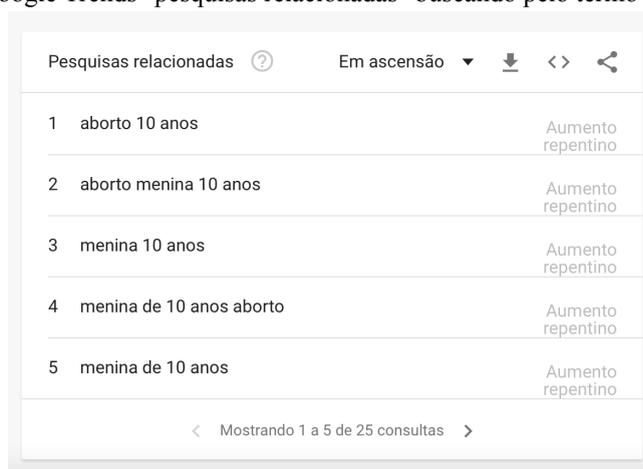
O mesmo também é notado com a palavra-chave "aborto". Enquanto o crescimento bate a marca de 1.666% subindo de um valor de 6 para 100 (ver figura 10), todas as cinco pesquisas relacionadas com o novo termo (ver figura 11) são sobre a menina K.

Figura 10: Captura do Google Trends buscando pelo termo **aborto** em agosto de 2020



FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

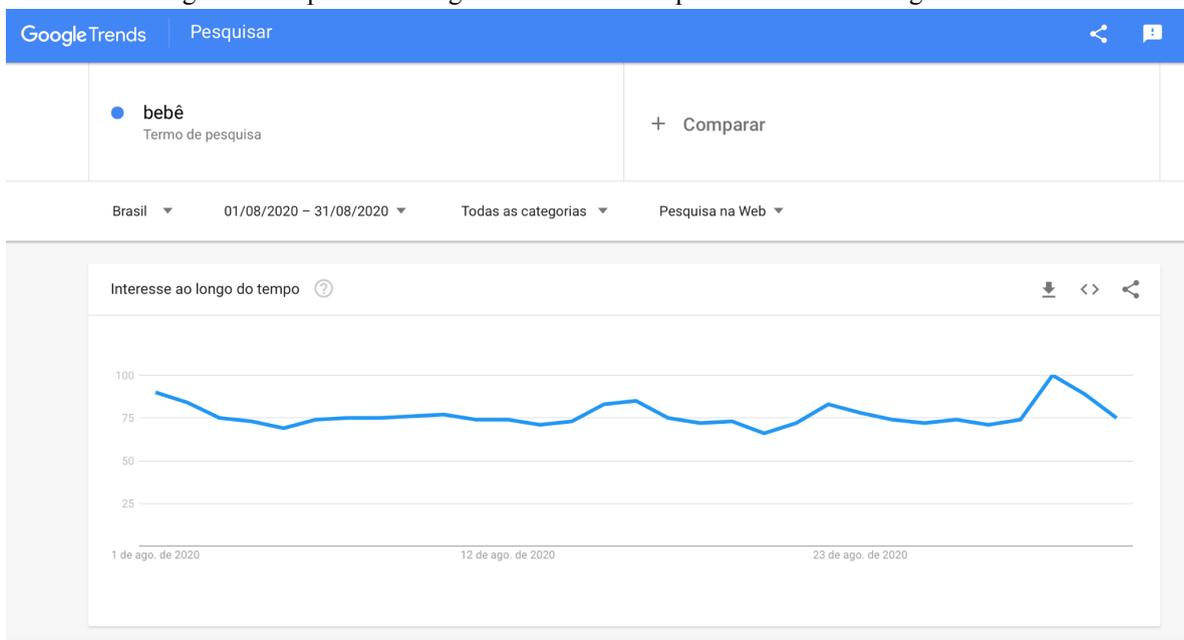
Figura 11: Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo **aborto** em agosto de 2020



FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

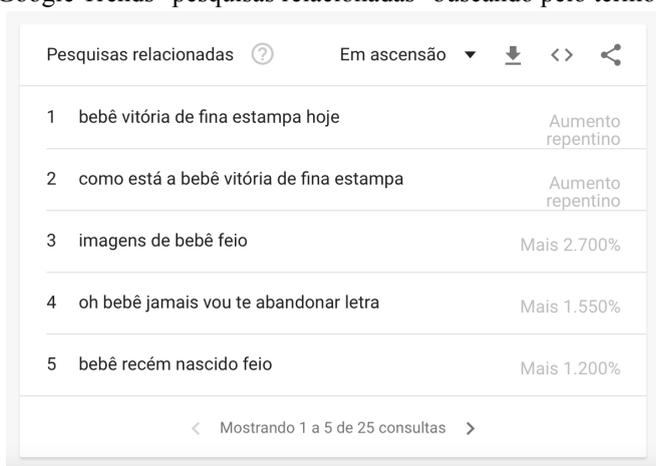
Esse crescimento, contudo, não é percebido quando a palavra de busca é "bebê" (ver figuras 12 e 13) ou "vida" (ver figuras 14 e 15). Não há um pico de popularidade destes termos ao longo do mês de agosto de 2020, tão poucas pesquisas relacionadas aos termos indicando o caso de aborto legal decorrente de estupro de vulnerável contra a menina capixaba de 10 anos.

Figura 12: Captura do Google Trends buscando pelo termo **bebê** em agosto de 2020



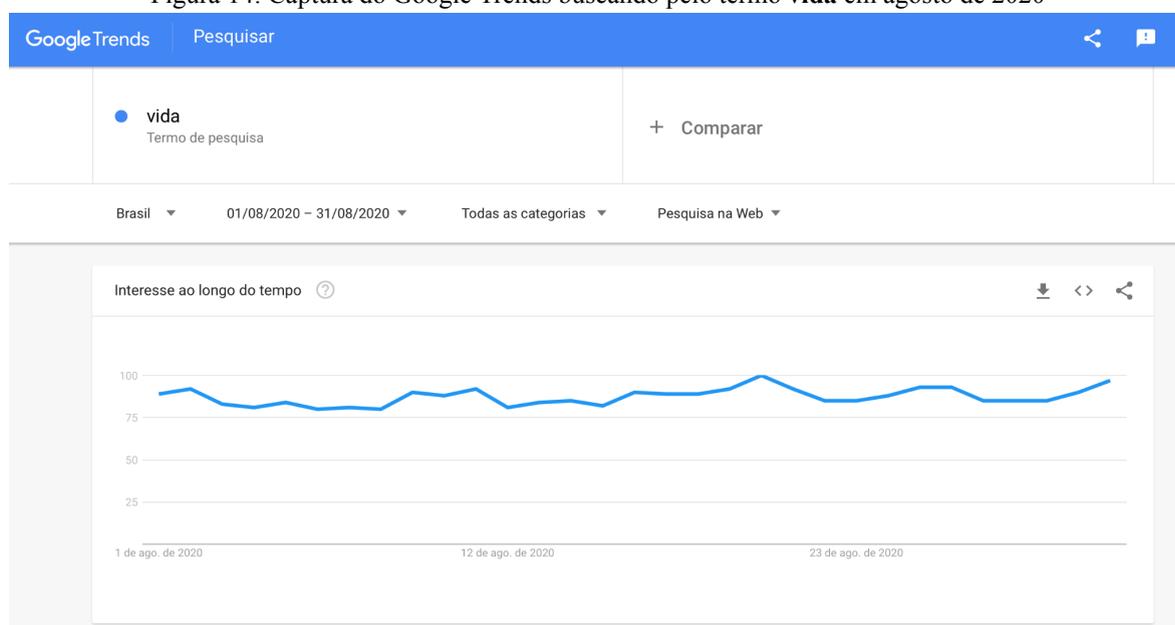
FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

Figura 13: Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo **bebê** em agosto de 2020



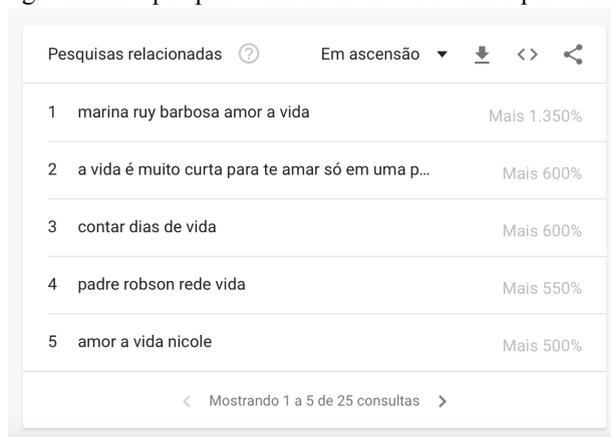
FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

Figura 14: Captura do Google Trends buscando pelo termo **vida** em agosto de 2020



FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

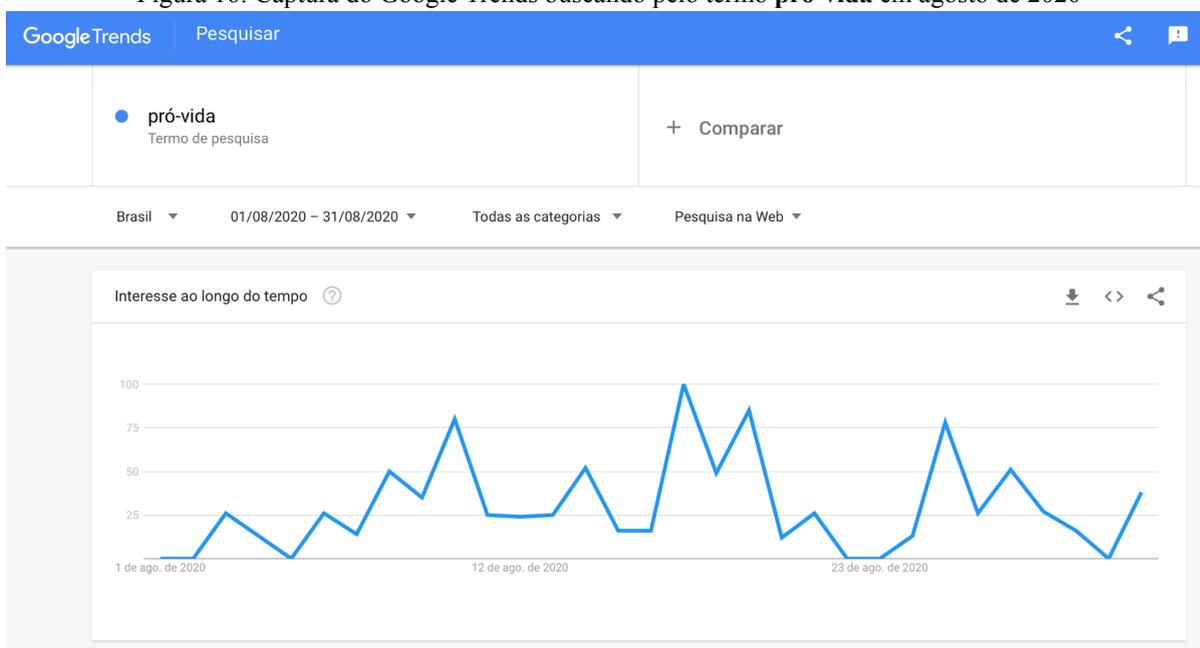
Figura 15: Captura do Google Trends "pesquisas relacionadas" buscando pelo termo **vida** em agosto de 2020



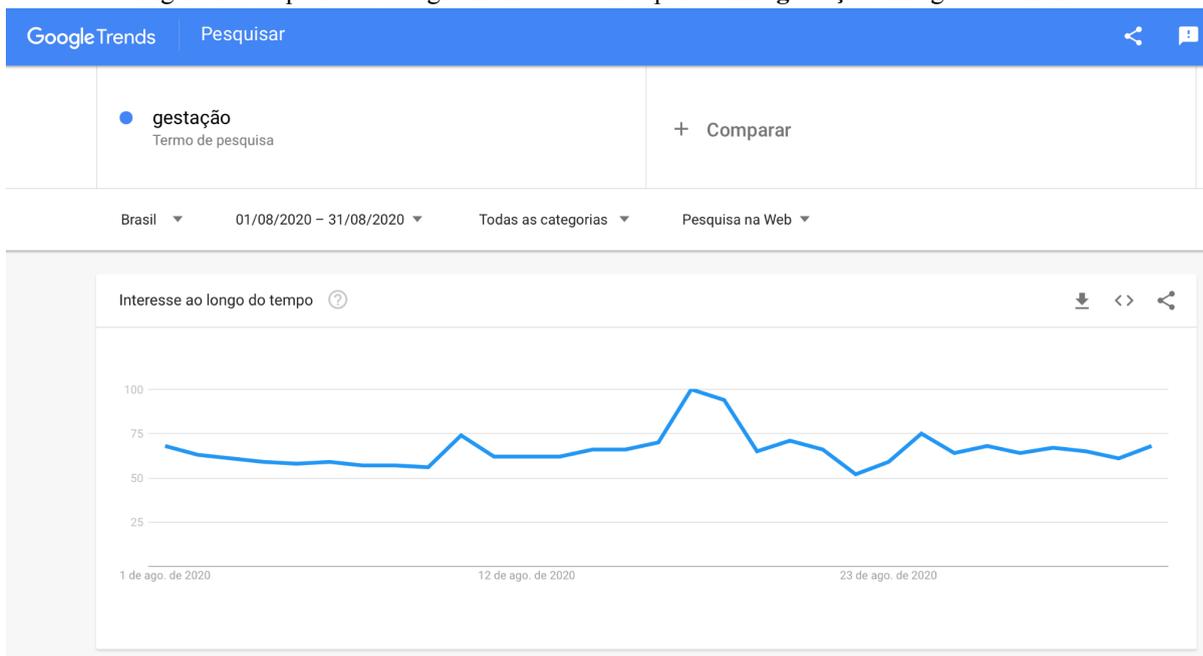
FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

Esses dados apresentados com alta constante em relação a pesquisa por "bebê" ou "vida" podem indicar muitas inferências, mas um dos resultados, certamente, é que se identifica muito mais o caso aqui analisado com o debate pautado no aborto do que na manutenção da gravidez. É apenas com a palavra "pró-vida" (ver figura 16) e "gestação" (ver figuras 17) que um crescimento mais significativo e buscas relacionadas ao caso são indicadas. Ainda assim, o aumento fica em constante oscilação na busca por "pró-vida" e restringe-se em 192% na busca por "gestação".

Figura 16: Captura do Google Trends buscando pelo termo **pró-vida** em agosto de 2020



FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

Figura 17: Captura do Google Trends buscando pelo termo **gestação** em agosto de 2020

FONTE - Site Google. Acessado em 9 mai 2022.

Para se tornar o termo com maior popularidade há, entre outras ações, o movimento de "subir uma *hashtag*", que pode ser orgânico, no qual uma pessoa publica algo que viraliza e esse assunto passa a ser mais comentado então. Entretanto, a maioria dos seus usos são estratégicos. São utilizações feitas por grandes marcas ou perfis que querem “entrar na boca do povo” ou um uso articulado. É assim que organizações sociais podem se unir e mobilizar toda a sua rede para criar uma pauta do dia nessas plataformas. Após a publicação em massa em uma mesma hora, a chance desse assunto viralizar aumenta muito e instiga que mais pessoas comentem sobre a pauta de maneira orgânica.

(...) torna-se necessário enfatizar que o campo simbólico de legitimação da cultura dominante encontra nos meios de comunicação um terreno estratégico para a generalização da ideologia, no sentido da falsa consciência, dos grupos hegemônicos. Contudo, apesar da produção de bens culturais tecnicamente padronizados e distribuídos a uma massa indiferenciada de pessoas, não se pode atribuir à indústria cultural poder absoluto de reprodução da cultura dominante, da estrutura societária e do modelo econômico que ela serve. (COSTA, 1995, p. 185).

Há resistência. Individual e coletiva. Toda forma de poder e controle causa resistência e "contra-poder" como afirma Castells. O ranqueamento da *hashtag* é um dos exemplos de apropriação dos usuários que vai de encontro com a visão que chega a ser apocalíptica, completamente descrente sobre uma eventual evolução positiva no papel da mídia (ECO, 1976). Para Eco (1973, p. 11-12), a indústria cultural acaba sendo um "conceito-fetichê" que

"tem a particularidade de bloquear o discurso, enrijecendo o colóquio num ato de reação emotiva". Nesse sentido, Eco defende arranjos positivos.

Para tal apropriação, no entanto, é necessária uma formação muito maior e mais difundida, como já apontava Silva (2017).

sua diversificação [da internet] leva a refletir que os internautas navegam por um mesmo mar, mas, tal qual esta analogia pode indicar, muitos podem estar à deriva na rede, porque mesmo as mais variadas informações estando disponíveis e a comunicação podendo se dar entre um número incontável de usuários, não significa que o simples estar na rede garanta a tão sonhada comunicação global.

Cada internauta, ou astronauta virtual, navega em um oceano cibernético em busca de novos mundos, mas esse desbravamento, como diz Goulart (2014, p.78) é o oposto do mar "vazio e melancólico, onde sem deparar-se com nada nosso olhar se perde e avistamos apenas uma imaginária linha do horizonte há muitos quilômetros de distância". Precisamos ter em mente que o oceano cibernético é plural, múltiplo e diverso. Goulart (2014, p. 78) ainda complementa que tentar compreender a internet como "uma coisa só é um verdadeiro insulto à sua natureza".

Para Bergman (2001), a imagem de um pescador em um oceano profundo representa mais o internauta na internet. Do seu barco, jogando uma rede de arrasto na superfície do mar, é possível que o pescador consiga uma grande quantidade de peixes, mas ainda há outros tantos que vivem em águas profundas e, portanto, são inacessíveis. A analogia é simples: a maioria das informações da *web* está submersa em locais bem no final das redes geradas e, por isso, a busca padrão nunca será capaz de encontrá-las.

De acordo com a pesquisa de Bergman, a maior parte da informação online não está na superfície, mas sim nas profundezas, e por isso os dados da internet são comparados a um iceberg.

Vejamos então o internauta como um naufrago que após colidir sua embarcação contra este iceberg precisa se agarrar ao gigante de gelo para sobreviver, sobrevivendo precisará encontrar alguma forma de chamar a atenção e ser visto por outras embarcações que possam passar por ali. Seguindo esta analogia, para muitos analistas, assim como um iceberg a internet tem um corpo largo que está em contato com a superfície do mar, um cume reluzente e um uma grande parte submersa e inacessível para quem não mergulhar. A parte submersa é, para Bergman, a *Deep Web*. (GOULART, 2014, p. 78)

Goulart explica que a parte mais larga do iceberg que está em contato com a superfície é a Web 1.0, com todos os sites institucionais, grandes portais de notícia, lojas, ONGs, pornografia e até sites de divulgação pessoal. Essa parte ampla e acessível é considerada a mais importante para a consolidação da internet na década de 1990.

Já o cume reluzente por onde chamamos a atenção é a Web 2.0. Apesar de fazer parte da internet "navegável" ou "acessível", ela é embasada no marketing desde a sua construção, sendo formada por todas as páginas que possuem estruturas colaborativas de criação e compartilhamento de conteúdo, como as redes sociais, o já mencionado Google, o Yahoo, a Wikipédia, fóruns públicos etc. O sinalizador saindo deste cume é tão reluzente, que é difícil encontrar alguma página da web tradicional que não incorpore os elementos da Web 2.0 para chamar mais a atenção.

Goulart (2014, p. 79) aponta que foi aqui que o uso na internet a partir da década de 2000 se popularizou, pois na Web 2.0 os consumidores eram ainda mais ouvidos e tinham "a própria voz de comando da indústria cultural e ajudam os fornecedores a reproduzir os sonhos artificiais dos consumidores", lembrando que "A fábrica de sonhos não fabrica os sonhos dos clientes, mas dissemina na população o sonho dos fornecedores" (ADORNO, 2003, p. 91).

Como num iceberg, a parte mais profunda, chamada por Bergman de *Deep Web*, é a mais volumosa. O autor estima que ela representa cerca de 70% a 75% de toda internet e muito desse conteúdo, de acordo com Goulart:

são bancos de dados que servem de base para o funcionamento de toda rede e por isso mesmo não devem ser acessados, mas existem informações sigilosas, base de dados de governos, intranets de empresas, sites que não foram indexados pela ignorância dos programadores e até mesmo fóruns e páginas que por lidarem com atividades ilegais não querem ser localizados. (GOULART, 2014, p. 79)

Apesar de uma parte volumosa da internet, o foco deste trabalho não é a falta de conhecimento técnico ao seu acesso (de *hackers*). Mas sim a própria falta de educação para internet "navegável". O próprio Silva (2017) contrapõe que "a alienação já vem, há tempos, tomando conta de tudo, sendo que só não derrota toda a esperança porque toda tecnologia está colocando em xeque conceitos como o tempo e o espaço, dando margens a alterações que, aproveitadas, podem favorecer a educação contra a barbárie".

Na sociedade contemporânea, a comunicação digital configura-se como um meio para a busca e disseminação de informação relacionada aos direitos individuais e coletivos. Mas a

ideia de democratizar a informação precisa ir além de aumentar ou facilitar o acesso. Como explica Barretos (1994), é necessário, também, que o indivíduo seja capaz de elaborar o que foi recebido e a partir disso, seja capaz de gerar conhecimento para si e para a sociedade em que vive.

Para autores entusiastas dos avanços tecnológicos da comunicação como Jenkins et al. (2014) foi tal natureza participativa que fomentou a popularização de diversas plataformas. O YouTube por exemplo, que facilita a inserção do seu conteúdo em outros locais, "tem a liberdade e a mobilidade antes atribuídas ao papiro, o que permite sua rápida circulação por um leque de redes sociais." (JENKINS et al., 2014, P.68). A comparação de Jenkins et al. feita do YouTube com papiro vem a partir da teoria que compara a descentralidade das informações que eram gravadas no papiro com as informações escritas no mármore, que por sua vez permitia uma maior durabilidade nos registros, mas eram mais caros e pesados. Apesar de não sabermos ao certo o tempo que tal vídeo continuará disponível, Jenkins et al. (2014, p. 66) pondera: "Muitas vezes, as mídias que favorecem a mobilidade também são de baixo custo, permitindo sua distribuição por mais pessoas e entre mais pessoas, o que resultou numa comunicação mais descentralizada."

A distribuição ilimitada e incontrolável do material distribuído, tanto no "uso popular da tecnologia como seu uso em nichos sempre se desenrolam muito além de qualquer coisa que seu desenvolvedor tenha podido prever." (JENKINS et al., 2014, p. 67). Tudo isso, sugere maneiras de revisar o conceito de cultura participativa, uma vez que "adquirindo maior capacidade de comunicação dentro de uma cultura de rede", caminha-se em direção "a um contexto em que a produção cultural de nicho está cada vez mais influenciando o formato e a direção da mídia *mainstream*." (JENKINS et al., 2014, p. 64).

Dentre esses nichos temos aqueles que fazem suas denúncias sociais.

produtores de mídia cívica normalmente se preocupam mais em levar a sua mensagem ao mundo. Como tal, eles têm pouca escolha, a não ser adotar a participação de seus adeptos. Em geral, a propagabilidade diminuiu os custos do discurso político. Como resultado, grupos ativistas acham mais fácil conceber e circular conteúdos de mídia convincentes, construindo afiliações mais fortes com o público que desempenha um papel muito mais ativo na propagação da sua mensagem. Essas táticas funcionam porque a criam mídia (como os vídeos do YouTube) que é de fácil circulação, prestam atenção às motivações sociais que estimulam os adeptos e os visitantes mais casuais a compartilharem esse conteúdo (JENKINS et al., 2014, p. 271)

Para os autores (JENKINS et al., 2014, p. 275) “A esperança é que tais vídeos provocativos estimulem buscas maiores por informações, inspirando aqueles que se deparam com eles a seguirem os *links* de volta e a se aprofundarem nos sites ricos em conteúdo”. Apesar das diversas críticas existentes para o chamado ativismo de sofá, essa comunicação traz impactos para fora da internet. Jenkins et al. (2014, p. 275-276) apontaram a partir de um levantamento realizado nos Estados Unidos que as pessoas que se engajaram com frequência em atividade social promocional eram tão propensas a doar quanto promotores que não utilizam mídia social; duas vezes mais propensas a doar voluntariamente seu tempo; a participar de eventos como caminhadas beneficentes; a comprar produtos ou serviços de empresas que apoiam a causa; e três vezes mais propensas a solicitar doações em nome de sua causa.

3.4.1 Surgimento e características dos movimentos ciberativistas segundo Castells

Para Manuel Castells (2017, pp. 17 e 18), os grandes movimentos ciberativistas surgem, sim, em um determinado contexto, mas também de forma inesperada. Como a maioria das mobilizações, o início conta com apenas poucas pessoas reivindicando em prol de uma pauta, mas que por alguma razão (ou razões, no plural) esse movimento cresce a ponto de, mesmo sem armas, mudar estruturas.

A mudança advém de ação conjunta de uma rede que se une pelo ato da comunicação. Comunicação no seu amplo sentido já apresentado neste trabalho com Wolton e também corroborado por Castells (2017, p. 21) como "processo de compartilhar significado pela troca de informações".

Em *Redes de indignação e esperança*, o autor centra a base do seu estudo sobre a tomada às ruas dos movimentos ciberativistas e suas outras implicações práticas em dois argumentos. A primeira premissa parte de que as relações de poder são constitutivas da sociedade e, principalmente, do Estado. Nas palavras de Castells (2017, p. 23) "enquanto as redes de comunicação processam a construção de significado em que se baseia o poder, o Estado constitui a rede-padrão para o funcionamento adequado de todas as outras redes de poder". A segunda ideia central é a de que o poder pode ser exercido tanto pela coerção quanto pela manipulação. O primeiro modo é visto como um poder mais violento, já o segundo, como um poder mais estável. Segundo Castells (2017, p. 21) "torturar corpos é

menos eficaz do que moldar mentalidades. [...] É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas".

Há várias possibilidades de redes, podendo inclusive, elas próprias, serem constituídas de outras tantas redes. Mas elas são todas compostas por pessoas, ou seja, por sujeitos políticos. Há a rede da política, da produção cultural de todos os produtos da indústria cultural, da polícia, da tecnologia, da segurança etc. E essas redes se influenciam ou se interligam, como é o caso da rede de comunicação com a rede financeira que juntas detêm um grande poder (CASTELLS, 2017, p. 22).

Entretanto, o sociólogo (2017, pp. 23 e 24) salienta que onde há poder - que é multidimensional e organizado em rede - também há contrapoder. Nas palavras do autor (2017, p. 21), o contrapoder é "a capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reinventar a representação de seus próprios valores e interesses". Desse modo, a configuração das instituições que prescrevem o cotidiano dependem dessa relação constante entre poder e contrapoder.

A manipulação dos algoritmos na indústria cultural da internet exerce um poder midiático que se soma ao poder financeiro de modo impactante. O ciberativismo existente nas estratégias de resistência de #oexperimento no site de rede social Instagram da blogueira feminista e ativista Polly Oliveira é um exemplo de contrapoder.

A fim de driblar o algoritmo e fazê-lo dar maior visibilidade ao conteúdo, ela promoveu no início de 2021 um consumo falso (ver figura 18). Polly criou "personagens mais vendáveis", como a blogueira fitness, a mulher burra sexual e o homem *coach* de relacionamentos e fazia uso de palavras relacionadas ao consumo, recomendava produtos e mencionava o perfil de marcas em suas publicações, enquanto avisava seus seguidores que se tratava de um teste²¹.

²¹ Mais detalhes sobre #OExperimento na entrevista concedida por Polly Oliveira ao colunista do jornal online Metrôpoles. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aLgnb5Rs6bg>. Acesso 12 de março de 2022.

Figura 18: Polly Oliveira mostra as publicações patrocinadas atreladas ao seu conteúdo e compartilhadas pelos seguidores com ela



Fonte: Renata Perticarati (2021)

Como resultado, #oexperimento que iniciou como uma forma de sair do *shadowban* do Instagram - que é um banimento temporário aplicado por esse site de rede social às contas (FERREIRA, 2019) devido a um suposto conflito na prática do usuário e as políticas da rede - revelou o quanto se criam instrumentos para invisibilizar as pautas sociais sob a argumentação de “conteúdo sensível” (PERTICARATI, 2021). Ainda conforme a autora:

Há relatos de que, ao mencionar determinadas palavras, escritas no post ou faladas pelo usuário, o algoritmo do Instagram diminui a entrega deste conteúdo. O problema mora diante de uma sociedade que precisa falar de assuntos delicados. Influenciadores ligados a movimentos e causas sociais precisam, constantemente, pronunciar ou escrever palavras como estupro, feminicídio, racismo e homofobia. Mas com um algoritmo que é calibrado para o consumo, fica difícil promover o livre e amplo debate sobre esses assuntos na plataforma. (PERTICARATI, 2021, pp. 52-53)

Assim, a ciberativista Polly Oliveira confundiu o algoritmo do Instagram, que passou a entender aquele conteúdo como incentivador de consumo e o entregar para toda a audiência da blogueira. Junto com as falas voltadas ao consumo de maneira nitidamente falsa e escrachada, eram entregues aos usuários reflexões feministas e de outros movimentos sociais.

Nas palavras de Perticarati (2021, p. 57), "Estamos diante de uma estratégia de resistência não à inteligência algorítmica em si, mas à sua servidão ao capitalismo".

Em entrevista ao site Mídia Ninja²², Polly comentou:

Muitas pessoas acham que O Experimento é uma arma contra o algoritmo, na verdade não. Se a gente passar o resto da vida usando o Experimento para que o nosso conteúdo seja entregue, a gente estaria realmente se moldando ao que o Instagram quer, percebi que estou jogando o jogo deles, tudo bem que eu estou mostrando para as pessoas como as coisas funcionam, mas ainda estou jogando o jogo. [...] ele [o Experimento] não é uma solução, ele é uma prova de como as coisas funcionam, porque sim, se você mentir, se você se tornar infantilizada e burra (o Instagram me provou isso), tem uma personagem que eu criei dentro do Experimento, que é baseada na Juliana do Bonde, que é uma mulher muito linda mas completamente infantilizada e sexualizada, então quando eu comecei a usar esses estereótipos, o Instagram me entregou muito, e me entregou para um público masculino. Ou seja, isso provou que eu era um produto para consumir. Todas as vezes que eu usei minha plataforma para vender uma mentira, eu tive o meu conteúdo impulsionado, entregue, tive meu alcance pelo menos 4x ou 5x maior do que quando eu falava sobre feminicídio, sobre liberdade, sobre libertação, então eu dizer que o Experimento é uma solução eu estaria mentindo, ele é apenas uma prova. (OLIVEIRA, 2021)

Já em entrevista à Elástica²³ a blogueira afirma que "#OExperimento provou por a+b que o algoritmo dá preferência a um tipo de corpo, de cor de pele e de conteúdo", ao mudar não só o teor do que falava, incentivando o consumo, mas também ao escovar os cabelos cacheados, afirmar que havia feito cirurgias plásticas e publicar fotos com bastante PhotoShop.

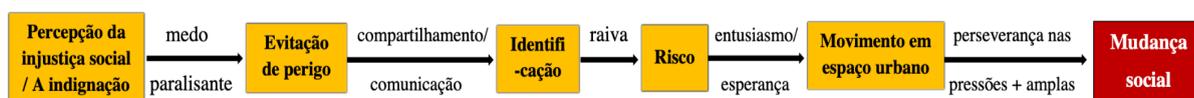
Com o exemplo de #OExperimento da blogueira Polly Oliveira é possível perceber a prática ciberativista na "tentativa deliberada de alterar as relações de poder [...] e/ou rompendo as alternâncias predominantes" descritas por Castells (2017, pp. 23 e 24) como contrapoder. Contudo, fica evidente a força do poder hegemônico em criar coerção e manipulação.

Para a quebra desse ciclo de poder, o pensador espanhol (2017, p. 190) defende que haja não somente uma força de contrapoder, mas uma rede delas que são, essencialmente, motivadas do mesmo modo que todo comportamento humano.

²² Entrevista disponível em <https://midianinja.org/marianasantana/o-experimento-e-o-dilema-dos-corpos-nas-redes-entrevista-com-polly-oliveira/>. Acesso em 10 de março de 2022.

²³ Entrevista disponível em <https://elastica.abril.com.br/especiais/polly-oliveira-experimento-algoritmo-gordofobia-padrao-beleza>. Acesso em 10 de março de 2022.

Figura 19: Gráfico da teoria de Castells



Fonte: Autoral

Na figura acima estão esquematizados os sentimentos e ações humanas motivadoras (nas setas) e suas implicações (em novas caixinhas), acarretando em um ciclo de comportamentos e consequências para a efetivação de um contrapoder em rede e uma consequente mudança social.

A indignação de uma percepção de ação injusta gera raiva, mas sobretudo, gera medo. Medo é a primeira forte sensação humana apontada por Manuel Castells (2017) como integrante no surgimento de movimentos ciberativistas. Esse sentimento paralisante em que os poderes se sustentam por intimidação ou desestímulo acaba causando ansiedade, associada à evitação de perigo. É na superação desse medo que a empatia se fortalece e se torna elemento chave para a mudança. Para tanto, o autor explica que as etapas para a superação ultrapassam a ideia de uma sensação monolítica. Apenas o comportamento de compartilhar os mesmos medos por meio de uma ação comunicativa é capaz de desencadear uma identificação, formação de coletivo e mais raiva pela indignação compartilhada. No caso da menina K., foi somente com a divulgação e o chamado coletivo que os grupos contrários e favoráveis ao procedimento de aborto souberam do caso e puderam reivindicar presencialmente.

É a partir dessa interação que os sujeitos tomam conhecimento da opressão sofrida pelos outros e podem se identificar com a situação também ocorrida consigo. E para Castells (2017) é na internet que os(as) oprimidos(as) têm voz. Através de uma comunicação massiva feita por e para muitos, a mensagem tem um grande potencial de alcance com uma multiplicidade de receptores e de conexão com múltiplas redes. Esse contato digital é denominado pelo pesquisador de autocomunicação, uma vez que a produção da mensagem é decidida de forma autônoma pelo remetente e a designação do receptor é autodirecionada. O que não significa que é de fato entregue, considerando as estruturas de poder presentes, por exemplo, nos algoritmos. Apesar disso, é importante destacar que quanto mais as ideias são desenvolvidas, alicerçadas na experiência dos participantes do movimento, mais representativo e esperançoso ele será.

Com base nessa autocomunicação e identificação é causada uma série de comportamentos de assunção de risco gerando esperança, entusiasmo e - em caso de um ciclo de contrapoder politizador - mudança social. O controle é assumido por essas emoções positivas "à medida que o entusiasmo ativa a ação e a esperança antecipa as recompensas por uma ação arriscada". E com esse entusiasmo, o que antes (pelo medo) era evitado, passa a ser o elemento chave que aproxima.

Esse caminho da indignação à esperança e efetiva mudança social, descrito por Manuel Castells a partir de uma rede de contrapoder, conta efetivamente com o ciberativismo. Esse último ainda é descrito pelo sociólogo a partir de uma série de peculiaridades. O autor lista dez características gerais dos movimentos ciberativistas:

1. São conectados em rede de múltiplas formas
2. Se tornam movimentos sociais ao ocuparem o espaço urbano
3. São simultaneamente locais e globais
4. Têm o tempo atemporal como sua própria forma de tempo
5. São espontâneos e virais
6. Criam companheirismo, cooperação e reduzem a necessidade de liderança
7. São autoreflexivos
8. São não violentos, a princípio
9. São raramente programáticos
10. São voltados para mudança de valores da sociedade

Baseado nessas características trazidas por Castells (2017, p.198), "O que esses movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é a nova utopia [...] da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade". A avaliação desses movimentos parte substancialmente, ainda nas palavras de Castells (2017, p. 242), "da produtividade histórica e social de sua prática e seus efeitos sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou mudar". Ou seja, guardando relação com a célebre frase do professor Paulo Freire (1979, p.84), "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo", assim também são os movimentos ciberativistas. Por si só, eles podem ser genéricos e não transformadores da sociedade. Contudo, podem fazê-lo se forem politizadores dos sujeitos.

4 CONJUNTURA POLÍTICA SOBRE O BRASIL

4.1 Cenário político brasileiro

Junho de 2013 foi um ponto de mudança na história da política brasileira. O que começou como um protesto estudantil, em resposta a um brusco aumento de vinte centavos na tarifa das passagens de ônibus, logo se espalhou com a chamada “não é só R\$0,20, é por direitos”. O debate de classe, de como aquele valor gerava impacto financeiro nas contas individuais da população mais pobre estava demarcado. Mas com a geração posterior de uma multiplicidade de pautas, as Jornadas de Junho (manifestações de junho de 2013 também foram assim conhecidas) provocaram uma série de "momentos de multidão".

De acordo com Jodi Dean (2016, p. 8) “a multidão não tem política. É a oportunidade para a política. A determinação se a multidão era uma multidão ou o povo resulta da luta política”. Este conceito dá sentido à complexidade dos protestos massivos e se torna apropriado às Jornadas de Junho pela disposição da multidão quanto a ser um sujeito político.

Tais “multidões” das manifestações de junho de 2013 levaram às ruas e às redes não apenas a esquerda organizada - como centrais sindicais e partidos políticos - que já estava habitualmente mobilizada, mas também grupos autônomos, como o Movimento Passe Livre (MPL) e pessoas que já faziam uso de uma estética ufanista, no que se refere ao sentimento nacionalista e patriótico em se vestir com as cores da bandeira do Brasil nas suas reivindicações (SOLANO; ORTELLADO; RIBEIRO, 2019, p. 91). Assim, essas manifestações apagaram as diferenças de classe sob o manto do símbolo nacional e demonstraram que "a diversidade nas multidões era temporal e espacial". (FERNANDES, 2017, p. 50)

Com uma eventual maioria da classe média nos protestos, esta classe social "projetou seu descontentamento sobre o Estado e o sistema político ('corrupção', 'ineficiência') e a ameaça que a inflação representa para o seu padrão de vida” (SAAD-FILHO & MORAIS, 2014, p. 240). Enquanto a esquerda brasileira não lograva boas estratégias para contemplar e demarcar as mais diversas pautas levantadas, movimentos da direita liberal - como o Vem Pra Rua ou Movimento Brasil Livre (MBL) - canalizaram o sentimento latente de frustração e incredibilidade "contra o sistema político no seu conjunto num forte sentimento antipetista, começando dessa forma uma dinâmica de polarização nas redes e nas ruas cujo centro simbólico era o PT" (SOLANO; ORTELLADO; RIBEIRO, 2019, p. 91-92).

Junho trouxe à nossa atenção mais do que uma simples crise de representação. A visão inicial de junho como uma espécie de 'primavera brasileira' energizou a esquerda radical, mas não apenas as organizações foram incapazes de entregar suas formas de representação e conteúdo (a extensão do anti-petismo ao anti-esquerdismo) como foram finalmente rejeitadas e substituídas por pós-política. [...] O enfoque moralista na corrupção é um exemplo desse fenômeno, pois foi instrumentalizado de forma patriótica e anti-esquerdista. (FERNANDES, 2017, p. 51 - tradução da autora)

A pós-política despreza o debate antagonista ao propor que as questões políticas deveriam ser gerenciadas ao invés de disputadas. Na prática, a discussão da pós-política é atribuída a uma suposta imparcialidade (nem direita, nem esquerda) e que deveria se ater aos tecnocratas e especialistas esclarecidos, se disfarçando assim como pós-ideológica, neutra, técnica e ética. Apesar de tais disfarces, praticamente positivistas, já serem superados na academia, eles ainda não foram no senso comum e, portanto, nos sites de redes sociais. Nas palavras de Slavoj Žižek:

Na pós-política, o conflito de visões ideológicas globais incorporadas em diferentes partidos que competem pelo poder é substituído pela colaboração de tecnocratas esclarecidos (economistas, especialistas em opinião pública...) e multiculturalistas liberais; por meio do processo de negociação de interesses, chega-se a um compromisso sob a forma de um consenso mais ou menos universal. A pós-política, portanto, enfatiza a necessidade de deixar para trás velhas divisões ideológicas e enfrentar novas questões, munidas do conhecimento especializado necessário e da livre deliberação que leve em consideração as necessidades e demandas concretas das pessoas (ŽIŽEK, 1999, p. 198).

Apesar de São Paulo ter sido compreendida como a principal cidade das Jornadas de Junho, já que também foi lá onde todo o movimento se iniciou, as manifestações se espalharam por todo o Brasil. Mesmo com contextos locais específicos modificando alguma(s) das dezenas pautas levantadas, as demandas despolitizadas e conservadoras foram os grandes lemas no Brasil, como “Somos a rede social”, grande faixa que se destacou em uma das maiores manifestações de Junho no Rio de Janeiro, ratificando que as pessoas estavam nas ruas em marcha e nos sites de redes sociais digitais em discussões (CASTELLS, 2017, 182). Contudo, ao ecoar este slogan – ou ainda outros como “meu partido é meu país” e “o gigante acordou” - as manifestações deslegitimaram não só as demandas originais das Jornadas de Junho, como também a esquerda organizada. "Até o Movimento Passe Livre (MPL), que afirmava continuamente sua postura apartidária, teve sua representatividade questionada e posteriormente rejeitada" (FERNANDES, 2017, p. 109 - tradução da autora).

É importante compreender essa deslegitimação e divisão da esquerda em termos de práxis. A práxis remete a concepção histórica. Em todo fenômeno social presente, há contextos do passado para que o hoje fosse assim. Conhecer a história, compreendendo que seu processo foi fruto da atividade humana e suas relações entre pensamento e ação é fundamental para se entender o contexto material atual (FERNANDES, 2020, p. 67).

Marxistas trabalham com a consciência de classe para difundir teorias e organizar práticas que formam sujeitos revolucionários. Isso não é automático, mas sim um processo com compromisso político. Por isso, da mesma forma que apenas o entendimento teórico dos fenômenos sociais é incompleto, só a ação prática - sem estar correlacionada com a consciência teórica - também não completa o processo de uma nova construção material transformadora. Se assim for, a práxis - que é a unidade dialética entre teoria e prática - não existe; a tendência é que essas duas consciências entrem em contradição e a estrutura econômica e social de desigualdade de poder se mantenha.

Uma esquerda fragmentada e em disputa política com outros atores trabalhadores enfrenta obstáculos baseados na separação entre teoria e prática, entre visão e processo. As práticas de esquerda que se orientam apenas na experiência ativa acabam sendo descuidadas com a realidade da reificação e da alienação ao pressupor uma consciência de classe autônoma. Embora as manifestações desorganizadas da esquerda possam impactar de alguma forma o *status quo* ao pressionar por mais pluralidade e acessos sociais, por si só, estes atos não constroem a vontade coletiva necessária para causar uma ruptura na totalidade (FERNANDES, 2017, p. 53).

O discurso populista de direita liberal utilizado nas Jornadas de Junho, ao invés de por as medidas econômicas e sociais neoliberais no centro da agenda, utilizou estratégias ainda mais conservadoras, como a moralização da política e o enaltecimento do poder judiciário para corrigir o Brasil. E foram esses discursos - juntamente com a disputa dos mais diversos espectros ideológicos sobre como abordar as multidões de junho de 2013 em favor do seu projeto político em particular - que desencadearam um debate pouco comprometido em torno do antipartidarismo, da antipolítica e anti-esquerda naquele sujeito coletivo fragmentado e até subordinado à multidão na pós-política. Tudo isso para afirmar que aquele coletivo que marchava nas ruas e reivindicava nas redes se afastava do que estava sendo compreendido ali naquelas movimentações como velha política (FERNANDES, 2017).

Na entrevista de Olímpio Moraes concedida para a construção deste trabalho - e que será abordada em maior profundidade adiante - ele pondera sobre os diferentes efeitos de casos similares de aborto legal em decorrência de estupro antes e depois das Jornadas de Junho e do avanço da despolitização, pós-política e conservadorismo: "O que diferencia de 2008 ou 2009 [...], mas do caso de Alagoinhas²⁴ para o caso agora do Espírito Santo é que essas forças, elas se organizaram politicamente". Olímpio lembra:

Invadir uma maternidade para quê? Raptar uma menina de dez anos? Pra fazer o quê, um mandado de segurança? E além do mais em um momento de Covid. Querer cercar uma maternidade; querer invadir; sem usar máscara e fechar a entrada de uma maternidade pública, onde tem um grande acesso de mulheres grávidas, parturientes, com gravidez de alto risco, com chegada de ambulância; prejudicar o fluxo da maternidade; agredir toda uma instituição, pessoas que tão lá salvando vidas e prejudicando assim também outras vidas; uma algazarra na frente com pessoas internadas na UTI. Isso realmente foi muito impactante porque nós não tínhamos isso, essa organização [conservadora]. (MORAES, 2022)

Para Sabrina Fernandes (2017), Junho de 2013:

foi uma ruptura com a inércia da política promovida e aceita como democracia representativa petrificada até então, mas que não introduziu a resposta para a crise e nenhum dos dois se libertou do processo de despolitização que ainda está em curso. Sabe-se que houve grandes mudanças no senso comum; no entanto, a maneira como as multidões abraçaram a negação e o "anti" sem levar adiante a construção de mais representatividade e participação direta na política enfatizou mais a necessidade do "novo" em novas formas e formatos políticos do que a politização e o conteúdo necessários para o avanço da ruptura/revolta para a mudança sistemática. (FERNANDES, 2017, p. 58 - tradução da autora)

Nessas mobilizações, até o sistema de pluripartidarismo do Brasil também foi contestado, e alguns grupos conservadores passaram a defender uma nova intervenção militar para restabelecer a ordem no país (SAKAMOTO, 2013). Embora ainda incertas de rumo em 2013, após as votações de 2014 com a reeleição da ex-presidenta petista Dilma Rousseff, as manifestações no Brasil continuaram e o PT como centro simbólico se manteve em pauta. Os protestos pró-impeachment e pela volta do poder militar no executivo se tornaram comuns em

²⁴ Em 25 de fevereiro de 2009, uma menina de 9 anos de Alagoinhas, interior pernambucano a 230 km do Recife, ao apresentar tonturas e enjoos ela se descobriu grávida de gêmeos com 16 semanas. A gestação era decorrência de estupros causados pelo padrasto que ocorriam desde que ela tinha 6 anos de idade. Pela gravidez ser considerada de alto risco, a criança foi encaminhada à capital e teve o procedimento de aborto executado na mesma maternidade da Universidade Federal de Pernambuco, o Cisam. Olímpio Moraes, a criança e toda a equipe médica responsável pelo abortamento da menina de Alagoinhas foram excomungados pelo arcebispo de Pernambuco da época, dom José Cardoso Sobrinho.

parte, também, pela influência da mídia e pela presença ainda restante de instituições militares no cotidiano (FERNANDES, 2017, p. 62). Essa sequência de atos expuseram a presença de grupos conservadores, que apesar de suas cisões internas “em termos de tonalidades ideológicas expuseram publicamente convicções de cunho segregador e autoritário” (MESSENERGE, 2019, p. 175).

Neste trabalho é utilizado a compreensão do conservadorismo como as tendências de direita e progressismo como as tendências de esquerda. O termo “conservador” é usado para referir a uma posição política que visa a manutenção do sistema político vigente e de seus modos de funcionamento, sendo diretamente uma contraparte das forças inovadoras. O surgimento do conservadorismo advém como "resposta às teorias progressistas do século XVIII, que reivindicavam para o homem uma possibilidade de autodeterminação e imanência” (REIS, ZANETTI e FRIZZERA, 2020, p. 39).

Com o desenvolvimento do ciberativismo e o avanço do conservadorismo, a união de ambas ascensões, ou seja, o crescimento do ciberativismo conservador, também foi percebido nos sites (de redes sociais ou não).

O fenômeno das webcelebridades e dos influenciadores digitais - novos “formadores de opinião” que se forjam nas redes digitais junto a públicos específicos a partir de determinados tipos de capital social - deixou de ser restrita ao entretenimento e descolado da esfera política, chamando atenção para o papel dos algoritmos nesse processo, que tendem a impulsionar conteúdos produzidos em consonância com seus critérios de monetização (REIS, ZANETTI E FRIZZERA, 2020, p. 41 e 42)

Identificam-se como formadores de opinião as lideranças que, reconhecidas por suas audiências, “se transfere a responsabilidade de organizar cognitivamente uma grande quantidade de informações sobre um mundo complexo, auxiliando o cidadão adquirir demonstrar a competência mínima que ele exige a política” (ALDÉ, 2004, p. 46).

São os emissores legitimados pelo meio social receptor, por serem distinguidos como dotados de opinião autorizada, identificados como agentes com grande competência interpretativa da realidade concreta e acesso privilegiado às informações consideradas relevantes. São eles, portanto, os pautadores dos interesses e das prioridades informacionais de sua audiência intérpretes da sua vida cotidiana e da política. (MESSENERG, 2019, P. 182)

Como exemplo desses formadores de opinião, Machado e Miskolci (2019, p. 949) trazem Olavo de Carvalho (auto intitulado filósofo e professor) que era inspirador das principais lideranças dos grupos de direita na rede do Brasil, como os já citados *MBL* e *Vem*

Pra Rua, além de guru ideológico do governo Bolsonaro. Na segunda década do século XXI, Olavo começou a despontar com seu site, publicando textos, defendendo teses conservadoras, articulando e ressignificando, especificamente para o público brasileiro, a obra de pensadores de direita. Ainda de acordo com Machado e Miskolci (2019, p. 949) "Carvalho dava um verniz de suposto fundo filosófico a suas ideias políticas, atraindo um grande número de seguidores, em especial jovens brancos de classe média e alta".

Em 2002, Olavo cria a sua própria rede de informação alternativa, o "Mídia sem Máscara (MSM)", engajando uma rede de colaboradores para apresentar suas visões dos fatos, fazendo frente aos meios de comunicação de esquerda (PATSHIKI, 2012). Além disso, como aponta Machado e Miskolci (2019, p. 949) o novo site MSM "viria a se tornar epicentro para a tradução de análises políticas de pensadores conservadores da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos".

Neste avanço da direita, o debate político vem se reduzindo ao pessoal. Nos últimos anos - além das discussões terem se voltado novamente sobre família, sexualidade e direito ao corpo, como a exemplo de uma suposta "ideologia de gênero" - a discussão continua centrando esforços em individualizar problemas sociais.

Nas palavras de Capêda (2018, p. 52), "o termo nova [direita] exprime um novo cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política", e não necessariamente uma novidade nas defesas de pautas neoliberais e moralistas e na prática despolitizadora da população.

4.2 O processo de despolitização

Verifica-se o processo de despolitização em meio a diferentes contextos, com esforços conscientes e inconscientes e variando de acordo com conjuntura política. De acordo com Fernandes (2017, p. 153 - tradução da autora), o processo de despolitização no país é um "resultado indireto da conciliação de classes, métodos de coerção e construção de consentimento para as forças no poder". Mas a pesquisadora também pontua que houve um projeto da direita brasileira para:

remover, diluir ou contorcer a ideologia, alterar a consciência de massa, controlar a produção cultural e seus resultados, disseminar informações manipuladas e tendenciosas como legítimas, impedir o pensamento crítico, a organização e mobilização coletiva que vão desde ações de partidos políticos a comícios locais (FERNANDES, 2017, p. 153 - tradução da autora).

Mesmo que a concessão e a coerção sejam utilizadas para o mantimento de um povo despolitizado, conforme Gramsci (1971, p. 80), os efeitos do consentimento são mais eficazes e perduráveis na prevenção de um conflito que poderia se tornar muito politizador. É o que também escreve Castells (2017) ao afirmar que a manutenção de poder pela coerção tende a ser mais violenta ao passo que pela manipulação o processo é mais estável.

Para Chauí & Nogueira (2007), a despolitização distancia o povo do debate político ao criar barreiras à consciência política e desqualificar as práticas políticas vigentes. Além disso, o processo de despolitização também delimita o surgimento de politizações com foco no indivíduo, o que cria uma rejeição a práticas institucionais e, conseqüentemente, uma auto exclusão que impede a apropriação e transformação do Estado (FERNANDES, 2017, p. 153).

No caso do contexto do Brasil, poderia se supor que, desde as Jornadas de Junho de 2013, os brasileiros estão mais politizados já que há maior debate e interesse sobre as representatividades e a conjuntura política do país. Contudo, mesmo que o interesse seja uma pré-condição importante, só ele é insuficiente. Até porque a pós-política oferece um espaço para o interesse e debate político, mas que além de não se engajar em uma profunda politização, ainda se opõe ativamente a ela. (FERNANDES, 2017, p. 154). Além do exposto, de acordo com a socióloga:

Repolitizar ou politizar de novo, entretanto, é uma questão muito mais complicada e se relaciona aos processos dialéticos entre a consciência e a prática do sujeito coletivo em relação às estruturas e superestruturas que dependem e governam o *status quo*. Respostas baseadas simplesmente na promoção ou restauração da democracia, por exemplo, [...] em um contexto onde artefatos democráticos foram manipulados para tirar os direitos democráticos e demonstrar que a esquerda é vulnerável à despolitização, mesmo quando isso significa fazer o contrário. (FERNANDES, 2017, p. 6 - tradução da autora).

A despolitização é uma forma de atuação da pós-política que nega ou distorce a história, concebe novos mitos e tenta separar a consciência da compreensão social da realidade. Wilson e Swyngedouw (2015) argumentam que a pós-política é uma colonização do político pela política. Desse modo, a pós-política oferece falsas soluções para os problemas causados pela despolitização que servem para restaurar os elementos básicos do *status quo* e, apesar de gerar uma idealização de que há uma pluralidade de escolhas, na verdade, submete debates e questões dentro das fronteiras da ordem hegemônica (FERNANDES, 2017, p. 5).

Ademais, a pós-política rejeita a radicalidade da esquerda de expor as relações antagônicas na sociedade em benefício da conscientização de classe, da raça ou do gênero, questões presentes no caso analisado neste trabalho. As tentativas de politização da esquerda, nas palavras de Fernandes:

são vistas como divisoras, injustas e promotoras da intolerância ao lançar os pobres contra os ricos, os negros contra os brancos, e assim por diante; isto é, as necessidades legítimas da esquerda de expor o antagonismo são lidas como uma criação artificial de antagonismo onde deveria haver apenas consenso (FERNANDES, 2017, p. 155-156 - tradução do autor).

Este é o raciocínio que baseia as afirmações despolutizadoras de que não há poder de classe, gênero e raça. Portanto, com a despolutização não são o próprio sistema de exploração, a exclusão e a intolerância que são compreendidos socialmente como os criadores das violências estruturantes, mas sim a esquerda ao sugerir opressões – que pelo argumento da meritocracia não existem. A esquerda que é lida como intransigente com a qual não se pode dialogar.

Para a maioria dos estudiosos da indústria cultural, nenhum dos seus produtos gera um resultado positivo se não há uma grande reforma ou revolução na estrutura da sociedade (COELHO, 1988). Mas de acordo com Coelho (1988, p. 102) “essa visão [...] pessimista é apenas parcialmente correta. [...] Procede a uma análise superficial da questão”. A justificativa, seguindo com o autor, está justamente no fato de que o fundamental no processo comunicacional não está na quantidade ou natureza das mensagens, mas sim “na estrutura mental e psíquica dos envolvidos receptores dessas informações”. Apoiado em Goldmann, Coelho traz:

a sociedade tecnocrática não pode e não quer imbecilizar completamente os indivíduos, por maior que seja o número dos diplomados analfabetos. Essa sociedade só existe enquanto houver a promoção de um saber; de algum saber; ela portanto tem brechas, e essas brechas têm de ser aproveitadas (COELHO, 1988, p. 105).

Ou seja, seguindo este raciocínio a comunicação ciberativista pode ser construída em brechas da sociedade tecnocrática, mas apenas será um processo de comunicação completo e realmente ativista, caso ocorra interpretação e politização dos receptores. Em exemplo de um ciberativismo acerca do aborto legal no Brasil, caso crie consciência da arena política sobre o tema apoiada no debate que já foi travado ao longo da história do país.

5 CONJUNTURA POLÍTICA SOBRE O ABORTO

5.1 O aborto e a hegemonia econômica e ideológica no trabalho reprodutivo

De acordo com Rebouças e Dutra (2011), o aborto é a expulsão do embrião ou feto do útero antes de 20 semanas, período de formação mínima para sua sobrevivência fora da placenta. Essa expulsão pode ser de forma espontânea, quando é interrompido natural ou acidentalmente, ou provocada, quando causada por uma intervenção humana intencionada. A palavra aborto tem origem latina na fusão de "*ab*" e "*ortus*", que significa privação do nascimento (QUEIROZ & BRIGAGÃO, 2009).

O aborto é pauta de reflexões e providências desde a história do pensamento humano (MARTA & JOB, 2008), remontando às mais antigas civilizações como prática milenar, nas quais não era considerado crime ou mesmo uma questão polêmica em sua maioria (WIESE, 2012; REBOUÇAS & DUTRA, 2011).

Foi com o surgimento do cristianismo que o aborto passou a ser condenado. Com as ideias de São Tomás de Aquino, em meados do século XIV, de que o feto não teria alma, ainda ocorreu uma maior tolerância por parte da Igreja quanto a essa questão. Mas quando, em 1869, a Igreja Católica declarou que havia alma no feto, o aborto e todos os métodos contraceptivos passaram a ser condenados (REBOUÇAS & DUTRA, 2011).

Segundo Galeotti (2007), existe ainda um outro marco importante na história do aborto, que seria o século XVIII, principalmente após a Revolução Francesa. Foi nessa época que o feto passou a ser privilegiado, já que se tornaria um futuro soldado e trabalhador e a interrupção da gestação passou a ser vista como uma ameaça à estabilidade social e econômica, assim como ocorreu no período pós-Peste Negra, praga que entre 1347 e 1352 dizimou um terço da população europeia (ZIEGLER, 1969). Antes, no entanto, ele era considerado apenas um apêndice da mãe e como ela era a única que poderia testemunhar sua gravidez. Portanto, assim como se pauta nos dias de hoje no campo progressista sobre a autonomia do corpo, o aborto já foi uma questão unicamente da mulher.

No início do século seguinte - XIX - houve um aumento no número de abortos devido ao êxodo rural. Nesse contexto, Schor e Alvarenga (1994) apontam que o aborto representava uma ameaça à classe dominante, pois implicava em uma redução da futura mão-de-obra para as indústrias. Além disso, Marques e Bastos (1998) lembram que no final do século XIX e início do século XX houve o descobrimento da embriologia na ciência médica, e a prática do

aborto passou então a ser encarada como perigosa para a saúde da mulher. Para Rebouças e Dutra (2011), "tais acontecimentos são os precursores das legislações punitivas de alguns países da Europa e nos EUA no início do século XX".

Somente nesse breve aporte histórico das antigas civilizações até o século XX, constata-se o quanto a mesma prática do aborto é compreendida de formas diferentes - como um simples acontecimento, um perigo e até um crime - conforme a realidade material do contexto socio-temporal e a ideologia hegemônica vigente. Quando a perda de um feto passa a ser percebida como a perda de um trabalhador, o sistema econômico capitalista tende a despolitizar essa prática milenar com desinformações sob o véu ideológico.

O trabalho reprodutivo é, portanto, importante e necessário para o capitalismo. É o que defende Silvia Federici (2017) - uma referência na temática - ao afirmar que esse sistema requer uma entrada constante de capital expropriado. Assim, diferente de Karl Marx (2013) que teria deixado de fora de sua pesquisa o trabalho reprodutivo, já que compreendia a acumulação primitiva como um resquício pré-capitalista, a autora do Calibã e as Bruxas (2017) marca que a acumulação primitiva, a partir das diferenças sexuais socializadas

têm sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho [assalariado]. Argumentamos ainda que nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza "improdutiva" do trabalho doméstico, e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens (FEDERICI, 2017, p. 12)

A divisão sexual de trabalho criou uma relação de poder ao transformar todo o trabalho feminino em "tarefa doméstica" que seria um "não trabalho" sem valor de mercado (WIESNER, 1993), assemelhando-se a um recurso natural disponível para todos. Conseqüentemente, essa transformação mudou também a relação das mulheres com o capital, pois até mesmo quando feito fora de casa, esse trabalho era pago a um menor valor do que o trabalho masculino numa quantia insuficiente para que as mulheres pudessem sobreviver dele, gerando assim um ciclo de grande impulso à acumulação capitalista deste trabalho feminino. Nas palavras de Federici (2017, pp. 190 e 191) "a exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para sua fixação no trabalho reprodutivo [desvalorizado] e para sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica. [...] a pobreza foi feminilizada".

Conclui-se, portanto, que o disfarce da inferioridade no trabalho feminino quanto ao

masculino não é natural e sim mais uma construção social ideológica para a manutenção e ampliação econômica do capitalismo. Para esse sistema econômico de exploração é vantajoso ampliar o trabalho não remunerado. E para esse sistema misógino, é vantajoso que esse tipo de trabalho fique sob a responsabilidade feminina. Desse modo, mantém-se a exploração e o controle das mulheres, sobre o que elas podem ou não fazer e, conseqüentemente, sobre seus corpos.

Essa divisão sexual do trabalho acaba servindo também como um instrumento de alienação ao tornar homens e mulheres da mesma classe proletária antagonistas entre si. Os trabalhadores homens foram frequentemente cúmplices deste controle das mulheres, uma vez que ganhavam poder em relação a elas graças a três aspectos: o seu acesso quase exclusivo ao trabalho assalariado, a desvalorização e disciplina das mulheres e, por último, pela contribuição da acumulação primitiva delas. Conforme Federici (2017, p. 234), os homens pagaram por esse poder com a "auto alienação e a 'desacumulação primitiva' de seus poderes individuais e coletivos". A divisão sexual do trabalho, portanto, desvia a atenção da acumulação, desigualdade e hierarquia de grande parte da classe trabalhadora com a classe dominante, a qual promove e lucra com a divisão sexual, reprimindo o proletariado como um todo.

O controle contraceptivo das próprias mulheres quanto a sua função reprodutiva era visto diretamente como “poções para a esterilidade” ou *maleficia* (NOONAN, 1965)

[...] Assim, no *Decretum*, escrito por Burcardo, bispo de Worms (até 1010), depois da pergunta ritual: *Fizeste o que algumas mulheres estão acostumadas a fazer quando fornicam e desejam matar suas crias, agir com suas maleficia e suas ervas para matar ou cortar o embrião ou, se ainda não o tiverem concebido, conspirar para que não o concebam?* era estipulado que as culpadas fizessem penitência durante dez anos (FEDERICI, 2017, p. 85 - marcação original)

Segundo Noonan (1965) também era observado se o controle contraceptivo era motivado pela dificuldade da mulher em prover a sua própria alimentação ou para esconder um crime de fornicação. Dessa forma, até mesmo na Alta Idade Média - assim como hoje - havia certa hierarquia moral de qual mulher poderia ser perdoada por realizar algum método contraceptivo e qual não, caindo por terra o argumento que a defesa da vida está acima de tudo; na realidade, ao punir com maior rigidez a mulher que exerce sua liberdade sexual, o que está em maior questão aqui é o controle do corpo feminino.

Segundo Weber (1958), a apropriação e transformação do corpo está no cerne da

ideologia burguesa, uma vez que o capitalismo transforma nosso "estado natural" para compra e acumulação - que é o seu objetivo - como meta de vida, ao invés de apenas um meio para satisfazer nossas necessidades. Para tanto, esse sistema econômico necessita que a sociedade vá além dos limites da natureza e do próprio corpo para estender o dia de trabalho, amplificar a alienação dos sujeitos e retirar o direito a qualquer forma espontânea de desfrutar a vida (WEBER, 1958).

Todo esse processo de alienação na sociedade capitalista compõe a relação direta com a reificação, o processo de se transformar em coisa, em outras palavras, a coisificação. Segundo Coelho (1988, p. 11):

Para essa sociedade, o padrão maior (ou único) de avaliação tende a ser a coisa, o bem, o produto, a propriedade: tudo é julgado como coisa, portanto, tudo se transforma em coisa - inclusive o homem [e principalmente a mulher]. (COELHO, 1988, p. 11)

Retomando a discussão sobre o controle da maternidade e do trabalho reprodutivo, a contracepção por meio de poções e supositórios vaginais que ocorria nos tempos medievais e, até então, havia sido passada de geração em geração, quando foi criminalizada expropriou as mulheres desse saber, fazendo-as perder esse conhecimento e sua limitada autonomia ou passando-as para a clandestinidade. Assim, o Estado privou as mulheres de suas próprias integridades psicológica e física, criando uma maternidade forçada e um trabalho reprodutivo até então desconhecido pelas sociedades anteriores. (FEDERICI, 2017, pp. 181-182)

Como visto anteriormente, as quedas demográficas na Europa trouxeram a interpretação de que os fetos eram de grande valia para a manutenção do sistema econômico e para as vitórias nas guerras, já que se tornariam futuros trabalhadores e soldados. Neste cenário, foi promovida a caça às bruxas com mulheres, uma política de perseguição religiosa, política, sexual e judicial (de extermínio) executada a partir do século XV até o século XVIII pelas igrejas Católica e Protestante, pelo Estado e pela classe dominante, os quais acreditavam que só com uma população numerosa se constituiria a riqueza do país (EHRENREICH & ENGLISH, 1984).

O estereótipo das bruxas eram as mulheres consideradas feias ou com alguma deficiência física ou mental; idosas; ciganas; mulheres consideradas bonitas que despertavam desejos em padres celibatários ou homens casados; mulheres que praticavam curandeirismo e benzedorismo; parteiras, enfermeiras e assistentes. Estas últimas, tinham conhecimento de plantas medicinais e curavam enfermidades nas comunidades em que viviam, tornando-se

mulheres de elevado poder social e, muitas vezes, sendo a única possibilidade de atendimento médico para as pessoas pobres do lugarejo. Isso também despertou a ira da medicina masculina que ascendia e viu que aliando-se à Inquisição seria uma boa maneira de eliminar as suas concorrentes econômicas.

Além de uma mulher feia, velha, libidinosa e assustadora, a figura da bruxa também passou a ser associada àquela que "comia criancinhas" ou fazia uso dos corpos delas para produzir suas poções mágicas. Um estereótipo que, mais tarde, foi introduzido e popularizado pelos livros infantis (FEDERICI, 2017, p. 324), como o conto de João e Maria²⁵ que se tornou popular nos escritos alemães dos Irmãos Grimm.

Mesmo que essas histórias para crianças não tenham surgido como um produto da indústria cultural na Idade Média, elas se multiplicaram e foram preservadas até o imaginário de hoje, perpetuando a alienação que, de acordo com Silva (2017, p. 11), é "propiciada pela educação que não está dirigida a uma autorreflexão crítica". Tal afirmação carrega diretamente o sentido de que essas histórias reforçam a ideia de alienação defendida por Marx (2013), na qual o momento de apreciação dos produtos culturais funcionam apenas como válvulas de escape para que a classe trabalhadora continue vivendo para trabalhar e para sobreviver.

Conforme Federici (2017), a associação entre a bruxaria e o aborto surgiu pela primeira vez na Bula de Inocêncio VIII (1484):

através de seus encantamentos, feitiços, conjurações, além de outras superstições execráveis e sortilégios, atrocidades e ofensas horrendas, [as bruxas] destroem as crias das mulheres [...] Elas impedem a procriação dos homens e a concepção das mulheres; daí que nem os maridos podem realizar o ato sexual com suas mulheres nem as mulheres podem realizá-lo com seus maridos (KORS e PETERS, 1972, pp. 107-8).

Citando Kors e Peters, Silvia Federici (2017) explica que foi nesse momento que os crimes reprodutivos passaram a ocupar um lugar de destaque nas acusações. No século XVII, as bruxas foram incriminadas por pertencer a uma seita infanticida dedicada à prática de

²⁵ João e Maria são dois irmãos de uma família muito pobre, que não tinha mais condições de alimentá-los e, por isso, foram abandonados em uma floresta. Conscientes do plano dos pais, as crianças jogam migalhas de pão pelo caminho para que, mais tarde, pudessem encontrar a trilha de volta para casa. Os pássaros, no entanto, comem as migalhas e João e Maria ficam presos na floresta. Perdidos em círculos, os irmãos acabam encontrando uma casa feita de doces por uma bruxa feia e má, que construiu este lar para atrair crianças e cozinhá-las para sua alimentação. Na história, os irmãos são capturados, mas enganam a bruxa miópe mostrando um graveto fino quando ela pedia para ver quão gordos estavam seus dedos. Com o tempo, eles se alimentam e armam uma emboscada para matar a bruxa queimada no caldeirão (tal qual faziam as fogueiras da Inquisição) e conseguem fugir.

aborto, assassinato ou oferta de crianças ao demônio, conspirando para o fim das novas gerações. Um julgamento nitidamente despolitizado, quando foi o próprio Tribunal de Inquisição quem executou, em média, 9 milhões de pessoas, das quais mais de 80% eram mulheres, incluindo moças e crianças que eram consideradas herdeiras do mal (MENSCHIK, 1977). Além de serem também despolitizados posteriormente os crimes e as culpas dos caçadores de bruxas, já que essa política passou a ser descrita como um processo de “terapia social” (MIDELFORT, 1972), ou a ser explicada em termos médicos como "loucura" e "pânico" de pobres mulheres que sofriam com alucinações (FEDERICI, 2017).

Considerando o gênero, a classe e o impacto numérico de extermínio ao longo de três séculos, é possível dizer que a caça às bruxas foi uma política de genocídio contra o sexo feminino, com o objetivo de manter o poder das classes dominantes e da Igreja e punir as mulheres, uma vez que elas eram acusadas por se organizarem em grupos, conversarem sobre problemas comuns, conhecimentos medicinais e até mesmo compartilharem notícias (EHRENREICH & ENGLISH, 1984). Além disso, segundo Federici (2017, p. 305 e 306), é possível afirmar também que essa política foi um "instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos"; foi tentada uma criminalização do controle da natalidade e uma disposição do corpo feminino à acumulação primitiva e o aumento da população.

5.2 Cenário político brasileiro sobre o aborto legal

No Brasil, também há registros do aborto desde antes da colonização, sendo realizado pelas mulheres indígenas (BORSARI et al., 2012; REBOUÇAS & DUTRA, 2011), e também pelas de Portugal, mesmo que por razões diferentes. As primeiras cartas jesuíticas já traziam a prática do aborto como um hábito recorrente entre as indígenas - o que não significa dizer que fosse, assim como no resto do mundo, uma ação segura. As mulheres nativas induziam o aborto carregando peso, apertando suas barrigas ou tomando xaropes (PRIORE, 2001). “Ao tentar livrar-se do fruto indesejado, as mães acabavam por matar-se. O consumo de chás e poções abortivas acabava por envenená-las” (DEL PRIORE, 1993, p. 301). De acordo com Matos (2011) e Nardini (2008), o aborto era realizado culturalmente a partir do terceiro filho de um casal indígena devido à capacidade de proteção de apenas duas crianças pelos pais em uma situação de guerra. Além disso, para Rebouças e Dutra (2011): "a exploração do trabalho

indígena regada a violências por parte dos missionários e remunerações miseráveis também foi motivo para que as índias o praticassem".

De acordo com Priore (2009; 2001), foi com a valorização da maternidade que a promoção da fecundidade feminina e preservação da gravidez foi fortalecida, de modo que o aborto representava uma mácula. Assim, depois de muito tempo sendo considerado pela Igreja Católica e elites dominantes brasileiras como amoral - e com o aumento do seu número - surgiu a necessidade de criar uma legislação que proibisse o aborto.

Data de 1830 o primeiro Código Criminal Brasileiro que falava sobre a proibição do aborto. Segundo Rebouças e Dutra (2011, p. 422) "Esse código punia qualquer pessoa que tentasse realizá-lo ou fosse cúmplice na tentativa de fazê-lo". Entretanto, o Direito não estava focado em responsabilizar a mulher que induzisse seu próprio aborto nesta primeira metade do século XIX, porque entendia-se que ela não estava fazendo mal a outra pessoa. Durante o processo criminal, a mulher era vista como frágil, como "uma pobre coitada que em um momento de desespero teve que eliminar a gestação", que deveria ser protegida da má-fé de terceiros (VÁZQUEZ, 2014, p. 149). Já o abortamento, sobretudo, as intervenções abortivas da medicina incipiente da época, era visto como prática violenta (CASTELBAJAC, 2010).

Foi só em 1890 que o Código Penal do Brasil passou a punir a mulher que realizasse o auto-aborto. Além disso, com agravantes em alguns casos como em um aborto para esconder a *própria desonra*, de uma gravidez antes ou fora do casamento. Pelo exposto, é possível notar que o Código Criminal Brasileiro teve forte influência dos ideais católicos, pois as leis que defendiam bons costumes das famílias e dos cidadãos eram ligadas à conduta moral, principalmente no que se refere à mãe (PREDEBON, 2007).

O discurso da Igreja que reduzia o sexo à reprodução também foi adotado pela medicina da época. No século XX surgiram pesquisas que reforçavam a imagem ideal da mãe devotada aos seus instintos maternos, associando à honra feminina com sua virgindade e conduta moral (HENTZ, 2013). Muitos desses estudos disseminaram na ciência o preconceito ao aborto, traçando um falso perfil das mulheres que seriam contra sua própria natureza ou ao crescimento da nação e da espécie (VÁZQUEZ, 2014).

Durante cinquenta anos, portanto, a situação legalista do aborto no Brasil se manteve praticamente igual. Foi apenas em 1940, com a criação do novo Código Penal Brasileiro, que ocorreram alguns avanços. Neste ano foi legalizado o chamado aborto terapêutico, efetivado por médicos e médicas quando não há outra maneira de salvar a vida da gestante, e o chamado

aborto sentimental, quando a gravidez é decorrente de estupro. Mais recentemente ainda, somente em 2012, foi legalizado o aborto em caso de anencefalia (ausência do encéfalo e calota craniana) no feto. (MIKAEL-SILVA & MARTINS, 2015).

Uma reportagem da BBC Brasil²⁶ lembrou como as exceções legais para a prática de abortamento foram, assim como outras atualizações de leis, inspiradas nas legislações europeias da época. Em 1940, com a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, a maior influência veio do Código Penal Italiano criado durante o regime fascista de Mussolini. A descriminalização do aborto em caso de estupro, portanto, teve menos relação com o direito individual da vítima e muito mais com a defesa da honra da família, que teve uma filha, mulher ou irmã "desonrada". Olímpio Moraes também traz na entrevista a esse trabalho mais detalhes sobre a relação da lei nacional de abortamento com os regimes ditatoriais vigentes na época no Brasil e na Europa.

no fascismo/nazismo tinha uma teoria eugênica, racista, de que o estupro levaria a uma delinquência da sociedade porque o homem é criminoso pelo DNA dele, ele traz isso. E se ele estupra, esse gene defeituoso vai passar para outra geração. E também essa pessoa pode ser um outro estuprador, ele [o filho] também vai ser um criminoso. Então essas são teorias racistas e eugênicas. E outra coisa também, quem decidia se era aborto não era a mulher, era a família. A mulher era propriedade do homem, então era o homem quem tinha o poder de decidir se a mulher abortaria ou não. Então, na verdade, era para proteger as famílias. Por exemplo, o estuprador eu não conheço. Aí nasce um 'de cor' na família. Que vergonha para uma família cristã e dos bons princípios que uma menina engravida de um bandido e a família vai cuidar. Tanto era assim que quando Getúlio fez a lei os movimentos religiosos não foram ao Palácio do Catete ou chamaram o Getúlio Vargas de assassino. Nem os padres da época ou a Igreja Católica excomungaram Getúlio Vargas. Quer dizer, a gente [Olímpio e a equipe do Cisam] foi excomungado muitos anos depois. E Getúlio Vargas não foi excomungado e se dava muito bem com a Igreja (MORAES, Olímpio, 2022).

Apesar da previsão jurídica de casos de legalidade datarem de 1940, foi só em 1989 que o Brasil teve seu primeiro serviço de aborto legal criado, no Hospital Jabaquara, em São Paulo. Sobre essa demora no oferecimento do serviço, Olímpio Moraes explica que se tratavam de escolhas políticas que só foram encaradas após o surgimento do Sistema Único de Saúde, em 1988, junto com o processo de redemocratização do país:

²⁶ A matéria foi produzida em agosto de 2020 quando a temática do aborto estava em efervescência no país depois do procedimento na menina K. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53856354>. Acesso em 9 jun 2022.

foi quando surgiu a democratização e o SUS que perceberam 'tem essa lei, mas agora tá sendo criado o SUS. A gente tem que oferecer isso às mulheres, existe uma lei e as mulheres não têm acesso'. Foi aí que foi dando "problema". 'As mulheres vão ter direito a isso? Elas vão poder?'. Porque do jeito que estava, estava bom. As mulheres não têm direito. Os homens que decidem e as pessoas que têm dinheiro. 'O quê? Pegar dinheiro público para fazer o procedimento e dar o direito às mulheres?'. Então começou a haver o "mal estar", preocupado com o embrião, que não é com o embrião com quem estão preocupados, porque se fosse assim eles chamariam de assassino quem faz reprodução humana. Porque na reprodução humana você usa um embrião e descarta 90% e você não vê essa perseguição. Então eles não estão preocupados com os embriões jogados fora da reprodução assistida, primeiro porque não está no corpo de uma mulher e eles ficam preocupados se o embrião tiver no corpo da mulher. E a outra coisa, não é mulher pobre nem negra. São mulheres que tem dinheiro, brancas que estão fazendo o assassinato de embriões (MORAES, Olímpio, 2022).

Com a pressão do clima político, o serviço no Hospital Jabaquara precisou ser criado. Lá, era proporcionando atendimento a mulheres vítimas de violência sexual e uma assistência gratuita para realização do aborto legal pioneira na América Latina. Mesmo tardando 59 anos da lei até o primeiro amparo oficial, o Ministério da Saúde (MS) prolongou em ainda mais uma década para estabelecer sua primeira norma técnica sobre o tema (GIUGLIANI et al., 2019):

A publicação da Norma Técnica sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, que previu a realização do abortamento legal no âmbito do SUS, demarcou a estruturação desses serviços no Brasil. Além disso, em 2013, o MS publicou a portaria que definia o funcionamento dos serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, que também incluía a regulação dos serviços de aborto legal (GIUGLIANI et al., 2019, p. 4).

Ainda de acordo com Giugliani et al. (2019), o “Serviço de Aborto Legal” é compreendido como um local de referência do Sistema Único de Saúde para a realização do procedimento de aborto permitido por lei. A constituição prevê uma equipe multidisciplinar de ginecologistas-obstetras, enfermeiros(as), psicólogas(os) e assistentes sociais que atuam tanto na realização do aborto quanto no atendimento à violência sexual. A Norma Técnica passou por algumas atualizações e a principal delas ocorreu em 2005, reconhecendo a narrativa da mulher como suficiente para averiguar a presença de violência sexual, assim, excluindo a obrigatoriedade de apresentação do Boletim de Ocorrência Policial²⁷.

²⁷ A notificação à polícia voltou a ser obrigatória com a portaria 2.882 do Ministério da Saúde, publicada em 27 de agosto de 2020 após o caso da menina K.. Com as pressões sociais, a portaria foi editada para a de número 2.561 em 24 de setembro de 2020. Nesta última, foi retirada novamente a obrigatoriedade, mas mantida a indicação de notificação às autoridades policiais por parte dos profissionais de saúde ao acolherem pacientes em

Para Rebouças e Dutra (2011, p. 422), mesmo tendo havido um avanço no Código quando este considera a mulher como cidadã e possuidora de direitos, ainda há uma implícita condenação moral ao aborto, em vista da influência histórica da Igreja Católica na cultura e nos costumes conservadores brasileiros.

Nos casos em que o aborto ainda não é considerado legal, não se pode, obviamente, ser realizado pelo SUS. Nessas situações de auto-aborto ou com intervenções de outrem, o Código Penal Brasileiro (desde 1940) estipula penas de um a três anos, que podem aumentar de três a dez anos quando efetuado sem consentimento da gestante (BRASIL, 1940). Entretanto, mesmo no caso de uma gravidez indesejada, Olímpio Moraes exemplifica como se pode, legalmente, orientar à saúde.

'Fulana [diz simulando uma conversa], nesse caso não tem direito ao aborto legal não. Mas estou aqui para a gente diminuir os riscos possíveis e transformar esse aborto clandestino num aborto menos inseguro para você não ter complicação. Eu estou aqui para dar todas as orientações e vou estar do teu lado'. Pronto! Você não pode fazer o aborto, mas você pode, sim, tomar ações de saúde e de orientações para que ela não morra. É mais importante salvar a vida, da mulher no caso (MORAES, Olímpio, 2022).

Segundo Marques e Bastos (1998), o aborto só passou a ser problematizado como um fato social - e não mais um desvio moral - na década de 1970, com a realização de estudos na área acadêmica sobre Saúde Pública. Foi com estas pesquisas que se evidenciou a alta incidência do aborto, sua relação com a pobreza e com a falta de educação sexual e de planejamento familiar. Além disso, conforme Mikael-Siva & Martins (2015), nestas décadas de 1960 e 1970 também houve uma intensificação dos movimentos feministas no mundo e, com ela, uma maior participação feminina na discussão sobre o abortamento. Debate este que gerou uma sequência de legalizações em muitos países.

Nos anos 1980 o feminismo se insere no Brasil no processo de redemocratização do país. Para Rebouças e Dutra (2011), um dos principais avanços foi a criação das delegacias especializadas, fato que reconheceu a mulher como vítima de violência. Ademais, no campo da saúde, foi criado o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que apesar de criticado pelo enfoque materno-infantil, voltou sua atenção às mulheres em todo ciclo de vida, incluindo o planejamento familiar com a anticoncepção (MIKAEL-SILVA & MARTINS, 2015).

que houver indícios do crime de estupro. Mais detalhes sobre essas duas portarias se encontram na seção seguinte deste trabalho: 'O caso analisado: a menina K.'

De acordo com Scavone (2008) também data da década de 1980 os dois principais argumentos políticos que são utilizados até hoje pelo feminismo brasileiro para discutir a legalização do aborto: os direitos sociais e os individuais. Tais argumentos foram publicados pela Frente Feminista de Mulheres de São Paulo e utilizados para sensibilizar os setores da esquerda que não consideravam prioritária a luta pelo aborto.

Em 1989 foi realizado o Encontro Nacional Saúde da Mulher, um Direito a ser Conquistado, demandando a descriminalização do aborto ao detectar, nas palavras de Scavone (2008, p. 677), “que vários segmentos da sociedade não apoiavam a criminalização do aborto, mesmo que eles o condenassem moralmente”. Somaram-se ao movimento feminista os profissionais de saúde, juristas e parlamentares. A década de 1990 foi o “período em que houve maior número de projetos de lei relacionados ao aborto no Congresso Nacional - com posições favoráveis, desfavoráveis e intermediárias” (SCAVONE, 2008, p. 678). Mesmo o argumento da descriminalização não impactando toda a população, foi evidenciado o crescimento do debate. Além disso, o movimento feminista realizou simbólica e materialmente um ato de afirmação do direito individual de escolha da maternidade, ao lutar pela garantia em todo território nacional dos casos de aborto que já estavam assegurados por lei, mesmo que ainda restritivo.

Apesar dos esforços mencionados, o acesso ao aborto legal ainda não é uma garantia para as mulheres brasileiras. Conforme Giugliani et al. (2019, p. 4) “em 2005, havia apenas 56 hospitais cadastrados com equipes especializadas para a interrupção da gestação em caso de violência sexual”. Mas apenas 37 deles tinham capacidade de desempenhar o procedimento e a maioria estava centralizada na Região Sudeste. Cinco desses hospitais nunca haviam realizado o aborto legal e, além disso, seis estados brasileiros ainda não contavam com nenhum serviço organizado. Infelizmente, como prossegue Giugliani et al. (2019, p. 5), esse desamparo do Estado brasileiro quanto ao direito garantido por lei não ficou no passado:

quase uma década depois, outra pesquisa demonstrou que não houve mudança significativa nesse cenário. Dos 68 serviços existentes entre 2013 e 2015, apenas 37 haviam realizado interrupções de gravidez decorrente de estupro. Novamente, constatou-se a concentração de serviços no Sudeste e a ausência de serviço ativo em sete estados. Algumas das instituições ainda exigiam Boletim de Ocorrência Policial, laudo do IML ou alvará judicial para o procedimento (GIUGLIANI et al., 2019, p. 5).

Essas pesquisas demonstram que as mulheres que ficam grávidas em decorrência de um estupro podem ter seu direito negado por falta de informação, questões geográficas e

institucionais. O próprio Cisam, Hospital e Maternidade de alto risco, onde foi realizado o procedimento da menina K., só passou a oferecer o serviço de aborto legal em 1996 e, ainda assim, é uma das primeiras referências na assistência a crianças, adolescente e mulheres em situação de violência sexual e doméstica. Como Olímpio rememora:

nós fomos o segundo ou terceiro serviço. Foi o grupo da gente quem treinou o pessoal aí da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Brasil todo. Ao menos, Norte e Nordeste foi com a gente e foi criando sementinhas. No começo a sementinha chegou lá [na Paraíba] e ficou seca, não deu muito certo. Mas depois deu, depois ela pegou. Vocês estão aí trabalhando (MORAES, Olímpio, 2022).

No ano de 2015, houve a apresentação do Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, desenvolvido pelo Ministério da Saúde - sobre os mesmos pilares do PAISM da década de 1980 - continuando com a promoção da saúde feminina e com o enfoque materno-infantil. De acordo com Mikael-Silva & Martins (2015):

Houve certa ampliação da discussão sobre a humanização nos serviços de saúde, visando designadamente os casos de aborto previstos em lei, repercutindo na norma técnica de "Atenção Humanizada ao Abortamento" (2005) que ganhou sua segunda edição em 2011, cujas orientações destinadas aos profissionais de saúde tiveram como marco, a igualdade na atenção dos casos de abortos ilegais e legais que agora, já não necessitavam da apresentação do boletim de ocorrência em casos de estupro (Brasil, 2011). (MIKAEL-SILVA & MARTINS, 2015, p. 209)

Os projetos não pararam e no ano seguinte, em novembro de 2016, o Superior Tribunal Federal (STF) absorveu cinco profissionais de uma clínica clandestina de abortos do Rio de Janeiro ao definir que o procedimento não deveria ser considerado crime no primeiro trimestre da gravidez. Em compensação, grande parte da bancada evangélica no Congresso Nacional reagiu com propostas de emendas para cercear o direito ao aborto nos casos em que a legislação brasileira já previa (GIUGLIANI et al., 2019, p.5).

Essas mudanças sugeridas no Congresso em 2016 não foram decretadas. Mas, segundo Marques e Bastos (1998), o aborto está longe de ser compreendido no Brasil como uma situação susceptível a todas as mulheres, assim como a gravidez, o parto, as doenças sexualmente transmissíveis e a anticoncepção. Nas palavras de Motta (2008, p. 682), "são culpabilizadas mulheres e indivíduos por uma prática que é social e coletiva. [...] Somos uma sociedade abortiva, e, por conta do cinismo e da desigualdade social, quem paga o pato é a mulher pobre e quem paga as contas são os cofres públicos".

Nos anos 2010, importantes estudos como a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA),

desenvolvida pela antropóloga Débora Diniz e o sociólogo e economista Marcelo Medeiros atestaram a realidade do aborto do Brasil.

A PNA é um levantamento por amostragem aleatória estratificada de domicílios que combinou duas técnicas de sondagem: a técnica de urna e questionários preenchidos por entrevistadoras. Sua cobertura abrangeu mulheres com idades entre 18 e 39 anos em 2010, em todo o Brasil urbano. O objetivo da PNA é oferecer dados sobre aborto no Brasil, a fim de subsidiar ações de saúde pública para as mulheres em idade reprodutiva e fornecer informações necessárias para o desenho de novas sondagens do tipo e parâmetros para estimativas indiretas (DINIZ & MEDEIROS, 2010, pp. 960-961).

A técnica da urna foi primordial para garantir o sigilo às participantes da pesquisa, já que onde o abortamento é ilegal, o seu registro pode trazer consequências civis e sociais às mulheres que o realizaram. Nesta técnica, as entrevistadas preenchiam um questionário sem identificação e depositavam em uma urna, gerando mais segurança e melhores resultados do que as entrevistas face a face, por exemplo. Esta última, quando foi realizada em um bairro da cidade de São Paulo, levou a uma omissão de 80% nas respostas sobre a prática de abortamento (DINIZ & MEDEIROS, 2010, p. 960).

A Pesquisa Nacional de Aborto em si indica que o procedimento é tão comum no Brasil que mais de uma em cada cinco mulheres até os quarenta anos já fez aborto (DINIZ & MEDEIROS, 2010). Aplicando essa taxa de frequência de aborto, o número de mulheres que teriam interrompido sua gestação em 2015 seria de aproximadamente 503 mil (GIUGLIANI et al., 2019). Ou seja, a criminalização não impede a prática de abortamento. E os números referentes à hospitalização decorrentes desse procedimento também corroboram sua amplitude, sendo a curetagem pós-abortamento o terceiro procedimento obstétrico mais realizado nas unidades da rede pública de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005).

Nos países em desenvolvimento que têm as legislações mais restritivas, o aborto clandestino e suas implicações é costumeiro, chegando a 98% dos 22 milhões dos procedimentos inseguros que ocorrem anualmente em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (2012). No Brasil, a PNA revelou que mulheres de todas as classes sociais, faixas etárias, níveis de escolaridade, regiões e religiões recorrem ao aborto. Mas além das taxas de realização mudarem significativamente a depender do grupo, são as mulheres pobres, negras, jovens e do nordeste, conforme o IBGE, aquelas que mais recorrem à clandestinidade e insegurança, possuindo os maiores riscos de adoecimento e óbito.

Contudo, o fato relevante que se destaca neste trabalho, é que muitas mulheres que teriam o direito de realizar o procedimento de aborto previsto por lei, acabam optando por meios inseguros, seja por não conhecerem seus direitos ou por não serem bem acolhidas e atendidas pelo SUS (GIUGLIANI et al., 2019). Em analogia apontada por Bruna Lara et al. (2018, p. 152), o direito e o acesso mais amplo à saúde existe para alguém que esteja com câncer, mesmo que seja consequência do tabagismo, mas para a mulher que chega em um hospital em situação de abortamento, geralmente, há julgamentos e constrangimentos para culpá-la pelo seu próprio sofrimento.

Entre 2013 e 2015, foram realizados apenas 2.442 abortos legais em decorrência de estupro no Brasil. No entanto, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016, calcula-se a frequência de cerca de um estupro a cada 11 minutos no país. Isso significa que, embora o número de ocorrências em 2015 tenha sido de 45.460, estima-se que o número real fique entre 129,9 mil e 454,6 mil estupros, devido à subnotificação. Considerando que 5% a 7% das mulheres vítimas de estupro podem engravidar, percebe-se que o número de abortos legais realizados no território nacional está bem abaixo do esperado. (GIUGLIANI et al., 2019, p. 5)

Esse cenário de violação dos direitos sexuais e reprodutivos deve ser entendido com base nas questões de gênero e suas violências. O estupro, nas palavras de Giugliani et al. (2019, p. 5) não se trata de sexo, de afetividade e de intimidade, mas sim, "de uma relação de poder, em que as mulheres devem assumir um estado de subalternação sem serem sujeitas dos próprios desejos ou donas dos direitos sobre o seu corpo".

Lara et al. (2018, p. 175) corrobora a ideia afirmando que "o estupro é muito mais uma forma de dominação do que é uma forma de satisfazer o desejo sexual". As autoras ainda lembram que o crime de estupro comumente acontece dentro de casa, sem testemunhas e, muitas vezes, sem vestígios.

A palavra - na forma de consentimento - é determinante para descaracterizar um estupro e transformá-lo em mero sexo consentido. [...] É nesse ponto que incide, no processo, o julgamento moral da vida sexual da mulher. 'A vítima que acessa o sistema requerendo o julgamento de uma conduta definida como crime acaba por se ver ela própria julgada (pela visão masculina da lei, da polícia, da Justiça), incubindo-lhe provar que é uma vítima real e não simulada.' Dessa forma mulheres deixam de ser vítimas e passam elas próprias a ser, novamente julgadas (LARA et al., 2018, p. 173)

O padrão de pensamento de culpabilidade da mulher, insinuando que ela mereceu ser estuprada porque não resistiu ou que foi descuidada é frequente, mesmo que poucas pessoas de fato admitam que mulheres deveriam ser estupradas (LARA et al., 2018). Acontece que

poucas pessoas também compreendem como estupro a prática de todo e qualquer ato libidinoso sem consentimento.

Um estudo com universitários do sexo masculino realizado em 2014 analisou suas atitudes em relação ao estupro e registou que, ao passo que 13,6% revelaram que estuprariam uma mulher em uma situação hipotética que não houvesse consequências, mais do que o dobro (31,7%) disseram que forçariam uma mulher a ter relações sexuais. Em outra pesquisa, ainda, que entrevistou 1.823 universitários de todo o país, 2% dos homens entrevistados reconheceram espontaneamente ter cometido algum ato de violência contra mulher no meio acadêmico. Contudo, ao serem apresentados a uma lista de violências fornecida pelos pesquisadores, 38% admitiram já ter praticado alguma delas (LARA et al., 2018).

A história do estupro no Brasil é tão dura como o ato. Ainda conforme Lara et al. (2018, p. 168), no início do século XVII, as prostitutas e escravas não tinham direito de não serem estupradas. E as outras mulheres que possuíam este direito tinham que provar que de fato foram forçadas. Foi só com o Código Penal do Império do Brasil, em 1830, que o ato de estupro passou a ter previsão legal de pena - de um mês a dois anos de reclusão caso a vítima fosse uma prostituta e de três a 12 anos se fosse uma *mulher honesta*. Havia ainda uma diferenciação entre a violência com e sem penetração. Além da extinção da pena caso o estuprador se casasse com a vítima, o que só foi retirado da lei brasileira, em 2005. O estupro também estava elencado como um crime contra a honra e a "honestidade das famílias", o que só foi alterado na Constituição Brasileira, em 2009.

É recente a mudança legal que considera a mulher como vítima do estupro e não a honra do marido ou da família dela. E em um ambiente de culpabilização da vítima, dá para pressupor que em muitos casos o aborto provocado vai ser criticado pelos profissionais que recebem as usuárias em abortamento. É o que explica Olímpio ao relatar que, na prática, há tanto um desconhecimento do que é estupro quanto um julgamento sobre a fala da vítima:

Eles não imaginam, não têm ideia que no estupro o agressor pode ser o marido ou namorado. Não têm nenhuma ideia disso aí, não entendem, não se aprofundam nisso. Eles pensam que o estupro é quando um desconhecido coloca uma arma na cabeça da vítima. Mas entre 70% e 80% dos estupradores são pessoas muito próximas à mulher, principalmente quando é adolescente, que é a maior parte. Não são pessoas desconhecidas. O perigo não está na rua. Está perto, está ao lado, ou está dentro de casa, ou na família. [...] É muito difícil a mulher verbalizar uma violência. Fazê-la contar a história, é revitimizar a mulher. E pior, ao invés de estar sendo acolhida ela está sendo julgada. 'Eu fui vítima, eu não sou a agressora. Eu não cometi crime'. Mas, muitas vezes, ela se sente numa condição de fragilidade tão

grande que ela se sente desorientada a como procurar ajuda. (MORAES, Olímpio, 2022)

Nesse contexto de desconhecimento, julgamento e perpetuação da ideologia e moralismo católico, há dependência da consciência individual dos profissionais de saúde que atendem as vítimas, já que apenas 50% demonstram disponibilidade para realizar o procedimento, mesmo que a maioria concorde com o direito de interrupção da gestação (GIUGLIANI et al., 2019, p. 5).

De acordo com Santos et al. (2013),

Essa inferência pode ser admitida a partir da objeção de consciência que no Brasil é um recurso ético legitimado especialmente entre os médicos. Instrumento capaz de garantir a integridade moral de profissionais de saúde em situações de confronto com crenças e práticas antagônicas às suas convicções pessoais [...] que, geralmente, [...] [é utilizado em] situações que envolvem mulheres e decisões reprodutivas. [...] especialmente, em serviços destinados aos casos de abortamento permitidos por lei. (SANTOS et al., 2013, pp. 498-499)

Segundo Olímpio Moraes, a objeção de consciência é um recurso que, assim como na maioria dos países desenvolvidos, não deveria existir.

Não podia ter a objeção de consciência. Primeiro, o que é a objeção de consciência na sua origem? É quando você é recrutado para fazer alguma coisa que você não queria. Mas a partir do momento que você escolheu ser médico, você está lá para promover saúde e seguir as leis do seu país. Se tem espaço legal de promoção de saúde, que existem resoluções, existe portaria, existem leis sobre isso. Se é um direito, se isso causa dano para levar a morte, eu estou sendo pago pelo SUS, eu não posso estar ocupando esse cargo para ser um objeter. [...] Em muitos países desenvolvidos o médico não pode alegar objeção de consciência, porque ele não foi obrigado a ser médico, muito menos a ser obstetra. [...] E no nosso Código de Ética Médica está garantida a objeção de consciência, mas também é garantido que a mulher não pode ser prejudicada, mas termina sendo. [...] Porque muitas vezes o profissional com objeção de consciência não encaminha e a mulher não sabe o que fazer. Ou então, ao invés de procurar ajuda, ela sofre essa violência mesmo. Ela passa a ser julgada como culpada. [...] Isso não poderia acontecer. E quando acontecesse isso, as mulheres deveriam poder ter força e condições de denunciar, mas elas estão tão fragilizadas que elas não conseguem nem denunciar, porque elas tem medo de, se denunciarem, sofrer outra violência (MORAES, Olímpio, 2022).

Ou seja, ainda que a negação ou o retardamento do atendimento à mulher em situação de abortamento seja considerada pela Defensoria Pública da União (DPU) uma violência obstétrica (LARA et al., 2018, p. 134), a mulher que tem uma gravidez fruto de estupro e procura um serviço de aborto legal acaba dependendo da equipe de saúde para receber os

cuidados médicos, psicológicos e sociais (SANTOS et al., 2013, p. 499).

As negociações morais presentes na equipe médica e nas demais parcelas da sociedade que negam o acesso ao aborto (legal ou não) são advindas dos ideais do movimento pró-vida. Nas palavras de Lara et al:

O termo pró-vida surgiu do movimento norte-americano *pro-life*, que desde 1960 se organiza para mobilizar a opinião pública contra o aborto. O termo passa a ser utilizado a partir da judicialização da discussão sobre aborto, que foi se distanciando dos argumentos religiosos. Assim, a defesa de que o feto teria "alma" foi aos poucos sendo substituída pela ideia de que teria direito - por vezes, ainda ancorado em uma perspectiva metafísica - à vida. (LARA et al., 2018, p. 141)

Lara et al. (2018, p. 141) acrescenta a sagacidade do termo, pois ao se declarar pró-vida, cria-se uma relação direta de que "quem não compartilha da mesma visão é 'anti-vida'." Por isso, cunhou-se o termo pró-escolha. Não importa o entendimento sobre o conceito de vida, quando se trata do feto é passível de questionamentos, ao passo que a vida da mãe é, inquestionavelmente, uma vida (que no caso específico analisado neste trabalho, ainda passava por risco de morte).

Para Thomson (1971), traduzido por Campos (2012) qualquer ponderação sobre qual momento específico o feto passa a ser uma pessoa é arbitrária:

Conclui-se que o feto é, ou que devemos dizer que é, uma pessoa desde o momento da concepção. Mas essa conclusão não tem cabimento. Coisas semelhantes podem ser ditas sobre a transformação de nozes em carvalhos, mas não faz sentido dizer que nozes são carvalhos, ou que devemos dizer que são. Argumentos desse tipo são chamados às vezes de 'argumentos de derrapagem [ou bola de neve]' (CAMPOS, 2012, p. 145)

Para Lara et al. (2018, p. 140) é lamentável que a discussão que permeia a sociedade brasileira sobre o assunto seja tão rasa, principalmente em ambientes virtuais, com argumentos como "só defende aborto, quem não foi abortado" ou afirmativas de trivialidade no procedimento caso ele se tornasse legal, em frases como "o aborto será um método contraceptivo" ou "se for legalizado, as mulheres vão abortar sempre". Tais argumentos são reprováveis visto que no contexto internacional, os países que decidiram pela descriminalização do aborto já construíram um sólido embasamento jurídico e acadêmico, refutando inclusive estes argumentos anteriormente citados.

Conforme descreveu Olímpio Moraes, o movimento *pró-life* ou pró-vida é, na realidade, mais do que um movimento do conservadorismo, mas sim do retrocesso:

A gente tem que lutar politicamente para que a gente vença os negacionistas, misóginos, que é a mesma coisa, a mesma linha de pessoas, é o mesmo grupo, é a mesma ideologia de negação, de voltar ao passado, de querer ser contra as mudanças, né? Porque esse pessoal se incomoda com as mudanças. São pessoas que querem viver um tempo que não pode voltar atrás, um tempo em que se existia um grupo dominante e os outros não tinham poder. Numa democracia, com diversidade, com pluralidade, a gente tem de fazer com que todos tenham o mesmo direito. E tem população que acha que isso não deve acontecer. Com relação às mulheres isso é muito grave. Quando a boa mulher é aquela recatada e do lar tem uma mensagem muito forte isso daí. (MORAES, Olímpio, 2022)

Em notícia divulgada pelo G1 no ano de 2018²⁸, foram apresentados os dados de um relatório do Instituto Guttmacher, organização dos Estados Unidos parceira da Universidade de Columbia e da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF)²⁹. O estudo apontou que a média do número de abortos no mundo só caiu graças aos países com a legalização. A taxa anual nestes lugares passou de 46 para 27 abortos para cada mil mulheres em idade reprodutiva; já nas regiões em desenvolvimento sem legalização a taxa se manteve quase estável, caindo apenas de 39 para 36 a cada mil mulheres.

A Gênero e Número, empresa social especialista em jornalismo de dados, gênero e raça, também averiguou nos relatórios do Uruguai, Portugal e Espanha a mesma queda no número de procedimentos de aborto³⁰. Apesar de haver nos primeiros anos da lei um aumento acentuado na contabilização dos procedimentos de abortamento, é observado posteriormente uma estabilização.

A interpretação para essa mudança de abrupto crescimento no número de abortos e logo estabilização e queda está apontada não em um aumento real na frequência dos procedimentos, mas um aumento no número de abortos legais. Com a consolidação da lei, maior debate sobre o acesso ao direito e consequente confiança no sistema de saúde, as mulheres deixam de fazê-lo de forma clandestina e passam a utilizar os caminhos legais que serão agora formalmente contabilizados. Mas ao percorrer este trajeto, a paciente tem acesso também a psicólogos, educação sexual e métodos contraceptivos. É o que a Gênero e Número revela com a realidade uruguaia que, desde que a lei entrou em vigor, metade das mulheres

²⁸ Link da notícia:

<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/numero-de-abortos-cai-no-mundo-puxado-por-paises-desenvolvidos-com-legalizacao.ghtml>. Acesso em 14 de nov de 2021

²⁹ International Planned Parenthood Federation, em inglês.

³⁰ Link da coluna:

<https://www.generonumero.media/portugal-espanha-e-uruguai-o-que-aconteceu-apos-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em 14 de nov de 2021

que foram orientadas sobre a interrupção voluntária da gravidez até 2018 voltou para a consulta pós-aborto. Destas, 85% escolheram algum método anticoncepcional entre colocação de dispositivo intrauterino (DIU), vasectomia, laqueadura tubária, implantes anticoncepcionais subdérmicos, preservativos masculinos e femininos e as pílulas anticoncepcionais.

Sobre os apontamentos de dados científicos quanto ao aborto legalizado, Olímpio fala:

Porque não tem contra-argumento [aos direitos reprodutivos] que não seja assim, não existe motivo a não ser o retorno à Idade Média, que a gente queime os livros, que a gente crie novamente execuções sumárias, fogueiras com a caça às bruxas e essas coisas, que a gente negue [a ciência] e volte a acreditar que a Terra é o centro do universo ou que a Terra é plana e pronto, coisas assim. Porque é a mesma raiz do mal. O negacionismo é uma força política e ela não vai ser destruída [espontaneamente], a gente vai ter que combatê-lo porque o negacionismo é interessante para esse grupo. [...] Então quando a ciência mostra alguma coisa, muita gente acredita que a ciência é um obstáculo. Essas pessoas normalmente são antiéticas e inescrupulosas, que pensam que o que eles estão fazendo tem sustentabilidade. Mas elas não percebem que não estão fazendo bem até para elas mesmas e pensam assim imediatamente. [...] Então, eu tenho fé no ser humano porque eu acho que não vão ser tão burros de destruírem a si mesmos. E outra coisa, o ser humano perceber que a ciência é aliada dele, a ciência não é inimiga da religião. Foi a ciência que nos permitiu ter uma qualidade de vida e promover melhorias para todos. Só alcançaremos um mundo melhor através da ciência! (MORAES, Olímpio, 2022).

A legislação é reflexo das estruturas históricas, socioeconômicas e ideológicas de cada lugar e época, e deve acompanhar os avanços e transformações sociais. Desse modo, as mudanças legais dependem da realização de discussões que envolvem e mobilizam a sociedade. Mas é válido salientar que este debate público sob a ótica da Saúde Pública é prejudicado quando a influência religiosa está no poder legislativo, executivo e nos produtos de comunicação da indústria cultural, como ocorre nos programas de televisão e rádio, nos programas de auditório e nos jornais impressos, televisivos e radiofônicos³¹.

Desse modo, caso não sejam realizadas as discussões mobilizadoras, abre-se espaço para a perpetuação do poder do Estado sobre o corpo das mulheres com a regulação do acesso (e a legislação) sobre a contracepção. Nas palavras de Dimen (1997) apud Lara (2016, p. 85),

³¹ Em publicação de série especial de artigos em parceria com o Le Monde Diplomatique Brasil, o Intervozes mostrou um estudo da Agência Nacional de Cinema (Ancine) de 2016. Essa pesquisa revela que o principal gênero transmitido pelas redes de TV aberta do país é a programação religiosa, a qual ocupa 21% do total de programação. Artigo disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/participacao-religiosa-na-midia/>. Acesso em 17 de novembro de 2021

realizado um ato infracional. Já o artigo 247 firma uma multa de até 20 salários mínimos, passível de aumento em casos concretos, para quem infringe essa determinação.

Ao divulgar informações confidenciais de uma criança, Sara Winter rompeu não apenas com uma proteção do ECA, mas da própria Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU, da qual o Brasil é signatário, que reitera que nenhuma criança pode ter seu nome divulgado sem autorização dos pais ou responsáveis. Ademais, Sara ainda incitou crimes incentivando que dezenas de pessoas deveriam interferir em atos já autorizados pela Justiça³³.

Contudo, o drama da menina K. começou muito antes do dia 16 de agosto de 2020 com seu procedimento abortivo. Por se tratar de uma criança de 10 anos de idade, sua gravidez já é entendida como decorrência de um estupro. Mais especificamente, estupro de vulnerável pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para concepção deste feto em 2020, atos de violências sexuais se antecederam. Ao todo, foram seis.

Conforme narração de Olímpio, "A avó percebeu alguma coisa diferente. A menina com a barriga crescendo, com náuseas e vômitos. Ela levou a neta ao médico que lhe deu o diagnóstico de gravidez". Após a descoberta da gravidez pela equipe médica do Hospital Roberto Silveiras em São Mateus, município onde a menina morava a 220 km de Vitória, no estado do Espírito Santo, teve início uma série de interferências. Este primeiro hospital de pequeno porte alegou não ter capacidade para o procedimento de interrupção e encaminhou a criança gestante à capital capixaba, indo direto ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi só ali que a própria menina K. relatou que era estuprada pelo tio desde os seis anos de idade e que não o denunciou porque era ameaçada³⁴.

A equipe médica do Programa de Atendimento as Vítimas de Violência Sexual (Pavivi) do Hucam se recusou a realizar o procedimento alegando, segundo a superintendente deste segundo hospital, que a instituição seguia um protocolo do Ministério da Saúde de aborto até 22 semanas e 500 gramas. Neste caso, o feto tinha 22 semanas e quatro dias e 537 gramas.

³³ Matéria "Os crimes que Sara Winter pode ter cometido ao divulgar nome de criança vítima de estupro", da BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53814658>. Acesso em 10 jun 2022

³⁴ Matéria "Os crimes que Sara Winter pode ter cometido ao divulgar nome de criança vítima de estupro", da BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53814658>. Acesso em 10 jun 2022

Mas o limite de tempo e gramatura estabelecidos na norma técnica fizeram parte de um plano de intervenção do procedimento. É o que explicou Olímpio:

Procuraram saber também qual era a idade gestacional e era de 18 semanas. E concluíram que, ultrapassando 20 semanas, talvez 22, o hospital lá - que seguia sim o que determina as normas técnicas no Ministério da Saúde e da Obstetrícia - [não faria], porque na obstetrícia o abortamento é até 22 semanas, depois não é aborto. A ideia era bloquear essas três semanas ou quatro, um mês, que ela não tinha como procurar ajuda para só liberá-la quando ela tivesse passado da idade gestacional que não conseguiria fazer a interrupção.

E esse plano foi acontecendo, mas claro que há falhas, porque há outras pessoas que vão tentar furar isso. Então, provavelmente outros movimentos acionaram o Ministério Público e esta instituição determinou a interrupção da gravidez. Mas sendo que quando determinou, já tinha mais do que 22 semanas. Ela foi transferida para hospital da capital e, como era esperado, esse hospital da capital disse que não faria porque já tinha ultrapassado as 22 semanas.

Nisso, existe um grupo lá, com Ministério Público, com o movimento de mulheres etc. Existe uma rede de movimento de mulheres. A gente também tem a nossa rede. A Federação da Ginecologia tem uma comissão muito atuante na violência contra mulher e abortamento previsto em lei. Então qualquer coisa que aconteça no Brasil é como uma teia, mexe naquela pontinha e você sabe, todo mundo fica sabendo o que está acontecendo. E funciona.

Foi aí que a gente tentou, digo, tanto a gente da Febrasgo - a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - para dar apoio, como também mulheres e juristas, que buscaram intervir. Foi aí que o Ministério Público fez uma determinação para interrupção da gravidez, embora já tivesse passado de 22 semanas, interpretando que na lei não fala em idade gestacional e interpretando que quando ela procurou ajuda ela tinha 18 semanas (MORAES, Olímpio, 2022).

Foi assim que a menina conseguiu novamente uma liberação legal para ter acesso ao seu direito reprodutivo violado e bloqueado. Com a determinação do Ministério Público, o Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), da cidade do Recife, se prontificou a realizar o procedimento. A menina K. precisou viajar mais de 1.800 km para a capital pernambucana - durante um período de alta no número de casos e mortes de Covid-19

sabendo a placa e a marca do carro. Eles tinham ido ao aeroporto e sabiam o voo. Aí tiraram fotografia e espalharam a placa do carro.

Mas aí Lia³⁸ teve uma ideia. "Olímpio, sabe o que você faz? Provavelmente eles pensam que é você quem vai fazer o procedimento. Você sai pra conversar". Aí eu saí, mas não houve conversa. Você vai tentar responder, mas não há como conversar. Eu tentei dizer: "Olha, tem um mandado de segurança. Ela está protegida por lei, ela tem risco de morte". Mas não adianta.

Aí Lia saiu comigo e o pessoal saiu para fazer um cordão em torno da minha pessoa, um portão ficou livre e conseguiram [a menina e demais pessoas no carro] entrar. Eles [do grupo pró-vida] perceberam que o carro entrou e pensavam que era eu quem iria fazer o procedimento e a estratégia era não me deixar entrar de volta pra maternidade, entendeu?! Por isso que cercaram a maternidade e não deixaram. E, realmente, eu não consegui entrar na maternidade. Aí eu fui para o outro lado da rua onde tem os ambulatórios e fiquei guardado lá com o segurança. Enquanto isso, o carro da polícia chegou e eu consegui entrar de novo na maternidade, mas por outro portão. Tem várias filmagens sobre isso. Mas não sou eu [quem realiza o procedimento]. Eu sou o diretor. Eu deixei de dar plantão no Cisam tem quatorze anos. E não é Olímpio fazendo o procedimento, são todos os plantonistas. A maior parte, mulheres. A gente não revela os plantões. Eu sigo como um protetor do serviço para não personalizar as pessoas que trabalham no Cisam (MORAES, Olímpio, 2022).

O impacto do movimento conservador, articulado no ciberespaço, tomou corpo na frente do Cisam e passou a ser noticiado nos veículos tradicionais de comunicação. O grupo protestou, ajoelhou e cantou em frente à unidade de saúde. Em vídeo, é possível vê-los de mãos dadas chamando Olímpio Moraes de assassino, assim como "Globo lixo" para jornalistas e trabalhadores da imprensa³⁹.

Os compartilhamentos e atualizações sobre o caso da menina K. seguiram e com eles vieram as respostas antagônicas ao que estava posto. Grupos de mulheres feministas do Recife se articularam, também pelo ciberespaço, e se encaminharam à frente da maternidade para expulsar o primeiro grupo conservador e garantir que o procedimento legal fosse realizado. Sobre o compartilhamento nos sites de redes sociais e a ocupação das feministas no Cisam, Olímpio explanou:

a partir do momento em que começaram a ser divulgados os vídeos - e corre numa velocidade tremenda, né?! Eu tenho uma filha que mora fora. E a minha filha começou a ver cenas que minha mulher aqui não viu. Ela mora fora do país, então isso rodou muito rápido. Com isso, em poucos minutos,

³⁸ Lia é o nome fictício de uma professora de Enfermagem da UPE e gestora executiva do CISAM.

³⁹ Vídeo das manifestações conservadoras na frente do Cisam, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5hKgWECJss&t=47s>. Acesso em 14 jun 2022

mulheres de todos os cantos do Recife começaram a chegar. Eu acho que com uma hora ou uma hora e meia tinha um grupo de mulheres contrapondo aquilo ali, defendendo o prédio da maternidade, fazendo um cinturão de mulheres, muito maior do que o outro grupo. Então aqui em Pernambuco tem grupo de mulheres, uma rede, uma rede feminista que é muito poderosa e eu me orgulho muito, porque esses grupos de mulheres são uma rede de proteção do Cisam. Isso aconteceu em um domingo, né?! Aconteceu entre 15h30 e 16h. No final da tarde tinha uma quantidade imensa de mulheres, de todas as cores, todas as idades, na frente do Cisam (MORAES, Olímpio, 2022).

A interrupção da gestação da criança foi realizada. No dia seguinte, 17 de agosto de 2020, Sara Winter já estava com suas contas nos sites de redes sociais bloqueadas e todas as informações pessoais da menina K. já haviam sido retiradas do ar por determinação da Justiça do Espírito Santo ao Twitter, Facebook e Google Brasil⁴⁰. No Cisam, o clima finalmente se tornou de acolhimento.

No dia seguinte, o Cisam amanheceu todo enfeitado com bolinhas, flores, mensagens de apoio e começaram a chegar presentes para a menina até que a gente teve que fazer um quarto de presentes. Ela era uma pessoa que nunca tinha ganhado um presente na vida e [naquele momento] ela ganhou vários. De tudo o que você puder imaginar. Foi muito emocionante, porque no dia seguinte ela estava bem. Ela chegou sem falar, sem levantar a cabeça, sem olhar e, no dia seguinte, ela sorriu. A avó dela disse que fazia anos que não via sua neta sorrir (MORAES, Olímpio, 2022).

Apesar da vitória do campo progressista com a realização do procedimento na menina K. e certa punição (o bloqueio do acesso aos sites de redes sociais de Sara Winter), esse caso tão repercutido ainda teve mais desdobramentos legais com uma nova portaria do Ministério da Saúde.

A portaria número 2.282⁴¹ do Ministério da Saúde, publicada em 27 de agosto de 2020, após o caso da menina K. passou a obrigar os profissionais de saúde a notificarem a autoridade policial no atendimento do aborto legal. Ela ainda previa que a mulher que sofreu uma violência grave, como o estupro, fosse obrigada a relatar e rememorar em detalhes o

⁴⁰ Informações disponíveis em:

<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-08-18/perfis-de-sara-winter-sao-tirados-do-ar-apos-exposicao-de-crianca-estuprada.html>. Acesso 14 jun 2022.

⁴¹ A portaria pode ser lida na íntegra, juntamente com seus anexos de Termos de Relato Circunstanciado, de Aprovação de Procedimento e de Consentimento Livre e Esclarecido de Interrupção da Gravidez Resultante de Estupro, Termo de Responsabilidade, Parecer Técnico e Assinatura de Testemunhas em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814>. Acesso em 10 jun 2022

acontecimento ao ser submetida a um questionário, e que deveria assistir e ouvir os batimentos cardíacos do feto antes que tenha garantido o seu direito ao aborto legal. Ou seja, ela deveria ser submetida a um constrangimento e uma violência institucional, praticada pelo Estado.

Várias entidades se manifestaram contra a medida do Ministério da Saúde, como revela a nota de repúdio assinada por 333 organizações da sociedade civil e 16 apoiadores institucionais⁴² e o dossiê de reações da sociedade brasileira contra a Portaria⁴³, que conta, além da própria nota de repúdio coletiva, com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com Pedido de Liminar apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Democrático Trabalhista (PDT); Ação Direta de Inconstitucionalidade com Medida liminar apresentada ao STF pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS); Ação civil pública contra a União Federal apresentada pela Defensoria Pública da União juntamente às Defensorias Públicas estaduais de 10 estados e Distrito Federal; Posicionamento da Comissão Nacional Especializada de Violência Sexual e Interrupção Gestacional Prevista em Lei da FEBRASGO; Nota Oficial da Rede Médica pelo Direito de Decidir (Global Doctors for Choice/Brasil); Nota da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; com um artigo “Portaria ameaça direitos e vida das mulheres”, publicado na Folha de São Paulo assinado pelas médicas Melânia M. R. de Amorim, Aline V. Brilhante e Liduína de A. Rocha e Sousa e uma entrevista com Gabriela Rondon, co-diretora da Anis - primeira organização feminista não governamental dedicada à bioética na América Latina e que tem como missão promover a cidadania, a igualdade e os direitos humanos a mulheres e outras minorias, tendo a proteção da justiça reprodutiva como prioridade - para a Conectas, intitulada 'Como a Portaria do Ministério da Saúde Fere o Direito ao Aborto Legal'.

⁴² A nota de repúdio coletiva à portaria 2282 do Ministério da Saúde pode ser lida na íntegra, juntamente com a lista de assinantes, em: <https://ibccrim.org.br/media/posts/arquivos/arquivo-01-09-2020-20-34-11-992792.pdf>. Acesso em 9 jun 2022

⁴³ O dossiê completo está disponível em: https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2020/11/DOSSIE-sobre-Portaria-do-MS_2.282-de-2020_re-v-2-1.pdf. Acesso em 9 jun 2022

Posteriormente, em 24 de setembro de 2020, o Governo Federal editou uma nova portaria, de número 2.561⁴⁴, sobre o procedimento de justificação e autorização do aborto no SUS em casos já previstos em lei. Embora essa segunda portaria tenha corrigido um dos pontos graves trazidos anteriormente ao retirar a obrigatoriedade de visualização da ultrassonografia do feto, outras estratégias de constrangimento às vítimas de estupro persistiam.

A nova publicação do Ministério da Saúde manteve, mesmo sem a obrigatoriedade do ato, a necessidade dos profissionais de saúde que acolheram a paciente nos casos em que houver indícios ou confirmação do crime de estupro a notificarem à autoridade policial como requisito para que um procedimento legal aconteça. Também foi mantida a necessidade de preservação, pelos profissionais da saúde, dos indícios probatórios do crime. A nova portaria 2.561 do MS, estabelecida em setembro de 2020 e ainda em vigor, fere o sigilo profissional dos agentes de saúde envolvidos e, nitidamente, a autonomia da mulher ao impor a notificação à polícia independente da sua vontade em registrar queixa ou identificar o agressor.

Olímpio também explanou sobre essa portaria que foi publicada como repercussão do caso da menina K.:

A gente [no Cisam] não segue essa portaria. A gente oferece, mas não vincula. A gente até comunica, assim, os números, para um controle de estatística. Mas não vinculando [o atendimento] até porque não foi regulamentada. E a polícia também não tem o que fazer com esse dado, certo?! E não é obrigatório para a mulher fazer o boletim de ocorrência. [...]

Uma mulher que é estuprada, ela quer se livrar do problema. Ela pensa depois em fazer o boletim de ocorrência. Se fizer na hora, tudo bem. Se quiser fazer o boletim, maravilhoso. Vai colher o material, vai fazer o estudo do citológico e até serve de prova para condenar o agressor. Mas tem que ser uma decisão da mulher. Não pode ser uma decisão dos médicos de vincular isso ao atendimento médico. [...] Se eu chegar com um braço quebrado de um jogo de futebol que meu irmão me empurrou na grade e foi expulso e eu quebrei meu braço. Aí eu chego lá no hospital e estou com o braço quebrado e o médico pergunta: 'mas quem foi que fez isso?'. Eu não vou dizer. Aí eu vou dizer que é meu irmão para abrirem um processo contra ele? Não tem sentido, né?!

Claro que você tem que dar condições de oferecer a mulher que ela se sinta acolhida. Ela vai ser protegida, vai ter casa de abrigo. E o filho dela, onde vai ficar? Ela não tem trabalho. Aí, nesse momento que ela consegue

⁴⁴ A atualização desta portaria editada após as pressões da sociedade também pode ser encontrada integralmente no Portal da Transparência da República: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.561-de-23-de-setembro-de-2020-279185796>. Acesso em 9 jun 2022

perceber que ela vai ficar segura e os filhos também, aí ela toma a decisão. Mas não pode ser o contrário (MORAES, Olímpio, 2022).

A exemplo da referida portaria do Ministério da Saúde, é inegável a simbologia e o impacto desse caso estudado e é notória sua permanência no debate público. É sobre as narrativas disputadas ao longo de todo o mês de agosto de 2020 em dois perfis do Instagram com defesas opostas sobre a realização do procedimento que será construída a análise no capítulo seguinte.

6 RESULTADOS: ANÁLISE DOS POSTS

Os dados para essa análise foram coletados em 3 de setembro de 2021. Nesta data, o perfil @direitaoficial contava com 6.755 publicações, 82,2 mil seguidores e seguia apenas 139 usuários. A descrição do perfil dizia "conteúdo atualizado sobre os principais acontecimentos políticos no Brasil e no mundo. Parcerias: contato por DM [sigla para Direct Message⁴⁵]. BRASIL!".

Já o perfil @seremosresistencia, por sua vez, contava com um pouco menos de publicações: 6.010 postagens. Em contrapartida, possuía um número muito maior de seguidores e de contas que estava seguindo, respectivamente, 401 mil seguidores e seguindo 610. A descrição da conta trazia "Se fere a nossa existência. Seremos Resistência! Publicidade: denilsoncadette@gmail.com".

De setembro de 2021 a junho de 2022, o perfil @seremosresistencia cresceu, contando com 7.363 publicações, 501 mil seguidores e seguindo 779 outros usuários. O perfil @direitaoficial, por sua vez, foi desativado.

Para a compreensão do conteúdo a ser analisado, primeiro foi realizada a contabilidade de 19 palavras escolhidas como unidade de registro para codificação (considerando também variações numéricas e derivações verbais de tais palavras nas 28 postagens). Tais unidades de registro foram eleitas por se repetirem ao longo das publicações e se embasarem no aporte teórico do materialismo histórico do "Cenário brasileiro sob o aborto legal", foram elas: "estupro", "pedofilia", "violência", "abuso", "estuprador", "abusador", "pedófilo", "tio", "criança", "menina", "estuprada", "violentada", "grávida", "mãe" (também sendo considerada aqui a palavra maternidade como unidade de mesmo sentido tal qual uma derivação verbal presente nas outras palavras), "bebê", "vida", "aborto", "morte" e "assassinato" (ou assassino e demais variações numéricas e verbais).

Para o sistema de categorização, essas 19 unidades de registro foram agrupadas em 5 diferentes unidades de contexto: "o crime", "o agressor", "a vítima", "a gestação" e "o procedimento". Abaixo, é trazida uma tabela desta divisão de unidades de registro por unidades de contexto.

⁴⁵ Ou *mensagem direta*, em português. É um canal de comunicação privado entre usuários em qualquer plataforma.

Figura 20: Tabela das unidades de contexto e suas respectivas unidades de registro

Unidades de contexto	Unidades de registro
O crime	“estupro”, “pedofilia”, “violência” e “abuso”
O agressor	"estuprador", "abusador", "pedófilo" e "tio"
A vítima	"criança", "menina", "estuprada" e "violentada"
A gestação	"grávida", "mãe/maternidade", "bebê" e "vida"
O procedimento	"aborto", "morte" e "assassinato"

Fonte: Autoral

Como defendem Bardin (2016) e Santos (2012), o sistema de categorização apresentado foi construído na exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade. Assim, foi se esgotando todo o assunto, com amostras que representam o universo, de acordo com a mesma temática, com cada elemento em sua categoria que a análise de conteúdo pode ser executada – do crime de estupro ao procedimento de abortamento, passando também pela disputa de narrativa sobre o agressor, a vítima e a gestação. Esta análise teve por objetivo inferir qual a mensagem das postagens.

Figura 21: Publicação 1 do @direitaoficial

The image shows a screenshot of a Twitter thread. On the left, a tweet by Bernardo P Küster LIVRE (@bernardokuster2) is displayed on a dark background. The text of the tweet lists four demands regarding the 'Menina K.' case: 1- Punir célere e severamente o estuprador pedófilo; 2- Cuidar muito bem da mamãe gestante de 10 anos; 3- Garantir a vida da bebê de 6 meses no ventre da mamãe; e 4- Se ocorrer o aborto, punir todos os envolvidos. The tweet is timestamped 21:27 · 16/08/2020 and was posted via Twitter for iPhone.

On the right, a reply from the account @direitaoficial is shown. The reply text reads: 'Ser de direita é uma coisa, se extremista é outra. A decisão cabe a família, se achar melhor tirar a criança, apoio do Estado para que ocorra da maneira mais segura possível. Se optar em manter, apoio do Estado do mesmo jeito, que falhou em protegê-la.' The reply is timestamped 16 DE AGOSTO and has been liked by 'robsonwajunior e outras 1.355 pessoas'.

Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 22: Publicação 2 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 23: Publicação 3 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Nestas publicações expressando o descontentamento com a possibilidade de um aborto legal são mencionadas quatro das cinco unidades de contexto. Contudo, é possível perceber uma frequência maior de contextos de significados específicos:

Figura 24: Tabela das unidades de contexto, unidades de registro e sua frequência relacionadas as capturas de tela anteriores do @direitaoficial

Unidades de contexto	Unidades de registro presentes	Frequência de aparição
O crime	<i>sem aparição</i>	0 vezes
O agressor	pedófilo e estuprador	2 vezes
A vítima	menina e mãe (2x)	3 vezes
A gestação	bebê (2x) e vida	3 vezes
O procedimento	aborto (2x) e assassinato (2x)	4 vezes

Fonte: autoral

O exemplo dessas três primeiras publicações do @direitaoficial trazidas acima revela uma tendência do perfil: aborda-se mais sobre o procedimento, seguido da gestação, da vítima, para então se mencionar o agressor e, efetivamente, o crime de estupro cometido. O aborto parece incomodar mais do que a violência contra uma menina (ou uma mulher), assim como entende Federici (2017) ao mencionar como o trabalho de reprodução humana é esperado pelo sistema hegemônico vigente.

Essa afirmação sobre a repulsa do ato de abortar na sociedade brasileira é tema, inclusive, de três publicações selecionadas do @seremosresistencia.

Figura 25: Publicação 1 do @seremosresistencia

seremosresistencia

NO BRASIL
ABORTAR É MAIS GRAVE
DO QUE **ESTUPRAR!**

#GRAVIDEZAOS10MATA

Curtido por Luizamariafo e outras pessoas

seremosresistencia Precisamos falar sobre educação sexual para crianças. E reforçar que educação sexual não é ensinar a fazer sexo! É sobre cuidado, autoconhecimento e autonomia do próprio corpo.

- ▶ 53,8% dos estupros no Brasil são contra meninas de até 13 anos.
- ▶ Em média são 180 estupros POR DIA! (Fonte: 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública)

Existe a cultura do estupro em nossa sociedade, a fetichização de características infantis.

Termos como "novinha", "virgem", "sobrinha", "afilhada", estão entre os mais buscados em sites de conteúdo erótico.
Você enxerga a problemática disso?

Nesse momento uma criança de 10 anos está grávida do TIO (foragido) e a justiça (aquele judiciário machista de todo dia), está decidindo se ela deve ou não abortar.

O corpo da mulher é violado todos os dias.
Por desconhecidos, familiares, e pelo estado.

#gravidezaos10mata

Por @vfesamp.jur

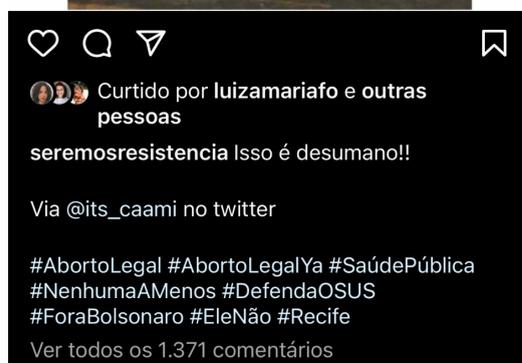
#AbortoLegal #AbortoLegalYa #SaúdePública
#NenhumaAMenos #DefendaOSUS
#ForaBolsonaro #EleNão #Recife

Ver todos os 885 comentários

Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 26: Publicação 2 do @seremosresistencia

que deus é esse que essa galera serve? que faz querer impedir o aborto de uma criança de 10 anos que foi estuprada. ISSO É DESUMANO



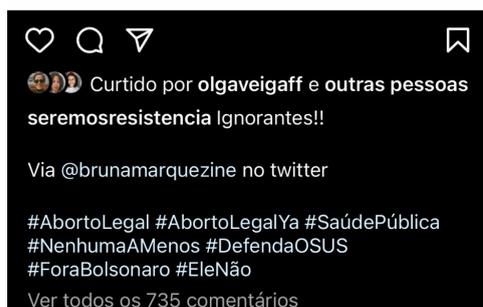
Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 27: Publicação 3 do @seremosresistencia



Bruna Marquezine
@BruMarquezine

E não tem nenhum religioso na porta da delegacia exigindo a prisão do monstro criminoso que estuprou a sobrinha e está foragido. A religiosidade é uma doença. Estamos falando de um CRIANÇA DE 10 ANOS. Isso não é ser pró-vida, isso é ser ignorante, limitado e CRUEL.



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Essas três figuras apresentadas acima do @seremosresistencia mostram recursos diferentes utilizados por esse perfil em relação ao @direitaoficial, que são os usos de legenda e de *hashtag*. Assim, mesmo que de forma superficial, uma opinião é adicionada, reforçando a mensagem do emissor no processo comunicacional. Ademais, também há legendas mais longas, com textos informativos sobre o caso e sua relação com o cenário social em que está inserido, instigando uma maior reflexão do receptor da mensagem, e não apenas uma informação que é passada e não apreendida como tantas outras. Por fim, com o uso das *hashtags* não somente o público que segue ou busca pelo perfil @seremosresistencia pode alcançar tal postagem, como também quem procura por essa ferramenta de aglutinação de conteúdo nos sites de redes sociais. Desse modo, a conta de esquerda @seremosresistencia aproveita a ação ciberativista de compartilhamento de notícia e textos informativos para que, por meio da *hashtag*, possa chegar a mais pessoas.

Outra ferramenta utilizada pelo @seremosresistencia para o aumento do seu alcance foi a postagem de carrosséis, que são publicações com mais de uma foto no mesmo post, podendo ser passado para o lado como uma página de livro digital e permite que a mesma postagem apareça mais de uma vez na linha do tempo dos seguidores do perfil ou da *hashtag*, visto que para o Instagram a foto ao lado pode ser considerada uma nova foto. É possível identificar nas figuras a seguir, pela legenda e pelo destaque da parte central logo abaixo do post, que aparece um conjunto de pontos, onde cada um deles representa uma foto como parte de uma sequência da mesma postagem.

Figura 28: Primeira publicação de um carrossel do @seremosresistencia



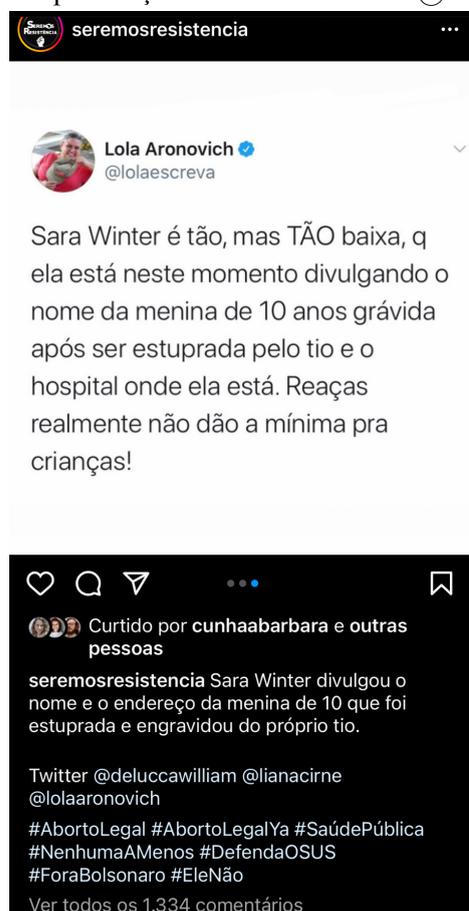
Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 29: Segunda publicação de um carrossel do @seremosresistencia



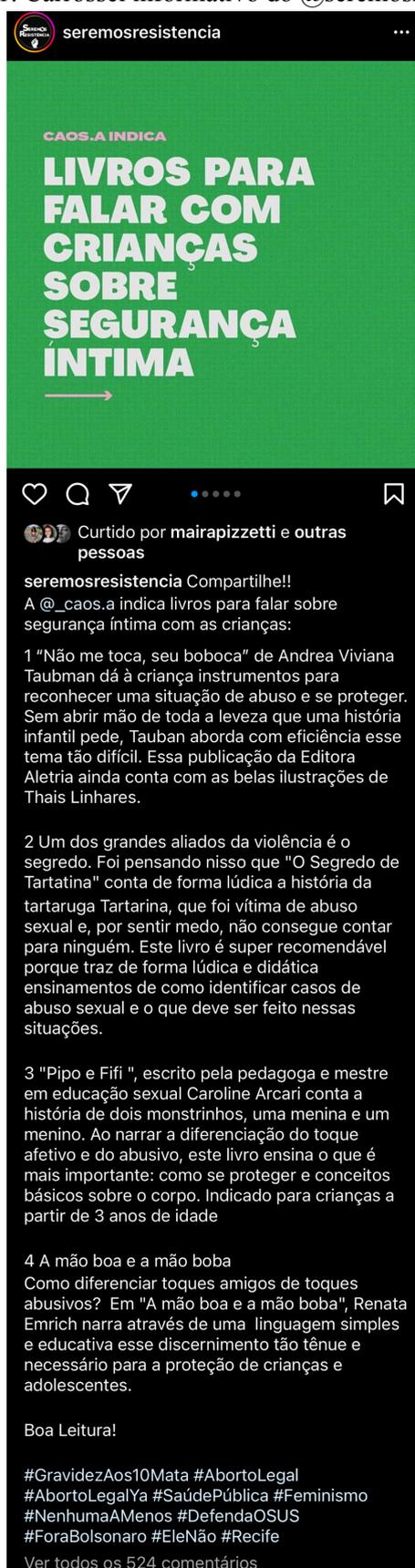
Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 30: Terceira publicação de um carrossel do @seremosresistencia



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 31: Carrossel informativo do @seremosresistencia



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Pela contabilização das unidades de registro nestas cinco publicações já trazidas do @seremosresistencia, nota-se que se faz referência mais sobre **a vítima**, em seguida **do crime**, para então comentar do procedimento de abortamento.

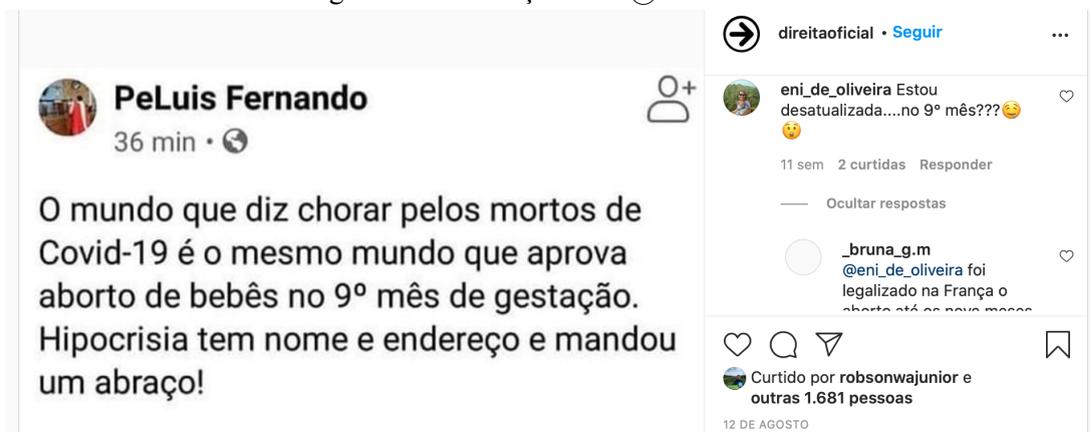
Figura 32: Tabela das unidades de contexto, unidades de registro e sua frequência relacionadas às capturas de tela anteriores do @seremosresistencia

Unidades de contexto	Unidades de registro presentes	Frequência de aparição
O crime	estupro (5x) e abuso (5x)	10 vezes
O agressor	tio (5x)	5 vezes
A vítima	criança (12x), menina (5x) e estuprada (5x)	22 vezes
A gestação	grávida (4x) e vida (1x)	5 vezes
O procedimento	aborto (4x)	4 vezes

Fonte: autoral

Em sete das 14 postagens no perfil @direitaoficial sobre o caso da menina K., abordaram o assunto com comparações a outros casos que pouco ou nada se assemelham com o episódio ocorrido em agosto de 2020 na cidade do Recife. É percebido, assim, um processo de despolitização sobre a valorização da vida de uma vítima de estupro no Brasil (com o seu contexto histórico-social) em relação, por exemplo, a valorização da vida de pessoas com problemas psicológicos, da vida das vítimas da COVID-19 e até da vida de uma égua.

Figura 33: Publicação 4 do @direitaoficial



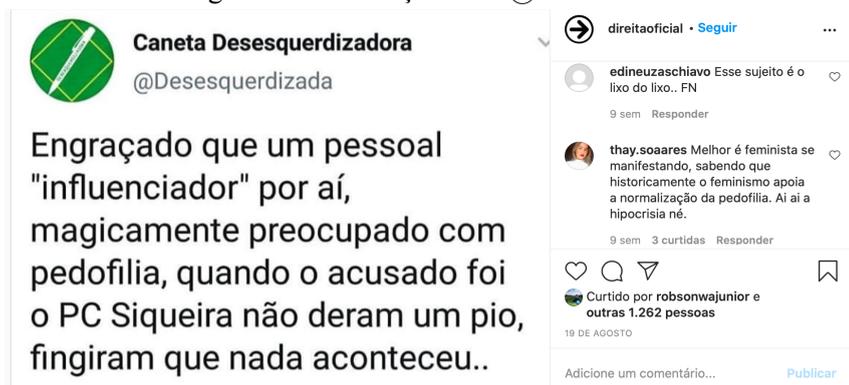
Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 34: Publicação 5 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 35: Publicação 6 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 36: Publicação 7 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 37: Publicação 8 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 38: Publicação 9 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 39: Publicação 10 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

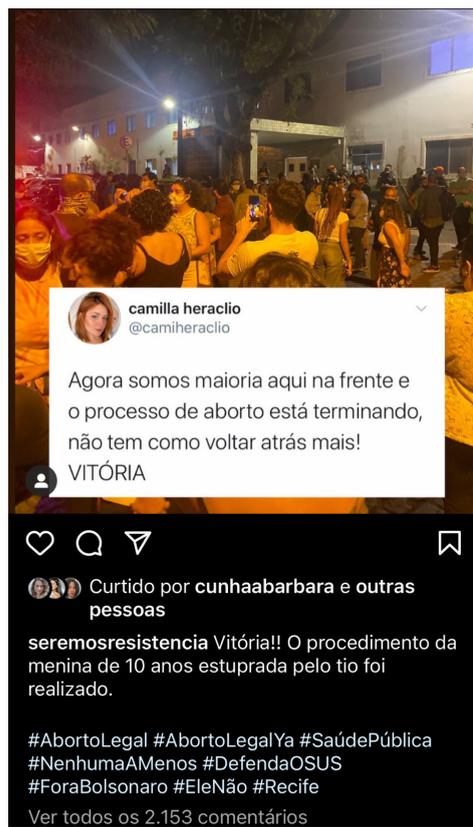
O aspecto da politização aparece de outro modo nas publicações do @seremosresistencia. Como já apresentado, existe no conteúdo deste perfil a compreensão sobre o estupro como uma cultura presente na sociedade brasileira e do aborto – especificamente o já regulamentado no Brasil – como uma prática segura e necessária. O conteúdo ciberativista da página de esquerda também enxerga as pessoas como sujeitos capazes de fazer a diferença ao pressionar figuras políticas públicas e se organizar para pressões mais amplas no espaço público.

Figura 40: Publicação 6 do @seremosresistencia



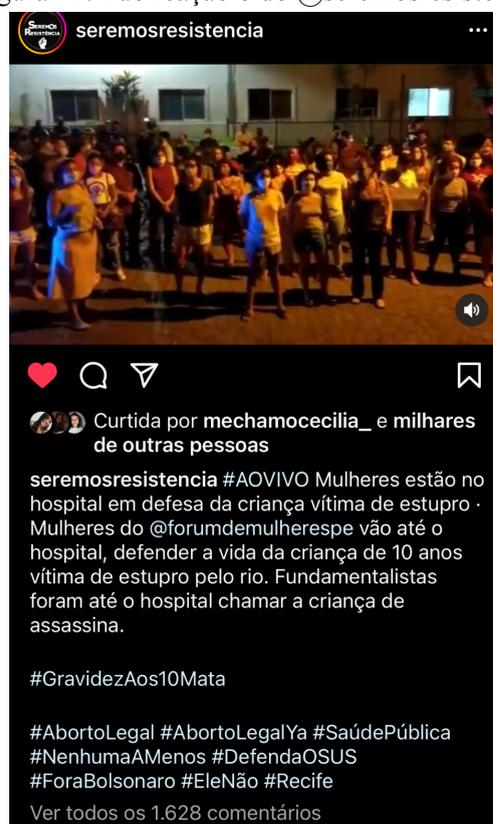
Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 41: Publicação 7 do @seremosresistencia



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 42: Publicação 8 do @seremosresistencia



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 43: Publicação 9 do @seremosresistencia

 seremosresistencia

#seremosresistencia



Mulheres expulsam fundamentalistas que ameaçavam invadir hospital de uma menina grávida de estupro

👍🗨️📌

 Curtido por mechamocecilia_ e outras pessoas

seremosresistencia FEMINISMO É REVOLUÇÃO!!

Integrantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco e Marcha Mundial de Mulheres foram até a frente do hospital de Recife e conseguiram fazer com que grupos de fanáticos religiosos deixassem o local.

A tentativa de invasão de um hospital de Recife por parte de grupos de religiosos fanáticos, que queriam impedir o aborto de uma menina de 10 anos inspirou um grupo de mulheres que também se mobilizou na frente do mesmo hospital para defender o direito da menor e permitir que ela pudesse realizar o aborto – como, aliás, foi autorizado pela Justiça na sexta-feira (14).

A reação partiu das integrantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que conseguiram fazer com que grupos de fanáticos religiosos deixasse o local.

“Essas são as pessoas que defendem a vida! Mulheres do Fórum De Mulheres de Pernambuco e Marcha Mundial de Mulheres Recife foram até o hospital defender a vida da menina de 10 anos que engravidou por ter sido estuprada pelo tio”, escreveu o Instituto Marielle Franco, parabenizando o grupo de mulheres pernambucanas por sua ação.

#AbortoLegal #AbortoLegalYa #SaúdePública #Feminismo #NenhumaAMenos #DefendaOSUS #ForaBolsonaro #EleNão #Recife #Pernambuco

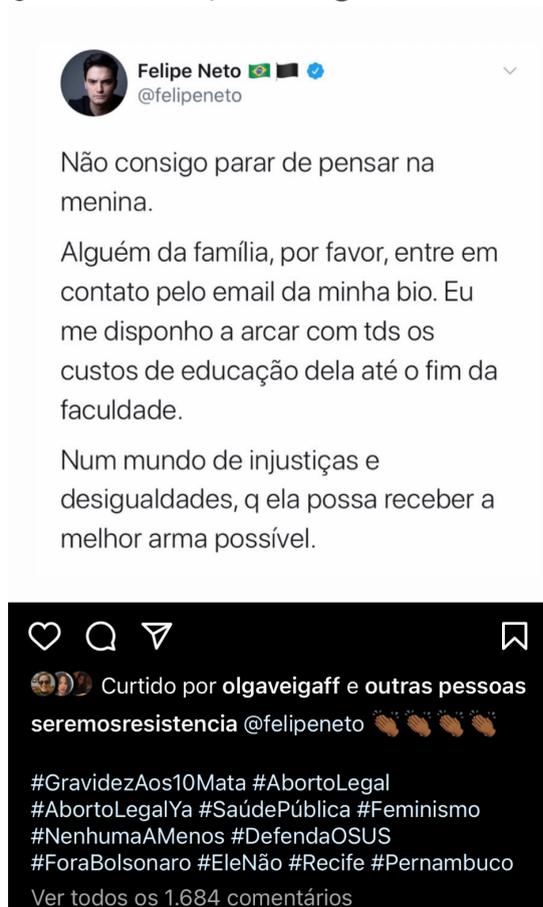
Ver todos os 777 comentários

Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Apesar de não terem sido noticiadas pelo @direitaoficial, estas pressões também ocorreram com defensores do lado conservador. Neste sentido, ambos os movimentos realizaram o ciclo da indignação à esperança apresentado por Castells (2017), mas o lado da direita politizou sua multidão apenas com despolitização ao reafirmar a hegemonia e permanência do *status quo* (FERNANDES, 2017).

Já o perfil de esquerda, de fato, politizou o debate. O que não significa dizer que não existam conteúdos despolitizados nas demais 29 postagens sobre o caso da menina K. – não analisadas pelo processo de seleção de apenas 14 das 43 mais comentadas – nem na totalidade das mais de sete mil postagens do @seremosresistencia. Há, inclusive, uma iniciativa de ação mais individualizada do que coletiva registrada neste estudo (ver figura 44), mas que não deixa de ser iniciativa de solidariedade. Desse modo, não foi encontrada nesta análise nenhuma publicação despolitizadora por parte do @seremosresistencia.

Figura 44: Publicação 10 do @seremosresistencia



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Como é de se esperar em uma disputa de narrativa, as notícias do caso da menina K. eram passadas pelo perfil @direitaoficial com interpretações opostas: ao invés de vitória, há luto.

Figura 45: Publicação 11 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Após o procedimento de abortamento, o tio identificado como autor dos estupros na menina K. continuava foragido. Isto também foi pauta em ambos os perfis. Ao passo que no @seremosresistencia era denunciada a necessidade de investigações e consequente resposta, no perfil @direitaoficial a responsabilização do crime – quando não culpabiliza a vítima – recai toda para o agente da ação do estupro. Ao estuprador é desejada a pena mais severa para que sirva de exemplo, em uma lógica punitivista e esvaziada de um problema social maior. Contudo, mesmo com esse desejo de vingança, não é mobilizada e repercutida uma discussão sobre o crime em si na mesma intensidade que o debate sobre aborto. Isso fica evidente pela frequência de aparição das unidades de registro e seu sentido nas unidades de contexto das publicações do @direitaoficial analisadas neste trabalho.

Figura 46: Publicação 11 do @seremosresistencia



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 47: Publicação 12 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Nas capturas de tela das postagens apresentadas foi percebido que tanto o @seremosresistencia quanto o @direitaoficial repostaram publicações de outras contas no seu perfil, em especial do Twitter, como estratégia de compartilhamento. Outras estratégias comunicacionais para maior propagação do seu conteúdo foram utilizadas só pelo @seremosresistencia, como o uso de legendas, *hashtags*, posts em carrosséis e em vídeo.

Entretanto, uma estratégia de contraposição de ideia foi feita exclusivamente pelo @direitaoficial, com o compartilhamento de publicações progressistas como fim de discordar do pensamento contrário ao perfil. A primeira postagem deste tipo (ver figura 48) conta com a divulgação de um manual de acesso à saúde publicado pela jornalista Amanda Audi e a denúncia de que este material seria uma incitação à prática de aborto. A segunda postagem (ver figura 49) é um *tweet* de cunho progressista sobre a realidade de uma experiência de autonomia na Espanha com uma legenda: "nojo disso".

Figura 48: Publicação 13 do @direitaoficial

Amanda Audi [@amandaaudi](#)

Aproveitando, eu e [@delarabru](#) publicamos um manual com dicas para, se for fazer um aborto, seja com segurança. Não sejam hipócritas: mulheres abortam todos os dias, seja ilegal ou não. Que pelo menos não percam suas vidas ou saúde por isso.

Dá para diminuir os perigos de um aborto?
Esta médica arriscou a carreira para dizer que sim.
[@theintercept.com](#)

CÓDIGO PENAL - ART. 286 - INCITAR, PUBLICAMENTE, A PRÁTICA DE CRIME: PENA - DETENÇÃO, DE TRÊS A SEIS MESES, OU MULTA.

BLOGUEIRA DO 'THE INTERCEPT' PUBLICA MANUAL COM DICAS PARA COMETER ABORTO

A blogueira feminista, que tem em seu histórico passagens por veículos como o jornal Gazeta do Povo, TV Globo e Folha de S.Paulo, já é conhecida por declarações sem provas contra o presidente Jair Bolsonaro e mais recentemente acusações graves à Ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves e à ativista pró-vida, Sara Winter.
A conduta de **aborto** está tipificada pelo Código Penal brasileiro entre os artigos 124 e 126 e trata-se de um crime contra a vida.

direitaoficial • Seguir

nahman.on Que nojo.
10 sem Responder

mariaaparecida.tolentino Com essa onda de se transformar, essa blogueira bem que poderia se sentir um Feto e pedir para ser abortada. Que tal?!? Acho justo!
10 sem 1 curtida Responder

lacerdajoaluz Cadeia nela!!
10 sem Responder

alan_f_de_faria Quem engravida um bicho desse !?
10 sem 4 curtidas Responder

Curtido por **robsonwajunior** e outras 899 pessoas

18 DE AGOSTO

Adicione um comentário... **Publicar**

Fonte: Captura de tela realizada pela autora

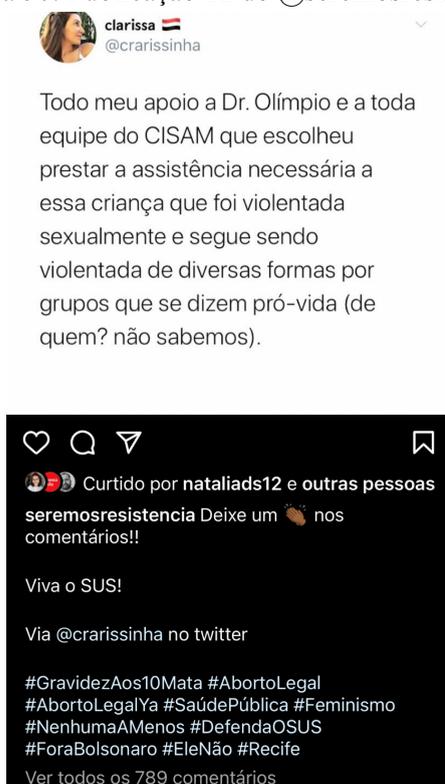
Figura 49: Publicação 14 do @direitaoficial



Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Por fim, as últimas três publicações a serem apresentadas são do @seremosresistencia sobre a atuação do Cisam e, especificamente, do nosso personagem entrevistado neste trabalho: Olímpio Moraes. Em um dos posts é informado na legenda que o médico foi responsável direto no procedimento da menina K., notícia que corria pelos canais de informações da direita e na própria maternidade com o grupo de manifestantes conservadores, assim como foi narrado pelo ginecologista e obstetra em entrevista à autora. Nas duas demais publicações, Olímpio é apresentado como o responsável geral de toda equipe do Cisam.

Figura 50: Publicação 12 do @seremosresistencia



Fonte: Captura de tela realizada pela autora
Figura 51: Publicação 13 do @seremosresistencia

seremosresistencia

OLÍMPIO BARBOSA MORAES FILHO
 5 Comissão de Abortamento, parto e puerpério - Febr

Olimpio Barbosa Moraes Filho
 Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e
 Puerpério da Federação Brasileira de Ginecologia e
 Obstetrícia - FEBRAGGO

Curtida por **cunhaabarbara** e milhares de outras pessoas

seremosresistencia Conheça o médico que realizou o procedimento na menina de 10 anos · Dr. Olímpio, é comprometido há muitos anos com os direitos e o bem estar de meninas e mulheres que precisam de acesso à saúde. Essa fala ele fez na audiência realizada pelo Senado Federal em 2015 para debater a SUG 15, uma proposta para regulação do aborto até a 12a semana de gestação.

Via @nempresanemmorta

COMPARTILHE!!

#GravidezAos10Mata #AbortoLegal
 #AbortoLegalYa #SaúdePública #Feminismo
 #NenhumaAMenos #DefendaOSUS
 #ForaBolsonaro #EleNão #Recife #Medicina

Ver todos os 4.126 comentários

Fonte: Captura de tela realizada pela autora

Figura 52: Publicação 14 do @seremosresistencia



seremosresistencia

Curtido por  cunhaabarbara e outras pessoas

seremosresistencia TODA CRIANÇA MERECE SER CRIANÇA, MERECE BRINCAR, ESTUDAR E SER FELIZ!

Na manhã desta terça (18), a União Brasileiras de Mulheres junto com estudantes da Universidade de Pernambuco fizeram um ato simbólico de acolhimento em frente ao CISAM.

Balões coloridos foram espalhados em frente ao hospital, um presente para menina de 10 anos foi entregue a Assistente Social que acompanha o caso e o Doutor Olímpio Moraes, em nome de toda equipe do CISAM, recebeu uma carta de agradecimento por todo profissionalismo e humanidade na condução do caso.

Desejamos uma boa recuperação e um futuro feliz para essa criança.

Além de seguirmos na luta para que Justiça seja feita e todos que a violentaram física e institucionalmente paguem por seus crimes.

Fotos: @caldaspedr / CUCA da UNE

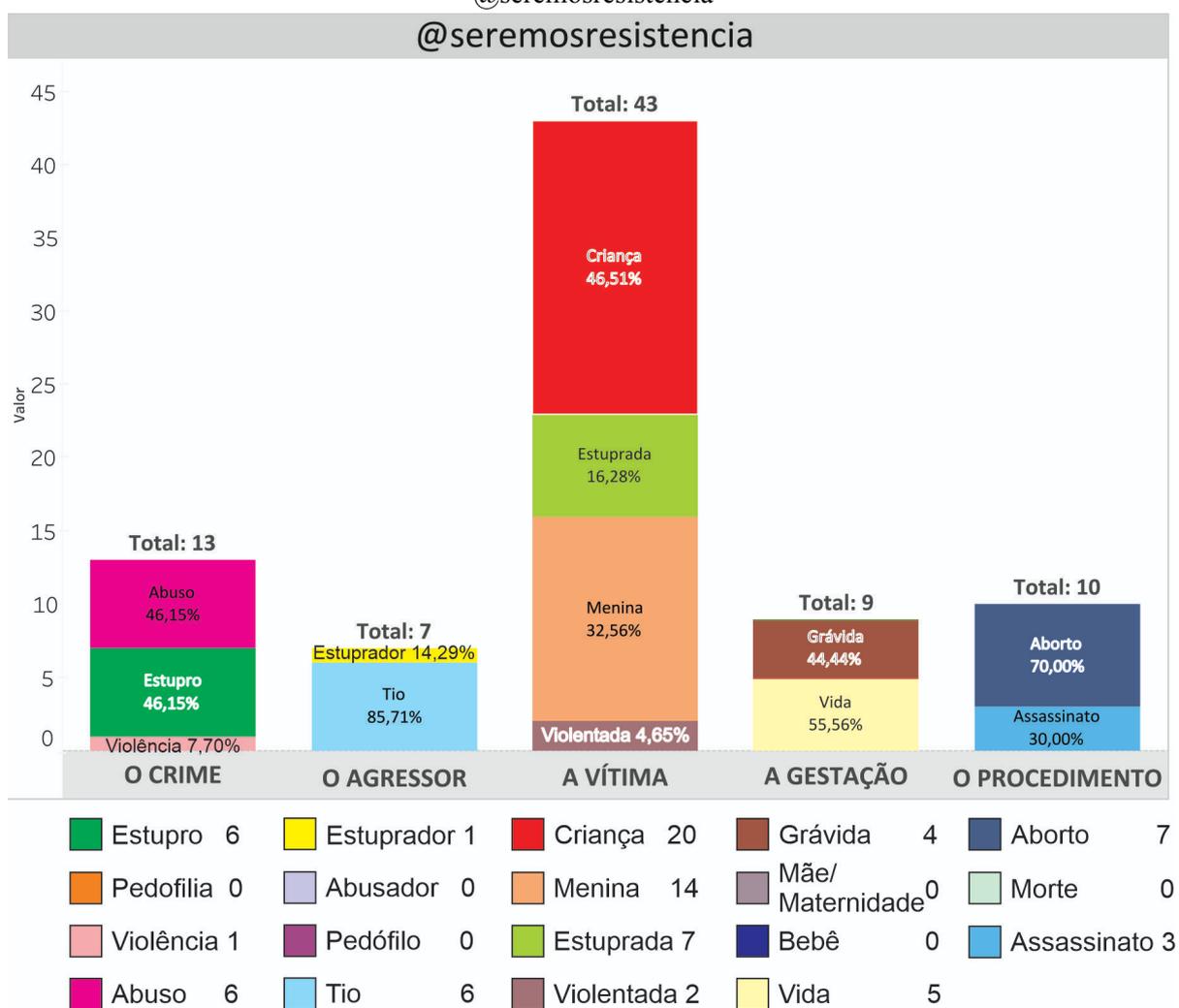
#GravidezAos10Mata #AbortoLegal #AbortoLegalYa #SaúdePública #Feminismo #NenhumaAMenos #DefendaOSUS #ForaBolsonaro #EleNão #Recife

Ver todos os 481 comentários

Fonte: Captura de tela realizada pela autora

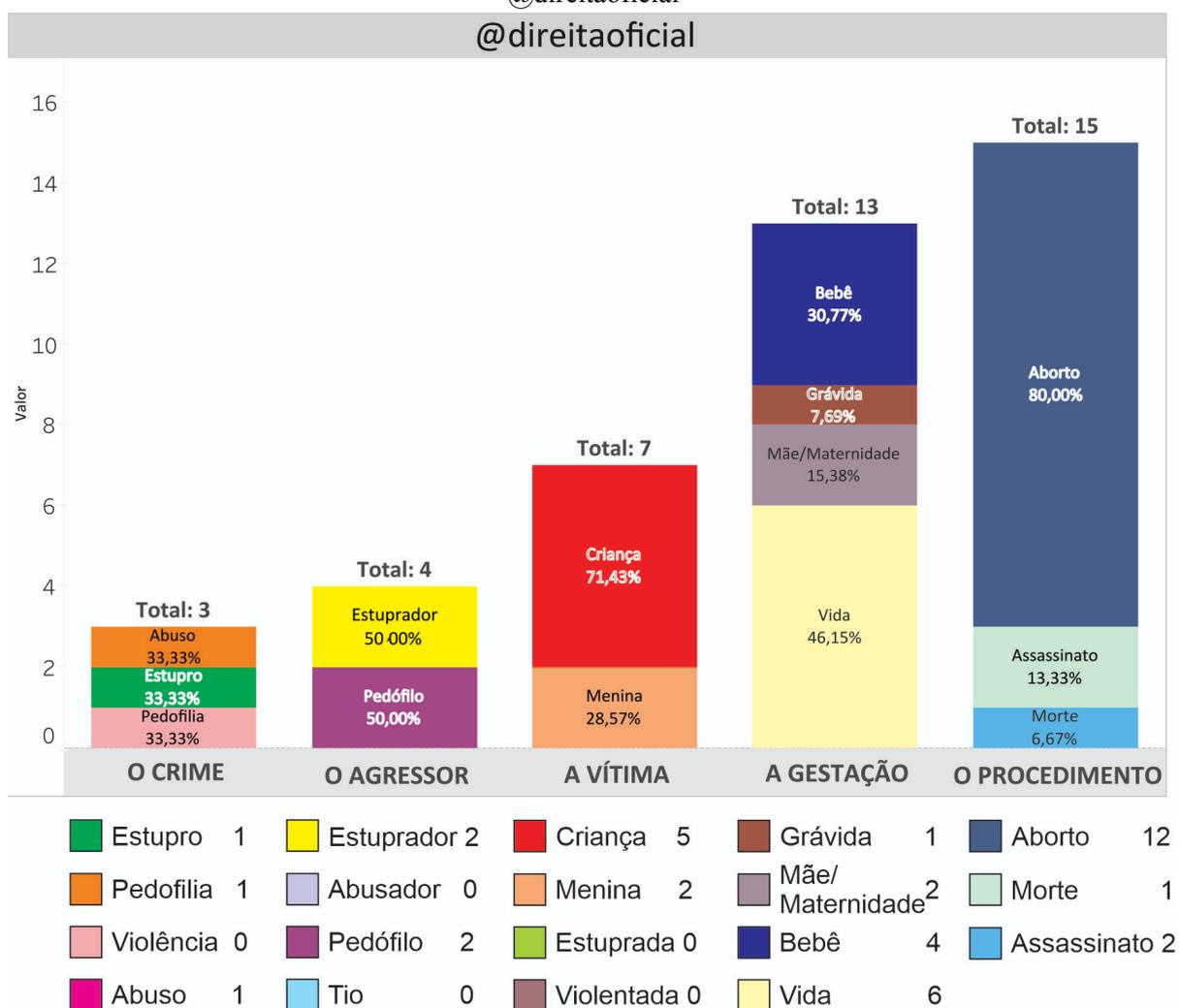
Com todas as publicações apresentadas, tem-se nos gráficos a seguir a contagem total das unidades de registro e de contexto no perfil @seremosresistencia (figura 53) e @direitaofial (figura 54).

Figura 53: Gráfico em barras com unidades de registro e de contexto presentes no perfil @seremosresistencia



Fonte: Autoral

Figura 54: Gráfico em barras com unidades de registro e de contexto presentes no perfil @direitaoficial



Fonte: Autoral

Pelo exposto, nota-se como no perfil @seremosresistencia há uma problematização maior do **crime** de estupro e, sobretudo, uma preocupação com a **vítima**, o que antecede o **procedimento** de abortamento em si. Ao falar sobre a **gestação**, o perfil de esquerda faz mais uso das unidades de registro "grávida/engravadar" e "vida", ainda com duas menções ao termo "pró-vida" que foram contabilizados, mesmo trazidos no contexto de crítica. O **agressor** é a última categoria mencionada, indicando uma atenção maior à cultura do estupro do que à ação individualizada de um violentador, que não é compreendido e retratado de maneira patológica, mas sim como "tio" - parentesco do agressor com a vítima - e "estuprador".

Já no perfil @direitaoficial é percebido um destaque na discussão do **procedimento** de abortamento e, com ela, falas sobre a **gestação**. Nesta segunda categoria, duas das seis vezes

que a unidade de registro "vida" é mencionada, vem com o termo "pró-vida"; e a única vez que a unidade de registro "grávida" aparece é em um post de cunho progressista compartilhado como estratégia de denúncia. O conteúdo de fato conservador, tendia a falar mais sobre a gestação com palavras como "ventre" e "gestante", indicando certa dádiva ou, no mínimo, normalidade nesta gravidez. Isso também pode ser percebido pelo uso das unidades "bebê" e "mãe/maternidade" que não foram utilizadas no @seremosresistencia.

Em sequência, o perfil @direitaoficial aborda a **vítima**, mas nunca nomeando-a como tal. As unidades de registro "violentada" e "estuprada" desta categoria não têm nenhuma aparição, apenas "menina" e "criança". Ou seja, a menina K. de apenas 10 anos foi chamada mais por "mãe" e "grávida" do que por vítima "violentada" e "estuprada" por parte do conteúdo publicado no perfil conservador.

A seguir, são mencionadas falas sobre **o agressor** para então se falar sobre **o crime** de estupro. Destaca-se aqui o uso das unidades de registro "pedófilo" e "pedofilia", respectivamente em cada categoria anteriormente mencionada, indicando, além de uma responsabilização individual punitivista, uma patologização – e conseqüente despolitização – para um fenômeno social e estrutural, como a cultura do estupro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho científico coleta, analisa e interrelaciona dados, extraindo conclusões para compreensão do fenômeno estudado. Cumpre-me aqui, portanto, concluir este estudo elencando os aspectos identificados e que são frutos de minha investigação científica no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB).

O propósito dessa dissertação foi construir uma análise de conteúdo entre dois perfis de Instagram com defesas opostas sobre o caso da menina K., criança que em agosto de 2020, aos 10 anos de idade, engravidou em decorrência de abusos empreendidos pelo seu tio desde que ela tinha seis anos de idade. De um lado, o perfil de cunho progressista @seremosresistencia, que advogava pelo direito ao abortamento garantido por lei, por se tratar de uma gestação fruto do estupro de vulnerável. Do outro, o perfil conservador @direitaoficial, o qual defendia a manutenção da gravidez, mesmo com a regulamentação do procedimento e com o risco de morte para a criança gestante.

A situação vivenciada pela menina K. e suas particularidades se tornaram estudo de caso desta dissertação, sendo observada detalhadamente e em profundidade como um fenômeno exemplar e representativo de um todo. Por meio da epistemologia do materialismo histórico foi evidenciado como as superestruturas alicerçaram e alicerçam a realidade concreta, gerando e – sobretudo, neste caso – impedindo as condições para as escolhas do presente e do futuro. Isso porque o debate de gênero e classe não foram nem são meros recortes, mas sim bases de desigualdade que se fizeram presentes no debate do caso do aborto legal fruto do estupro de vulnerável.

Em um contexto histórico e social de apelo ao conservadorismo no Brasil, a prática do aborto em decorrência de estupro – que é garantido na Constituição Brasileira desde 1940 – passou a ser questionada. Além disso, a divulgação de dados de menores de idade – que é vedada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – tornou-se passível de quebra de sigilo em nome da manutenção do trabalho reprodutivo.

Neste cenário, uma grande mobilização de diferentes defesas sobre o caso de aborto se alastrou no país, fossem elas constitucionais ou não. De um lado, havia manifestantes contra a realização do aborto. Do outro, pessoas lutando pelo direito reprodutivo da mãe. Em ambos, boa parte das mobilizações e da repercussão do caso se deram na internet.

A rede mundial de computadores e, sobretudo, os sites de redes sociais intensificaram a integração econômica, social e cultural, ou seja, a globalização. Com isto, a discussão sobre indústria cultural, teorizada pela escola de Frankfurt e influenciada pelos conceitos marxistas de alienação, história e conflito, volta à tona e adquire um papel relevante nesta dissertação.

Com uma abordagem diretamente ligada aos aspectos sociopolíticos e econômicos dos processos de comunicação, a indústria cultural se subordina às finalidades de lucro e de conformidade ao *status quo*. Por isso, esta teoria foi escolhida e empregada para o estudo dos sites de redes sociais que eram o principal canal de divulgação e mobilização das defesas opostas sobre o caso da menina K.

O ciberativismo, ou ativismo digital, também foi analisado e sua eficiência foi compreendida estando ligada ao processo comunicacional de apreensão, interpretação e ação em decorrência da mensagem emitida, e não ao lado que propõe defender determinada pauta social. No caso deste estudo, se contra ou a favor da execução do procedimento de abortamento.

Entretanto, a capacidade de mudança social objetivada no ciberativismo só ocorre por meio de um movimento politizador, que necessita ser de esquerda, mas não somente. Essa obrigatoriedade do espectro político foi concluída ao compreender que os pensamentos progressistas defendem diretamente o avanço da conjuntura social, alinhando ideias e práticas. Ao passo que os pensamentos conservadores visam ao mantimento do *status quo* das pessoas, enquanto objeto e não como sujeito político da realidade em que vive. Dessa forma, o movimento (ciber)ativista conservador aborda questões políticas com despolitização, negando ou distorcendo a história, criando barreiras à consciência política e impossibilitando a ação de contrapoder dos atores sociais em relação ao poder ideológico e hegemônico dominante.

Desse modo, ao construir a análise de conteúdo do @direitaoficial e @seremosresistencia com todas as 14 postagens sobre o caso da menina K. publicadas em agosto de 2020 pelo primeiro perfil conservador e as 14 mais comentadas, do mesmo assunto e período, do segundo perfil progressista, foi percebido tal processo de despolitização na mensagem do @direitaoficial.

Esta percepção se deu com a interpretação das unidades de contexto, a partir da contabilização de presença (ou ausência) de unidades de registro, que foram escolhidas após uma leitura flutuante do material e embasadas no contexto sócio-histórico. Ao todo, 19 palavras-chave (considerando também variações numéricas e derivações verbais de tais

palavras nas 28 postagens) foram agrupadas em cinco categorias: “estupro”, “pedofilia”, “violência” e “abuso” na unidade de contexto "o crime "; "estuprador", "abusador", "pedófilo" e "tio" em "o agressor"; "criança", "menina", "estuprada" e "violentada" para a categoria "a vítima"; "grávida", "mãe/maternidade", "bebê" e "vida" em "a gestação" e, por fim, "aborto", "morte" e "assassinato" com foco em "o procedimento".

Com a contabilização, foi possível inferir que a mensagem emitida pelo @seremosresistencia é de preocupação com a vítima e, em sequência, com o crime e a cultura do estupro. Há uma contextualização maior do fenômeno social que o caso da menina K. representa e publicações mais completas, com legendas, *hashtag*, postagens educacionais e mais proporcionadoras de reflexão do receptor daquele conteúdo.

Entretanto, já o perfil @direitaoficial, se dedica mais a abordar sobre o procedimento, seguido da gestação, da vítima, para então se mencionar o agressor e, efetivamente, o crime de estupro cometido. A mensagem passada pelo conteúdo conservador é a de que o aborto incomoda mais do que a violência contra uma menina (ou uma mulher). Assim como a culpa, quando não recai sobre a própria vítima, é personalizada diretamente ao agressor, em uma lógica punitivista e esvaziada de um problema social maior.

Para a construção deste trabalho, ainda foi realizada uma entrevista semi-estruturada com o médico Olímpio Moraes, responsável pela maternidade do Cisam onde ocorreu a interrupção gestacional da menina K.. Essa entrevista, juntamente com o referencial teórico, foi mais um material coletado que concluiu como o mesmo procedimento pode ser compreendido de maneira diversa de acordo com o contexto histórico e, sobretudo, os interesses ideológicos hegemônicos. Pois, somente a ciência e o avanço social não são suficientes se o posicionamento político comunitário não é comprometido com a liberdade e autonomia de todos e de todas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

ADORNO, Theodor. Notas de Literatura I. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2003.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGUILAR, María del Carmen García. **Feminismo contemporâneo**: más allá de la posmodernidad. Palobra, [s.i], v. 1, n. 14, p.158-173, ago. 2014.

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M.. **Globalização & Inovação Localizada**: experiências de sistemas locais no mercosul. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 181-198. Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/images/redesist_images/livros/Glob_Mercusul/cap_5.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/36738440/Ricardo_Antunes_Os_sentidos_do_trabalho_Ensaio_sobre_a_afirmação_e_a_negação_do_trabalho_2ed_. Acesso em: 13 jun. 2020.

ARAÚJO, Willian F.; FREITAS, Ernani; C.; MONTARDO, Sandra. P. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). **Processos culturais e suas manifestações**. 1 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2012, v. 1, p. 163-190. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/6019aa37-19ba-4451-98b4-c86c7dadadc9/Processos%20Culturais%20e%20suas%20Manifestações.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ARAÚJO, Alexandre Almeida Lima; VIERA, Ana Livia Bomfim. As Visões Historiográficas sobre o “pão e circo”: a plebs no contexto político-social da Roma imperial, séculos I – II d. C.. **Revista Mundo Antigo**, [s. l.], v. 4, ed. 7, p. 27-47, junho 2015.

ARNETT, J. **The Psychology of Globalization**. American Psychologist, v. 58, n.1, p. 774-783, out. 2002.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530006>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414/18512>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 120, n. 3, p. 58-102, set. 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/396/402>. Acesso em: 04 jul. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo. 70 ed. 2016.

BARRETOS, Aldo de Albuquerque, “A questão da informação”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.4, out.-dez., 1994, p.3-8.

BELLER, J. **The cinematic mode of production: Attention Economy and the Society of Spectacle**. London: University Press of New England. 2006.

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. Brasília: Editora Brasiliense, 1987

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CASTELBAJAC, Matthieu de. Aborto legal: elementos sócio-históricos para o estudo do aborto previsto por lei no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 39, 1 fev. 2010. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v10i3p39-72>.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2017.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74, ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/34801/pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388158/mod_resource/content/1/Texto%2014%20-%20O%20que%20é%20ideologia%20-%20M.%20Chau%C3%AD.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

CHAUÍ, Marilena; MOREIRA, Eduardo; SOUSA, Jessé. **O que é ideologia?** Video-aula pelo Instituto Conhecimento Liberta. Youtube, 07 abr. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uIQO6-IqWR0>. Acesso em 08 abr. 2022

CHAUÍ, Marilena & NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil**. São Paulo: Lua Nova, 2007.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London, MacGibbon & Kee, 1972.

COELHO, Teixeira. **O que é Indústria Cultural**. Brasília: Editora Brasiliense, 1988.

COGO, Denise; BRIGNOL, Liliane Dutra. **Redes sociais e os estudos de recepção na internet**. Matrizes, São Paulo, v. 4, n. 2, p.75-92, jan./jun. 2011.

COSTA, Belarmino C. G. Indústria Cultural: Análise Crítica e suas possibilidades de Revelar ou Ocultar a Realidade. In: PUCCI, Bruno (org). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes, p. 177-197,1995.

DA SILVA, Marcelo; ARANA, Alba Regina Azevedo. A comunicação organizacional em um mundo de consumidores: desafios e oportunidades da convivência nos contextos regionais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, ed. 4, p. 284-303, dez 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 1, n. 15, p. 959-965, jun. 2010.

DOS SANTOS, Fernanda Masaro. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, [s. l.], v. 6, ed. 1, p. 383-387, 2012.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2003. 218p. Disponível em: <<http://goo.gl/cNpNy0>>.

DUBAR, Claude. **Crise de identidades: a interpretação de uma mutação**. Paris: PUF, 2000.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boi Tempo, 1997. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Oyf4I-746XoC&oi=fnd&pg=PA11&dq=ideologia&ots=xV_UxIKXGs&sig=jgN1FLe9d3NRymKzOe5Sni3icsg#v=onepage&q=ideologia&f=false. Acesso em: 27 abr. 2022.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

EHRENREICH, Barbara & ENGLISH, Deirdre. **Hexen, Hebammen und Krankenschwestern**. München: Frauenoffensive, 1984.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Para encher os olhos: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do clube treze de maio de santa maria no jornal a razão**. Orientador: Profa. Dra. Ana Luiza Coiro Moraes. 2017. 385 p. Dissertação (Doutora em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), Santa Maria, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. ISBN 978-85-93115-03-5.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2013.

FERNANDES, Sabrina. **Crisis of Praxis: depoliticization and leftist fragmentation in brazil**. 2017. 389 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociology, Carleton University, Ottawa, 2017.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: Um guia político para quem se importa**. São Paulo: Planeta, 2020. 192 p.

FERRARI, Rodrigo Duarte. O poder da indústria cultural na internet. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5., 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2013.

FISHER, Eran. **Media and New Capitalism in the Digital Age: The Spirit of Networks**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010

FISHER, Eran; FUCHS, Christian. Introduction: value and labour in the digital age. In: FISHER, Eran; FUCHS, Christian. **Reconsidering Value and Labour in the Digital Age**. New York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 3-25.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Livraria José Editora, 1930.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALEOTTI, Giulia. **História do Aborto**. Coimbra: Edições 70, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, Fábio. O ontem e o hoje da indústria cultural: do folhetim aos vlogs e redes sociais. **Intuíto**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 104-121, nov. 2014.

GUAITA, Nicole Roessle. **A relação entre a indústria cultural e a prática dos professores de educação física do ensino médio: um estudo de caso**. 2003. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/57511/NICOLE%20ROESSLE%20GUAITA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GRESPLAN, Jorge. **Marx, uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 93-110.

HENTZ, Isabel Cristina. **A honra e a vida: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil republicano**. 2013. 261 f. Tese (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 59.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, Henry et al. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

KAPLAN, A. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. São Paulo: Herder/EDUSP, 1969.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, Bruna et al. #MeuAmigoSecreto: **Feminismo além das redes**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016. 254 p.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação & Sociedade**, Universidade do Minho, v. 30, p. 297-312, 2016.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações**, n. 7, p. 60-80, 2004. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125/129>. Acesso em: 26 abr. 2022.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à Cruzada Moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/q8zszyJYW3Jf3DBFSzZJPBg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARQUES, Myriam Silva; BASTOS, Marisa Antonini Ribeiro. Aborto provocado como objeto de estudo em antropologia da saúde. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 57-61, dev. 1998

MARTA, Gustavo N.; JOB, José R. P. P. ABORTO: uma questão de saúde pública. **Medicina (Ribeirão Preto. Online)**, [S.L.], v. 41, n. 2, p. 196, 30 jun. 2008. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v41i2p196-199>.

MARTELETO, R. M. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, v. 1, n. 2, 1995.

MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação. In Hohlfeldt, A., Martino, L. C., França, V. V. (orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 27-38.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 34, n. 71, p. 223-239, out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.59428>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005

MARX, K. Theses on Feuerbach. In **Selected Writings**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1994.

MATOS, Fernanda Patrícia Lopes de. **Aborto: liberdade de escolha ou crime**. 2011. 36 f. Tese (TCC) - Curso de Direito, Faculdade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, Barbacena, 2011.

MENSCHIK, Jutta. **Feminismus: Geschichte, Theorie und Praxis**. Köln: Verlag Pahl-Rugenstein, 1977.

MERLI, Paola. Antonio Gramsci, Prison notebooks. **International Journal Of Cultural Policy**, [S.L.], v. 1, n. 16, p. 53-55, fev. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10286630902971603>.

MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

MIDELFORT, H. C. Erik. **Witch Hunting in Southwestern Germany, 1562-1684: the social and intellectual foundations**. Stanford: Stanford University Press, 1972.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. 1-14, 20 ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100620016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MIKAEL-SILVA, Thiago; MARTINS, Alberto Mésaque. A legalização do aborto no Brasil ao longo da história: avanços e desafios. **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, Caracas, v. 20, n. 44, p. 197-214, jun. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério da Saúde. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 681-689, ago. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000200024>.

NARDINI, Milena. **Integralidade e Promoção da Saúde da Mulher: as proposições da câmara federal sobre a legalização do aborto**. 2008. 128 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Polly. O algoritmo do padrão. Entrevista concedida a Giuliana Mesquita. **Elástica**. Março, 2021. Disponível em: <https://elastica.abril.com.br/especiais/polly-oliveira-experimento-algoritmo-gordofobia-padrao-beleza/>. Acesso 26 jun 2022.

OLIVEIRA, Polly. O experimento e o dilema dos corpos nas redes. Entrevista com Polly Oliveira. Entrevista concedida a Mariane Santana. **Mídia Ninja**. Abril, 2021. Disponível em: <https://midianinja.org/marianesantana/o-experimento-e-o-dilema-dos-corpos-nas-redes-entrevista-com-polly-oliveira/>. Acesso 26 jun 2022.

Organização Mundial da Saúde. **Abortamento seguro**: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2013.

PATSCHIKI, Lucas. **Os litores da nossa burguesia**: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011). Dissertação de Mestrado (História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

PERTICARATI, Renata. Algoritmo, cotidiano e shadowban: #oexperimento como estratégia de resistência ao robô do instagram. **Expediente Revista Mídia e Cotidiano**, [S.I.], v. 15, n. 2, p. 52-61, 18 maio 2021. Disponível em: http://designnaleitura.net.br/8sipmc/files/gt1_004_18108.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Representações dos movimentos populares na mídia e como eles se representam: visibilidade pública e perspectivas cívicas. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 14, n. 28, jul/dez. 2015, p. 31-49.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 17, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

PIETERSE, J. N. Globalization as hybridization. **Internacional Sociology**, v. 9, n. 2, p. 161-184, 1994.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993

PRIORE, Mary del. **Histórias do Cotidiano**. São Paulo: Editora Pinsky Ltda, 2021. 128 p.

QUEIROZ, M.V.; BRIGAGÃO, A.L.Q.. Aborto Anencefálico. **Revista do Curso de Direito**, [S.L.], v. 5, n. 5, p. 129-145, 31 dez. 2008. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1094/rcd.v5n5p129-145>.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Não nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a história do aborto. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, ed. 3, p. 419-428, jul./set 2011.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. Disponível em: <<<http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/redessociaisnainternet/recuero.pdf>>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

REIS, R.; ZANETTI, D.; FRIZZERA, L. A conveniência dos algoritmos. **Compólitica**, v. 10, n. 1, p. 35-58, 29 maio 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3a edição. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior**, Covilhã, p. 1-11, out. 2003. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

RUSKOWSKI, B.; DA SILVA, C.; FERNANDES, E.; DA SILVA, M.; PEREIRA, M. Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais. **Compólitica**, v. 10, n. 2, p. 43-84, 23 set. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de Conteúdo: A visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, mai. 2012. Resenhas. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <file:///C:/Users/fisic/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/291-1411-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em 01 de junho de 2020.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Mass Protests: Brazilian Spring or Brazilian Malaise? **Socialist Register**, [s. l], v. 50, n. 50, p. 227-246, out. 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 233-246.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2013. 85 p.

SANTOS, Vanessa Cruz *et al.* Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública. **Revista Bioética**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 494-508, dez. 2013.

SAUNDERS, Rebecca. **Bodies of Work**: the labour of sex in the digital age. Huddersfield: Palgrave Macmillian, 2020.

SCAVONE, Lucila. Políticas Feministas do Aborto. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 675-679, ago. 2008.

SCHOR, Néia; ALVARENGA, Augusta T. de. O Aborto: um resgate histórico e outros dados. **Journal Of Human Growth And Development**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 7-12, 19 dez. 1994.

SILVA, Marcimedes Martins da. **Internet**: como expressão da indústria cultural. 2. ed. S.I.: Livrus, 2017.

SILVEIRA, Marcelo Deiro Prates da. Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 42-51, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400006#end. Acesso em: 13 jun. 2020.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto. 2016: o ano da polarização? In: ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **As Direitas Nas Redes e Nas Ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 91-120.

SOUZA, Queila. **O Tempo das Redes**. São Paulo: Editora Perpectiva, 2008.

SZYMANSKI, H. (org). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. 2. ed. Brasília: Liber livro, 2008.

THOMPSON, Judith Jarvis (1971). Traduzido por Sieni Maria Campos. Uma defesa do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 145-164, abr. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262620261_Uma_defesa_do_aborto. Acesso em: 26 nov. 2020.

VAZQUEZ, G. G. H.. Sobre as Mulheres e o Aborto: notas sobre leis, medicina e práticas femininas. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 146-162, 2014. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/rlagg.v.5.i2.0013>.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800**, New York, Routledge, 1981.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 1-4, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00068820>.

WIESE, Iria Raquel Borges. Aborto provocado e seletivo na interface da saúde e do direito. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

WILSON, Japhy; SWYNGEDOUW, Erik. Seeds of Dystopia: Post-Politics and the Return of the Political. In: WILSON, Japhy; SWYNGEDOUW, Erik. **The Post-Political and its Discontents: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014. p. 1-22. ISBN 9780748682980.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

_____. **Pensar a comunicação**. Tradução de Zélia Leal Adghirni. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

ZARTARIAN, V.; NOEL, E. **Cibermundos, que futuro?** Porto: Editora Ambar, 2002.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Ticklish Subject: The Absent Centre of Political Ontology**. London: Verso, 1999. 409 p.

APÊNDICES

A seguir, apresenta-se transcrita a entrevista de 1 hora e 28 minutos de duração, realizada via Zoom entre a pesquisadora Laianna Maiara Januário Alves e o professor e obstetra Olímpio Moraes Filho, diretor responsável pelo Hospital Universitário Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, localizado na cidade do Recife, Pernambuco, onde foi realizado o procedimento de interrupção da gravidez da menina K.

Primeiro bloco: 5 perguntas sobre relação das redes sociais, divulgação de informação e o caso de aborto legal da menina capixaba.

1- Qual a influencia das redes sociais na construção da opinião pública sobre o aborto no Brasil? Você acredita que no ciberespaço há um debate mais aprofundado sobre essa temática ou as discussões são tocadas de maneira superficial e rasa?

É porque você pergunta, Laianna, a uma pessoa que não tem nenhuma convivência nesse mundo, certo?! Eu tenho um Facebook que eu não entro e tenho um Instagram que também criaram pra mim porque teve uma assessora da reitoria e acho que naquele momento que ela criou foi pra colocar alguma postagem ou responder alguma coisa. Mas eu não entro, eu no máximo é WhatsApp e e-mail, eu não acompanho, certo?! O que a pandemia trouxe pra mim nesse mundo novo [do ciberespaço], principalmente para mim que eu tô com sessenta anos e dentro das associações médicas, dos conselhos de medicina que eu faço parte, é o que a gente tá fazendo aqui. É videoconferência, Classroom, Meeting, Zoom. Então isso possibilitou utilizar essa tecnologia. Mas geralmente como entrevista, ou como debate, ou como roda, ou videoconferência etc em que eu sou convidado para falar sobre o assunto como já era antes [da pandemia] também.

Mas sendo que antes eu viajava muito, porque eu sou professor de Ginecologia e Obstetrícia também, não é só de aborto. Então a gente tem pesquisa sobre gravidez de alto risco que é da maternidade que eu sou diretor, sou professor de lá. Eu tenho doutorado, então eu tenho uma vida curricular muito grande de apresentação, de eventos e aborto é um dos temas claro né?! Na verdade eu acho que é o tema que mais me toca, sem dúvida nenhuma, são as questões de gênero e injustiça, porque, assim, eu acho que precisa ser discutido. Como

o racismo também na área da saúde, então essas injustiças me incomodam muito. Todas as injustiças.

Então eu não tenho convivência, eu não sei. Primeiro, seguinte, que não faz parte do meu mundo. Eu não vivi isso, diferente da geração dos meus filhos, mas eu sei que tem gente da minha idade que vive lá. Mas eu acho que pessoal da minha idade que vive lá é um pessoal que não tem o que fazer. Eu tenho muita coisa o que fazer. Eu tenho muita coisa presencial para fazer. Minha vida é muito presencial e eu não tenho tempo mesmo para ficar olhando e discutindo. Claro que eu tenho amigas como *Melania*⁴⁶, como Carol Sales da rede feminista que utilizam muito esse espaço. Claro que é importante ocupar, mas geralmente esses espaços não são ocupados de forma correta. É muita crença, muita ignorância, muito ódio, muita *fakenews*, muita montagem, muita desinformação e eu não caminho por aí. Quer dizer, eu tenho outras coisas. E como eu sou gestor executivo de uma maternidade grande, sou professor, sou diretor financeiro da Federação Brasileira de Ginecologia, o que muito me orgulha porque já ocupei vários cargos, e sou conselheiro também do Conselho Nacional de Medicina são todos cargos eletivos e com grande responsabilidade. Então é por isso que eu deixei em consultório já desde 2002 ou 2003, porque não conseguia dar conta nessa vida associativas e todas as coisas mais que não dava para eu me dedicar para fazer a obstetria em que eu acredito. Mas realmente eu não convivo [com os sites de redes sociais].

2- Qual a sua avaliação sobre evolução ou regressão do debate do aborto no Brasil, principalmente após a exposição do caso da menina K? O caso contribuiu de alguma forma para aumentar o grau de informação sobre o aborto? Se sim, de que tipo?

Eu acredito que sim. Se a gente pode tirar alguma coisa boa de uma tragédia, porque um caso desse é uma tragédia, eu não quero que aconteça. Não só pelo fato em si, do objeto, da violência mesmo, como também como foi conduzido né?! Da outra violência que era a [necessidade] do sigilo e das barreiras que foram colocadas para aquela menina e sua avó. Isso é terrível. Mas se tem uma coisa que resulta disso aí que é quando é discutido, quando sai na imprensa, é que as pessoas humanizam o abortamento. Cai várias máscaras, várias crenças de falsidade que existe sobre o tema, trazendo pra humanidade, para as questões reais, do

⁴⁶ *Melania Amorim* é médica especialista em Ginecologia e Obstetria pela Paraíba. Também é feminista, pesquisadora e professora de medicina na cidade de Campina Grande. Ela cria conteúdo no seu Instagram de user *@melania44* que já conta com mais de 112 mil seguidores.

sofrimento, da empatia. Aí as pessoas veem o assunto de outra forma, porque não é como é tratado geralmente por outros grupos que é impessoal, que é um clichê de ódio. E quando vê transformado esse ódio, esse clichê, numa pessoa fragilizada e em um contexto, aí cai a ficha e geralmente muitas pessoas começam a perceber uma visão que não tinham antes. Eu vejo isso.

E digo isso isso, porque o nosso serviço é desde 1996, então já tem 25 anos completos agora. E nós trabalhamos sempre. É comum chegar casos, infelizmente acontece. Mas só aparecem na imprensa quando essas forças que trabalham contra o direito sexual reprodutivo, contra o abortamento previsto em lei, [quando] eles tomam a frente e quebram toda segurança, todo o respeito humano, todo o sigilo, divulgando, saindo na imprensa. Aí quando acontece isso a população fica do nosso lado. Tanto é assim que eles recuam depois. Eles percebem, desculpa a palavra que eu sei que você tá filmado, mas eu vou dizer. Eles percebem que fizeram "merda". E [dizem] "olha deu errado, a população ficou do outro lado. A gente que ficou como vilão, não foi a menina nem o médico". Então eles estão lá e daqui a pouco vão novamente esquecer isso e de outra vez vão acumulando ódio, as *fakenews* e, provavelmente, daqui pouco agem novamente em outro momento. Porque não foi a primeira vez, né?!

Já teve um caso de repercussão até maior do que esse, que foi uma menina de 9 anos de Alagoinhas que até o Papa ficou sabendo e intercedeu, deu opinião também sobre o caso. Uma menina que era um caso mais grave ainda, porque era um caso de gêmeos filhos do padrasto e corria sério risco de morte. Nesse caso aí teve uma repercussão maior, porque o arcebispo daqui, diferente do arcebispo atual, ele excomungou a equipe do Cisam, as pessoas que deram assistência à menina. Mas era uma voz praticamente solitária a do arcebispo. O que diferencia de 2008 ou 2009 - acho que foi em algum desses anos, não tenho certeza o ano - mas do caso de Alagoinhas para o caso agora do Espírito Santo é que essas forças elas se organizaram politicamente. Na outra gente não tinha na frente uma ação organizada e liderada por políticos, né? Com representantes do povo, com deputados, senadores que, teoricamente, estão eleitos para respeitar as leis. São legisladores. Para defender as leis, a saúde, a humanidade, o humanismo. E não se comportar como criminosos.

Invadir uma maternidade para quê? Raptar uma menina de dez anos? Pra fazer o quê, um mandado de segurança? E além do mais em um momento de Covid. Querer cercar uma maternidade; querer invadir; sem usar máscara e fechar a entrada de uma maternidade

pública, onde tem um grande acesso de mulheres grávidas, parturientes, com gravidez de alto risco com chegada de ambulância; prejudicar o fluxo da maternidade; agredir toda uma instituição, pessoas que tão lá salvando vidas e prejudicando assim também outras vidas; uma algazarra na frente com pessoas internadas com UTI. Isso realmente foi muito impactante porque nós não tínhamos isso, essa organização [conservadora]. Mas é isso, eu mostro sempre que a gente tá no caminho certo e vamos continuar.

Então respondendo, eu acho que toda vez essas forças que são contra, que se dizem pró-vida, na verdade não são. Porque nós médicos e todos nós que defendemos o aborto previsto em lei, na verdade ninguém quer o aborto. A gente quer que as mulheres não morram. E a gente quer diminuir o número de abortos; quer educação sexual na escola; a gente quer métodos contraceptivos de longa duração, se possível; a gente quer falar de gênero para prevenir as meninas de violência, para que a criança saiba o que é violência já que a grande maioria das violências estão sendo com adolescentes e aí a gente tem que empoderar, tem que dar conhecimento às meninas para se defender; a gente quer aborto previsto em lei para que elas não morram e pra que elas não continuem vulneráveis. Quando o problema aparece, a gente poder agir como a ciência mostra, poder agir como médico, como profissional de saúde, para que essas mulheres não abortem novamente. Porque elas vão ter conhecimento de como se preparar para se defender e também de uso método contraceptivo para não engravidar. Agora quando você trata como criminosas essas mulheres, elas não procuram ajuda e elas vão continuar vulneráveis, continuar sendo violentadas, continuar engravidando e continuar procurando se livrar, resolver o problema sozinha. E ela não consegue quebrar esse ciclo de violência. Então, isso que é mostrado. Por isso que todos os países do mundo em que se respeita ciência, se respeita os direitos humanos, que considera a mulher como um ser humano, todos os países que se pensa "queria que o Brasil fosse assim um país desenvolvido", esses países tratam a lei do abortamento à luz da ciência. E não com crenças, não como misoginia, como são as teocracias. Com todo o respeito a qualquer religião, mas as teocracias são terríveis. Cada um tem sua fé, mantém sua religião, mas o Estado é laico, porque o Estado não é de uma religião. É de todos os brasileiro.

Eu sempre digo, Laianna, que mesmo nada contra essa religião, imagina se houvesse um país que a maioria do povo da sua população fosse Testemunha de Jeová. Será que nesse país a transfusão sanguínea seria proibida? Você tem a sua religião e diz "eu não quero ser transfundida" é o seu direito. Mas transformar o que é pecado em crime? Porque assim o

adultério também é pecado. Será que devemos prender maridos adúlteros? E as mulheres também? Se Cristo mesmo intercedeu para uma mulher adúltera não ser apedrejada? Então com certeza esse pessoal cristão... o Cristo deve tá muito triste com ele, porque Cristo estaria do lado da gente, da menina [capixaba]. Ele não estaria do outro lado. Estaria acolhendo os mais fracos, os indefesos, os que foram vítimas de violência. Não promovendo mais violência para quem já foi violentada. Então essas pessoas estão totalmente desnorteadas, completamente erradas. Eu acredito que nem com o próprio Cristianismo tem a ver isso.

3- No Instagram, alguns perfis realizaram uma cobertura sobre o caso de aborto da menina capixaba de 10 anos e a necessidade do seu deslocamento para o Recife. Alguns desses perfis são o @seremosresistencia e o @direitaoficial. O primeiro posicionou-se a favor do direito reprodutivo da menina e o segundo contra. Qual foi a influência dessa cobertura nesse caso específico?

No dia era segredo, sigilo, mas foi quebrado por esses escrúpulos do Espírito Santo que comunicaram para o grupo daqui. Isso para mim foi uma surpresa, não esperava isso. Mas a partir do momento em que começou a serem divulgados os vídeos - e corre numa velocidade tremenda, né?! Eu tenho uma filha que mora fora. E a minha filha começou a ver cenas que minha mulher aqui não viu. Ela mora fora do país, então isso rodou muito rápido - com isso, em poucos minutos, mulheres de todo canto do Recife começaram a chegar. Eu acho que com uma hora ou hora e meia tinha um grupo de mulheres contrapondo aquilo ali, defendendo a maternidade, fazendo um cinturão de mulheres, muito maior do que o outro grupo. Então aqui em Pernambuco tem grupo de mulheres, uma rede, rede feminista que são muito poderosos e eu me orgulho muito, porque esses grupos de mulheres é um rede de proteção do Cisam. Isso aconteceu em um domingo, né?! Aconteceu de 15h30-16h. No final da tarde tinha uma quantidade imensa de mulheres, de todas as cores, todas as idades, na frente do Cisam.

No dia seguinte o Cisam amanheceu todo enfeitado com bolinhas, flores, mensagens de apoio e começaram a chegar presentes para a menina até que a gente teve que fazer um quarto presente. Ela era uma pessoa que nunca tinha ganhado um presente na vida e [naquele momento] ela ganhou vários presentes, do que você imaginar. Foi muito emocionante, porque no dia seguinte ela estava bem. Ela chegou sem falar, sem levantar a cabeça, sem olhar e, no dia seguinte, ela sorriu. A avó dela disse que fazia anos que não via sua neta sorrir. Porque

essa violência não aconteceu uma vez, foram vários anos de violência e de ameaças de que se ela revelasse ela seria morta. E ela não revelou, quem revelou foi a barriga crescendo. Então é isso que a gente vê né?!

E eu me lembro muito bem, que eu sempre falo inclusive - que é uma coisa que ouvi muito porque eu sou pai, embora meus filhotes já estão mais velhos - mas no último momento que estava lá a gente se emocionou e proporcionou a ela um desejo que ela tinha. "Você quer alguma coisa mais de lembrança daqui de Pernambuco?". Aí ela abraçou lá o pessoal e pediu sanduíche do 'Maqui' Donalds. E foi o último pedido. A gente conseguiu esse sanduíche já pertinho dela viajar de madrugada, quando estava indo pro aeroporto.

4- Após essa exposição, a criança consegue voltar para sua vida "normal"? Geralmente quando o procedimento acontece em sigilo esse retorno é possível?

Eu me orgulho muito do sistema de proteção do Brasil, normalmente né, quando o Conselho Tutelar age de forma correta - que nesse caso não agiu - e quando a Secretaria das Mulheres aqui em Pernambuco e lá [do Espírito Santo] também, porque eu passei a acompanhar também lá, esse trabalho é muito importante para não retornar para o mesmo local. Ou seja, ser colocado em outro local para não vincular; proteger a imagem dela que as pessoas esquecem também; o apoio psicológico é muito importante e com tudo isso aí você consegue dar alguma chance para ela renascer.

E quando você pergunta sobre como ela [a menina] tá eu não sei dizer direito, porque como o sigilo é preservado eu não acompanho. Mas a gente sabe que a única forma certa é essa, de dar uma oportunidade para aquilo ali ficar no passado. Não pode se transformar numa novela, ela tem que ser preservada. Porque tem jornalistas que procuram, né?! "Cadê aquela menina que vocês atenderam, vamos fazer uma entrevista dois anos depois para saber como está a família". Não pode fazer. A gente não pode fazer isso.

5- Em todo material que revisei, não encontrei nenhuma repercussão de *fake news*. Mas na divulgação de informações desse caso, houve alguma notícia falsa? Se sim, você foi uma vítima dela?

Tem um grupo *pró-life* que tem um jornal que esse jornalzinho eles distribuem para algumas maternidades e talvez em algumas igrejas também se distribui esse jornalzinho, que é chamado 'Aborto'. É um jornalzinho que sai de dois em dois meses, eu acho.

Esse jornalzinho retratou o caso de uma forma muito muito ruim. E esse grupo já tem processo, já tem outras ações, já tem que indenizar a criança. Eles tem alguns casos até de obstrução do direito ao abortamento de algumas crianças e até de cárcere de algumas mulheres que foram violentadas e não puderam ter acesso ao abortamento. Isso aí existe, certo?! Mas fora isso aí do jornal não. A gente acha importante falar isso que tem até ações judiciais contra esse grupo, eles vão perder todas. Mas fora isso, não. Geralmente é o contrário, o que recebo é muito carinho da população. Na verdade eu só recebo carinho.

Bloco de 2 perguntas sobre a movimentação presencial no dia do procedimento da menina de 10 anos

6- Ainda sobre o caso da menina K, diversos grupos ocuparam o Hospital Cisam, contra e a favor do procedimento. Como se deu essa ocupação? Quais foram as implicações das pessoas contra a realização do aborto naquele ambiente? E quais foram as implicações da presença das pessoas favoráveis ao procedimento?

Esta pergunta foi pulada, uma vez que o entrevistado acabou respondendo anteriormente.

7- Foi planejada a entrada da menina pelo portão de carro, ela estando escondida no porta-malas no momento em que você fazia uma certa distração na entrada principal. O que indicou que aquela multidão na porta do Cisam tinha como objetivo impedir especificamente a realização do procedimento da menina capixaba?

É porque eu recebi uns áudios. Eu fiquei acompanhando, mas tranquilo, dia de domingo, então foi só pra acompanhar, saber se chegou direitinho, comunicar com o plantão que estava chegando. Porque a gente mantém sigilo, então eu só comuniquei na hora um "olha, tá chegando uma menina, tal horas ela vai chegar aí e vem com a assistente social. Vê

se acolhe direitinho. Já falei com a enfermeira que separou um quarto". Então falei só assim para a chefe de plantão.

E nesse momento que ela tinha chegado eu recebi áudios de uma amiga médica com as gravações descrevendo o caso, o nome dela, dizendo que tinha acabado de desembarcar no aeroporto do Recife, estava caminhando pro Cisam e convocando as pessoas para irem para lá para impedir que essa criança tivesse acesso ao hospital. Quer dizer, gravações até mesmo antes do avião descer. Foram duas gravações diferentes de dois homens diferentes que eu recebi convocando e dizendo que alguns grupos já estavam indo e com isso alguns grupos já estavam lá [no Cisam] e dizendo a hora que [a menina] iria chegar.

Aí eu fiquei assustado porque para mim estava tudo em sigilo. Só quem estava sabendo era eu e o Secretário de Saúde do Estado porque eu comuniquei a ele. Então eu fiquei preocupado e tive que ir lá [na maternidade]. Eu fui até com minha esposa e chegando lá, realmente, a maternidade estava lotada. Como eu fui no carro da minha esposa - porque eles também podiam saber qual é meu carro - eu tive dificuldade de entrar no estacionamento que eles já estavam cercado, mas quando entrei lá na maternidade foram chegando mais pessoas. Em quinze minutos eu falei com a chefe da enfermagem e vieram me chamar. "Olha, doutor! Tem um grupo de políticos aí chefiado por uma deputada que quer falar com senhor". Aí eu disse: "Eu não vou sair porque eu não tenho o que falar com eles, eu já liguei para polícia porque precisa se garantir que esse carro entre".

Eu já tinha falado no telefone com o motorista para dizer que não entrassem no Cisam e ficassem rodando o quarteirão porque estavam sabendo a placa e a marca do carro. Eles tinham ido ao aeroporto e sabiam o voo. Aí tiraram fotografia e espalharam a placa do carro.

Mas aí Lia⁴⁷ teve uma ideia. "Olímpio, sabe o que você faz? Provavelmente eles pensam que é você quem vai fazer o procedimento. Você sai pra conversar". Aí eu saí, mas não há conversa. Você vai tentar responder, mas não há conversa. Eu tentei dizer: "Olha, tem um mandado de segurança. Tá protegida por lei, ela tem risco de morte". Mas não adianta.

Aí Lia saiu comigo e o pessoal saiu para fazer um cordão em torno da minha pessoa, um portão ficou livre e conseguiram [a menina e demais pessoas no carro] entrar. Eles [do grupo pró-vida] perceberam que o carro entrou e pensavam que era eu quem iria fazer o procedimento e a estratégia era não me deixar entrar de volta pra maternidade, entendeu?! Por isso que cercaram a maternidade e não deixaram. E, realmente, eu não consegui entrar na

⁴⁷ Lia é o nome fictício de uma professora de Enfermagem da UPE e gestora executiva do CISAM.

maternidade. Aí eu fui para o outro lado da rua onde tem os ambulatórios e fiquei guardado lá com o segurança. Enquanto isso, o carro da polícia chegou e eu consegui entrar de novo na maternidade, mas por outro portão. Tem várias filmagens sobre isso. Mas não sou eu [quem realiza o procedimento]. Eu sou o diretor, eu deixei de dar plantão no Cisam tem quatorze anos. E não é Olímpio fazendo o procedimento, são todos os plantonistas. A maior parte, mulheres. A gente não revela os plantões. Eu sigo como um protetor do serviço para não personalizar as pessoas que trabalham no Cisam.

Interferi Olímpio para perguntar se ele lembrava quem eram as pessoas que falavam no áudio que vazou informações sigilosas convocando os grupos pró-vida para o Cisam, o que ele respondeu:

Eram homens e identificaram depois. Um é médico. Eu não sei o nome dele, mas é o presidente do grupo do Colégio Damas. Pela voz realmente, o pessoal disse que era. O outro eu realmente não me lembro.

Bloco de 5 perguntas sobre as implicações legais no aborto assegurado no Brasil. Esse bloco foi iniciado com uma pergunta "extra" quanto a classe social, identificação racial e escolaridade da menina capixaba. Questão a qual Olímpio respondeu categoricamente que a criança era negra e muito pobre.

"A avó trabalhava como vendedora ambulante na praia de São Mateus. E que eu saiba ela só não tava indo para escola naquele período por causa da pandemia, mas não me consta que ela estava atrasada não. Acho que a série era compatível com a idade de 10 anos. Mas muito muito pobre e negra ela. Uma menina negra muito bonita ela. Mas uma menina de 10 anos", disse o diretor do Cisam.

8- Em uma de suas entrevistas, o senhor comenta sobre a negação do direito à criança desde o Espírito Santo, inclusive com um bloqueio do Conselho Tutelar para que a gravidez da menina chegasse em 22 semanas e ela não conseguisse realizar o procedimento. O senhor poderia comentar mais sobre isso? O ganho do lado pró-vida ou pró-escolha seria muito simbólico? Como se deu esse bloqueio do Conselho Tutelar? E qual a obrigatoriedade ou não em seguir essa norma técnica?

Eu me lembro da história né?! A avó percebeu alguma coisa diferente. A menina com a barriga crescendo, com náuseas e vômitos, foi ao médico e deu o diagnóstico de gravidez. Foi aí que ela pressionada contou o que se tratava desde os seis anos.

Alguém, assistente social, não sei, mas alguém acionou o serviço de atendimento ao aborto previsto em lei. Em vez do Conselho Tutelar dar o encaminhamento correto, houve uma intervenção de pessoas ligadas ao Governo Federal que ficaram sabendo, como a Ministra Damares, [da pasta] da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tem ligação com os Conselhos Tutelares. Embora os Conselhos Tutelares sejam eleitos para defender o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas sendo que muitos Conselhos Tutelares foram instrumentalizados, muitas vezes ligados a movimentos religiosos. E isso fez com que houvesse interferência. Procuraram saber também qual era a idade gestacional e era de 18 semanas. E concluíram que, ultrapassando 20 semanas, talvez 22, o hospital lá - que seguia sim o que determina as normas técnicas no Ministério da Saúde e da Obstetrícia - [não faria], porque na obstetrícia o abortamento é até 22 semanas, depois não é aborto. A ideia era bloquear essas três semanas ou quatro, um mês, que ela não tinha como procurar ajuda para só liberá-la quando ela tivesse passado da idade gestacional que não conseguiria fazer a interrupção.

E esse plano foi acontecendo, mas claro que há falhas, porque há outras pessoas que vão tentar furar isso. Então provavelmente outros movimentos acionaram o Ministério Público e o Ministério Público determinou a interrupção da gravidez. Mas sendo que quando determinou, já tinha mais do que 22 semanas. Ela foi transferida para hospital da capital e, como era esperado, esse hospital da capital disse que não faria porque já tinha ultrapassado as 22 semanas.

Nisso, existe um grupo lá, com Ministério Público, com o movimento de mulheres etc, existe uma rede de movimento mulheres. A gente também tem a nossa rede. A federação da Ginecologia tem uma comissão muito atuante de violência contra mulher e abortamento previsto em lei. Então qualquer coisa que aconteça no Brasil é como uma teia, mexe naquela pontinha e você sabe, todo mundo fica sabendo o que está acontecendo. E funciona.

Foi aí que a gente tentou, digo tanto a gente da Febrasgo, a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, para dar apoio, como também mulheres e juristas, que procuraram o que fazer. Foi aí que o Ministério Público fez uma determinação para interrupção da gravidez, embora já tivesse passado de 22 semanas, interpretando que na lei

não fala em idade gestacional e interpretando que quando ela procurou ajuda ela tinha 18 semanas.

[Interrupção para questão de esclarecimento.] Então não há uma obrigatoriedade mesmo em se seguir o procedimento em até 22 semanas, o que há é uma indicação?

É uma norma técnica de segurança. Porque é claro, nós que somos médicos sabemos que quanto mais precoce for feita a interrupção, mais seguro é. E quanto mais semanas passam, mais risco há. Porque um parto é muito mais arriscado do que um abortamento previsto em lei. E existe até a possibilidade de ser um parto mesmo, nascer a criança viva com chance de sobrevivência. Então você delimitar o quanto mais precoce possível para não causar esse problema. Mas, sim, é uma norma técnica, viu?! Não é uma lei. Não tem limite a lei brasileira porque é uma lei de 1940 e quando ela foi feita, em 1940, não tinha ultrassom.

Então eu recebi a ligação do Secretário de Saúde [de Pernambuco]. Eu já estava acompanhando e até esperando porque o Cisam é conhecido nacionalmente e a gente recebe. Recebia muito, antigamente, da Paraíba. Hoje a Paraíba é independente, [risadas]. Tem em Campina Grande, tem vocês aí em João Pessoa, tenho Roberto Mariano, tem a professora Melânia, então agora não vem mais. Mas você sabe que lá atrás, quando [o Cisam] surgiu em 1996 e nós fomos o segundo ou terceiro serviço, foi o grupo da gente quem treinou o pessoal aí da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte, do Brasil todo. Ao menos Norte e Nordeste foi com a gente e foi criando sementinhas. No começo a sementinha chegou lá [na Paraíba] e ficou seca, não deu muito certo. Mas depois deu, depois ela pegou. Vocês estão aí trabalhando.

Tem um caso, aconteceu há vários anos atrás quando vocês inventaram os seguros, aí nós recebemos uma ligação da Secretaria da Mulher ou da Saúde, não me lembro, mas era para encaminhar uma paciente, uma menina jovem grávida de estupro e eu achei estranho, mas disse que podia mandar e assim mandaram pra cá [no Recife]. Não entendia por quê João Pessoa estava mandando se João Pessoa tinha o [Hospital e Maternidade] Cândida Vargas que já funcionava. E quando chegou lá [no Cisam], duas horas de viagem né, eu tinha dito a assistente social: "me avisa quando chegar porque eu quero entender, até para me comunicar o pessoal de lá de João Pessoa para entender porque eles encaminharam, qual foi a dificuldade". E quando chegou a gente tinha os protocolos, os documentos que tinham que ser assinados, o

termo de consentimento, o relato circunstanciado de como ocorreu, o termo de responsabilidade em que a pessoa assume dizer a verdade e se não tiver dizendo a verdade os profissionais médicos não são responsabilizados - é a mulher - e também o laudo técnico que assim a gente vê que a idade gestacional coincide com a data da violência. Porque tem vezes que a mulher, não é que ela esteja mentindo, mas é que ela pode ter sido violentada e já estava grávida. Ou então que aquele estupro não resultou em gravidez e ela engravidou depois e isso aí passa a ser uma gravidez indesejada. Agora tem que saber pra ter autonomia. E para a nossa surpresa estava tudo certo. Não tinha nenhum motivo para negar o abortamento e não encontraram nenhum fato técnico do porquê João Pessoa não fez. A gente não entendia o porquê não. Aí a assistente social lendo, viu um detalhe e fez "será que é não é por causa disso?". Aí eu fui ler a história do que ela declarou. "Será? Será? Tu acha que é isso? Não é possível!".

A história é de que essa menina tinha ido para uma praia com amigos e tinha bebido, fumado cigarro de maconha e foi estuprada. Não sei qual é a parte, mas é uma praia muito famosa daí, muito bonita. Eu não vou dizer a praia porque pode ser que alguém leia e bata as informações, lembre do fato e diga "eita é aquele caso!". "Será que foi isso?". Aí eu liguei para os meus amigos daí [de João Pessoa], da maternidade.

[Olímpio começa a simular uma conversa telefônica]:

- Fulano, eu tô com um caso de vocês. Por que vocês não interromperam?
- Porque a gente ficou inseguro
- Mas eu tô lendo a lei aqui que trata do abortamento e não tem essa de 'com exceção dessa praia' ou então 'desde que não beba e não fume cigarro de maconha'. Se tiver nessa praia ou beber ou fumar cigarro de maconha é para ser estuprada. Não tem isso.

Então são questões de valores que você coloca, assim, como se fosse uma mulher honesta, ou uma mulher que bebe, ou que usou minissaia, ou uma mulher que saiu sozinha e pegou o Uber... essas outras estavam querendo ser estupradas. São questões de valores, porque uma mulher que se diz de respeito ou então a 'bela, recatada e do lar' não vai fazer um negócio desse.

É como saiu até uma pesquisa, que é muito triste, que diz que 26% das pessoas acreditam que algumas mulheres merecem ser estupradas. É uma pesquisa que saiu há alguns anos, mostrando como nossa sociedade é machista, misógina, classificando que tem algumas

mulheres que "pedem para ser estupradas". E esses valores culturais que tem dentro do Nordeste brasileiro que é extremamente machista.

9- Um dos casos previstos em lei para a legalidade do procedimento de aborto é em gestações decorrentes de estupro. No atendimento clínico, é percebido que as gestantes tem conhecimento que o estupro é toda e qualquer relação sexual sem consentimento ou, na prática, há uma interpretação limitada do que seria estupro e sexo consensual?

Eu vou além. Não é só as gestantes não. São os profissionais de saúde, são as enfermeiras, as técnicas em enfermagem, assistente social, médicos. Não sabem o que é estupro. Eles não imaginam, não tem ideia que no estupro o agressor pode ser o marido, ou namorado. Não tem nenhuma ideia disso aí, não entendem, não se aprofundam nisso. Eles pensam que o estupro é quando bota uma arma na cabeça, de um desconhecido. Mas 70%-80% dos estupradores são pessoas muito próximas à mulher, principalmente quando é adolescente, que é a maior parte. Não são pessoas desconhecidas. O perigo não está na rua, está perto, está ao lado, ou está dentro de casa, ou na família.

A mulher não morre do desconhecido, no feminicídio também, a violência do feminicídio está no lar ou na família, muitas vezes. Essa ideia de que a família tradicional hétero-normativa é uma proteção pra mulher, não. É essa família normativa é a que geralmente causa a morte à mulher, porque essa família construída é colocada na cabeça das pessoas que a mulher é um objeto, uma propriedade ou da própria família ou dos homens da família.

Às vezes o pessoal me pergunta e você pode querer saber: 'Olímpio, como é que o Brasil foi o primeiro país da América, antes da Austrália também e da maior parte dos países, a ter uma lei que permitia o aborto?'. Porque queira ou não queira, permitiu o aborto em caso de estupro e nos Estados Unidos não tinha isso, nem no Canadá. A gente só tinha na Alemanha, na Itália, na Inglaterra, na União Soviética ou na Rússia até antes da revolução comunista. Mas o Brasil foi o primeiro do Novo Mundo a ter uma lei. E como é que pode? E criada por quem? Por Getúlio Vargas, um ditador. Mas Getúlio Vargas se espelhava muito na Europa. Ele era até próximo, assim, do sistema de ditadura que naquela época florescia na Europa como o fascismo e o nazismo. E no fascismo/nazismo tinha uma teoria eugênica, racista, de que o estupro levaria a uma delinquência da sociedade porque o homem é criminoso pelo DNA dele, ele traz isso. E se ele estupra, esse gene defeituoso vai passar para outra

geração. E também essa pessoa pode ser um outro estuprador, ele [o filho] também vai ser um criminoso. Então essas são teorias racistas e eugênicas. E outra coisa também, quem decidia se era aborto não era a mulher, era a família. A mulher era propriedade do homem, então era o homem quem tinha o poder de decidir se a mulher abortaria ou não. Então, na verdade, era para proteger as famílias. Por exemplo, o estuprador eu não conheço. Aí nasce um 'de cor' na família. Que vergonha para uma família cristã e dos bons princípios que uma menina engravida de um bandido e a família vai cuidar. Tanto era assim que quando Getúlio fez a lei os movimentos religiosos não foram ao Palácio do Catete ou chamaram o Getúlio Vargas de assassino. Nem os padres da época ou a Igreja Católica excomungaram Getúlio Vargas. Quer dizer, a gente [Olimpio e a equipe do Cisam] foi excomungado muitos anos depois [fazendo referência a um caso antigo]. E Getúlio Vargas não foi excomungado e se dava muito bem com a Igreja.

O problema é quando você pega essa lei, com o passar dos anos, com o SUS, com o empoderamento das mulheres no movimento feminista, passa esse poder para as mulheres. Se tivessem com os homens nós não teríamos problema [com a Igreja e setores conservadores do Brasil]. É muito cruel isso.

Você pensar que nos Estados Unidos foi nos anos 1970, trinta anos depois. No Canadá nem lei existe. É uma conduta médica. E tanto é assim que, historicamente, no Brasil foi quando surgiu a democratização e o SUS que perceberam 'tem essa lei, mas agora tá sendo criado o SUS. A gente tem que oferecer isso às mulheres, existe uma lei e as mulheres não têm acesso'. Foi aí que foi dando "problema". 'As mulheres vão ter direito a isso? Elas vão poder?' Porque do jeito que tava, tava bom. As mulheres não têm direito. Os homens que decidem e as pessoas que têm dinheiro. 'O quê? Pegar dinheiro público para fazer o procedimento e dar o direito às mulheres?'. Então começou a haver o "mal estar", preocupado com o embrião, que não é com o embrião com quem estão preocupados, porque se fosse assim eles chamariam de assassino quem faz reprodução humana. Porque na reprodução humana você usa um embrião e descarta 90% e você não vê essa perseguição. Então eles não estão preocupados com os embriões jogados fora da reprodução assistida, primeiro porque não está no corpo de uma mulher e eles ficam preocupados se o embrião tiver no corpo da mulher. E a outra coisa, não é mulher pobre nem negra, são mulheres que tem dinheiro, brancas que estão fazendo o assassinato de embriões.

10- Em outra entrevista, o senhor falou que uma nova portaria foi escrita depois do caso da menina K. que complica ainda mais o processo de aborto legal, ao exigir, por exemplo, que o médico faça e mostre a ultrassom para a grávida. Comente um pouco sobre essa portaria. Como e por quê ela foi escrita? Qual a situação atual?

Essa portaria, na verdade, lembrando que portaria não é lei. Então, o Ministério Público... Primeiro que essa portaria caiu e colocaram outra tirando a parte que falava do embrião e mudando também o termo de consentimento. Porque o consentimento anterior que eles botaram para ser seguido era tanta complicação que acontecia, que parecia que você ia fazer um transplante de cérebro ou de coração. Coisa que não é, porque o abortamento feito por um médico é muito mais seguro do que um parto, então não precisava daquela quantidade de complicações que botavam que era para a mulher desistir. Tiraram isso e tiraram a obrigatoriedade do ultrassom, mas mesmo assim continuaram com a obrigação de comunicar a autoridade policial em 24 horas. Isso é entendido que há uma quebra de sigilo. Isso também é conhecido que fere a nossa constituição de [direito à] privacidade. A pessoa, claro, que é vulnerável, tudo bem. Mas se a pessoa é adulta, ela quem decide, ela não pode ter vinculado o atendimento médico à obrigação de fazer a denúncia. Você tem de empoderar essa pessoa e é bom que ela faça, mas você não pode vincular porque assim ela não procura ajuda. Porque ela é ameaçada: “se você for você morre”. E ela não vai. Ela vai se suicidar, ela vai tomar veneno, ela vai fazer outra coisa.

A gente [no Cisam] não segue essa portaria. A gente oferece, mas não vincula. A gente até comunica, assim, os números, para um controle de estatística. Mas não vinculando [o atendimento] até porque não foi regulamentada. E a polícia também não tem o que fazer com esse dado, certo?! E não é obrigatório para a mulher fazer o boletim de ocorrência.

[Interrupção para questão de esclarecimento.] A portaria então criou mais condições para se fazer o aborto legal?

Na verdade, a portaria foi criada para obstruir a mulher, criar uma dificuldade. Porque antigamente, como essa portaria pensa, seria obrigado o boletim de ocorrência. Uma mulher que é estuprada, ela quer se livrar do problema. Ela pensa depois em fazer o boletim de ocorrência. Se fizer na hora, tudo bem. Se quiser fazer o boletim, maravilhoso. Vai colher o

material, vai fazer o estudo do citológico e até serve de prova para condenar o agressor. Mas tem que ser uma decisão da mulher. Não pode ser uma decisão dos médicos de vincular isso ao atendimento médico. É a mesma coisa se eu tô no hospital e tem uma pessoa que levou um tiro, um tiro na perna. Aí eu faço:

- Opa, tudo bom? Quem foi que deu esse tiro em você?
- Ah, eu não quero dizer não.
- Então você vai morrer porque eu não vou atender você. Eu só vou atender você se você falar pra mim para eu abrir o processo policial contra quem atirou em você.

Se eu chegar com um braço quebrado de um jogo de futebol que meu irmão me empurrou na grade e foi expulso e eu quebrei meu braço. Aí eu chego lá no hospital e tô com o braço quebrado e o médico pergunta: 'mas quem foi que fez isso?'. Eu não vou dizer. Aí eu vou dizer que é meu irmão para abrirem um processo contra ele? Não tem sentido, né?!

Claro que você tem que dar condições de oferecer a mulher que ela se sinta acolhida. Ela vai ser protegida, vai ter casa de abrigo. E o filho dela, onde vai ficar? Ela não tem trabalho. Aí nesse momento que ela consegue perceber que ela vai ficar segura e os filhos também, aí ela toma a decisão. Mas não pode ser o contrário.

11- Sobre a objeção de consciência, a possibilidade legal do médico se negar a realizar o procedimento de aborto é um empecilho para a promoção da saúde? Ou apenas um direito individual que não interfere diretamente no atendimento às gestantes?

Interfere muito, demais! E no nosso código de ética médica está garantida a objeção de consciência, mas também é garantido que a mulher não pode ser prejudicada, mas termina sendo prejudicada porque a partir do momento que você procura um serviço e não é atendido, o fato de ser transferido para outro serviço e chegar lá e o outro médico também ter objeção de consciência e vai pra outro e também tem objeção de consciência e aí? E ela precisa viajar.

Porque muitas vezes o profissional com objeção de consciência não encaminha e a mulher não sabe o que fazer. Ou então, ao invés de procurar ajuda, ela sofre essa violência mesmo, ela passa a ser julgada como culpada. A pessoa extremamente fragilizada, ela desiste. "Eu vou tentar em outro hospital para o médico dizer que eu sou errada, que eu sou assassina, que eu não devo fazer isso, que é pecado, que 'você não tem vergonha de inventar essa história de estupro?'" . É uma coisa assim que ela não se sente acolhida.

É muito difícil a mulher verbalizar uma violência. É revitimizar a mulher, ela ter que contar a história. E pior, ao invés de estar sendo acolhida ela está sendo julgada. ‘Eu fui vítima, eu não sou a agressora. Eu não cometi crime’. Mas, muitas vezes, ela se sente numa condição de fragilidade tão grande que ela se sente desorientada a como procurar ajuda.

Então isso é muito ruim. Não poderia acontecer. E era para quando acontecesse isso, as mulheres terem força e condições de denunciar, mas elas estão tão fragilizadas que elas não conseguem nem denunciar, porque elas tem medo que se denunciar vão sofrer outra violência.

[Interrupção para questões de aprofundamento.] Então você acha que não deveria essa possibilidade de objeção de consciência pros médicos?

Não podia ter. Não podia ter a objeção de consciência. Primeiro, o que é a objeção de consciência na sua origem? É quando você é recrutado para fazer alguma coisa que você não queria. Mas a partir do momento que você escolheu ser médico, você tá lá para promover saúde e seguir as leis do seu país. Se tem espaço legal de promoção de saúde, que existem resoluções, existe portaria, existem leis sobre isso, se é um direito, se isso causa dano para levar a morte, eu tô sendo pago pelo SUS, eu não posso estar ocupando esse cargo para ser um objetor.

E eu digo que é assim... Em muitos países desenvolvidos o médico não pode alegar objeção de consciência, porque ele não foi obrigado a ser médico, muito menos a ser obstetra. Se você diz: ‘eu sou médico e tenho objeção de consciência em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, eu acho que a mulher não devia usar pílula porque minha religião não permite. O DIU, eu acho que é abortivo, mas é minha crença e minha religião que diz isso para mim’. Então você não pode fazer obstetrícia. Porque do mesmo jeito, olha: ‘eu sou Testemunha de Jeová. Vou ser médico’. Por favor, não vá ser hematologista não, nem cirurgião nem obstetra, porque 5% dos partos têm hemorragia e as evidências mostram que para salvar a vida é transfusão sanguínea. E você não pode usar a sua objeção de consciência para proibir uma ação baseada nas evidências, nos protocolos éticos e científicos. Você está lá para ser médico, não é para ser religioso. Você quer ser religioso, é em outro lugar. Não dentro do hospital. Então é entendido nas sociedades mais avançadas que [o médico] não foi recrutado.

Então isso é um corporativismo dos profissionais que olham para o próprio umbigo. Mas muitos desses profissionais que olham para o próprio umbigo e que dizem ter objeção de

consciência, na grande maioria é uma objeção de consciência falsa. Quando chega uma pessoa, por exemplo, que ele tem afeto, algum familiar, ou a própria filha ou a própria mulher, ele age diferente. E no nosso código de ética médica não existe um código de ética médica para quem eu amo e para quem é rico e um código diferente para quem é pobre e eu não conheço. Não existe, o código de ética médica é igual. O código de ética médica tem um capítulo dos direitos humanos e ele não pode discriminar ninguém, não existe isso. Então é uma atitude antiética, na verdade. Porque tem entrevista que a gente já fez na Febrasco há mais de 15 anos - e que eu acho que não mudou - perguntando se você já orientou ou orientaria alguém a ter um aborto seguro sendo ilegal. 40% dos ginecologistas diziam que sim, no consultório. Mas se a pessoa for muito próxima a você? 80% diz que sim. Então, não pode, de acordo com a proximidade, você ter uma ética diferente.

Mas tudo existe, eu entendo, como atenuante, mas isso aqui - me desculpe - é uma falta de caráter tremenda você ter dois códigos de ética médica. Como atenuante, é a covardia, certo? Muitas vezes é a covardia. Primeiro que a covardia eu acho que já é um problema de ética. Mas pra amenizar diz que não é um problema tão grave, mas é uma covardia. Porque como é ilegal, as pessoas têm medo de se expor, então é melhor ser protegida, né?!

A criminalização do aborto inviabiliza a medicina, porque não dá chance para você exercer a medicina de forma ética, correta. Porque quando se criminaliza o aborto, a própria mulher que aborta, ela não conta para o médico que abortou nos hospitais públicos com medo de ser julgada. Então ela conta que está com febre há três dias. Você [médico] mede a temperatura. Ela diz que está com dor na barriga, mas ela diz que começou agora. Aí o médico pergunta:

- Aconteceu alguma coisa? Como foi isso? Alguma de repente? É na barriga como? Quando urina, dói?
- É, algumas vezes dói.
- E você está grávida?
- NÃO, não tô grávida não.

Ela nega a gravidez. Aí o médico é induzido a pensar que é uma infecção urinária, a pensar que pode ser uma virose. Aí ele passa um medicamento de acordo com a hipótese do prognóstico, vai pedir exames e essa paciente vai embora. Quando retorna algumas horas

depois, ela já retorna com infecção generalizada. Aí o médico faz o diagnóstico e tem uma perfuração uterina e que não vai mais poder salvar aquela mulher.

Simplesmente porque com a criminalização deixou de acontecer um princípio básico da medicina que é a confidencialidade, que é a relação de verdade. Você tá perto do médico e é como se você tivesse conversando com seu pastor, seu padre, seu guru etc. Não pode existir relação de mentira ou de esconder alguma coisa, porque assim o médico não vai fazer uma anamnese e não vai chegar a um diagnóstico correto. E isso é a diferença entre a vida e a morte. Então é essa a outra questão perversa da criminalização também.

12- A indicação no pré-natal para a possibilidade de abortamento, quando está previsto em lei, é um procedimento padrão? Por quê?

O correto, existe até uma norma técnica de 2014, que é como utilizar corretamente o teste rápido de gravidez. O teste rápido de gravidez existe no SUS e em todos os postos de saúde. Ou seja, a mulher procura o teste de gravidez porque pensa que existe alguma possibilidade de estar grávida. Eu garanto a você que a possibilidade de estar grávida não é uma situação indiferente para a mulher. É uma situação de estresse e ansiedade. Então você tem que atender essa mulher o mais rápido possível e dar o diagnóstico rápido, porque o teste é rápido. E nesse processo de realizar o teste, você tem que ser treinado, porque você tem que saber que existe quatro possibilidades, duas alegres e duas tristes. Aí você tem que fazer a pergunta antes de fazer o teste. ‘Tudo bom fulana? Você estava planejando ficar grávida? Estava desejando?’. Aí você vai ouvir um não ou um sim. ‘Olha, você vai fazer um exame e independente do resultado a gente vai continuar a nossa conversa, tá certo? Porque eu tô aqui para te ajudar, eu tô do teu lado’. Aí se ela se sentir acolhida ela vai voltar para conversar sobre o resultado. Ou você vai dar o resultado na frente dela ou ela já vai ter o resultado e você vai conversar com ela. E se, caso ela retorne, sejam as duas notícias alegres, quando ela tá grávida é pré-natal imediatamente, quanto mais precoce o pré-natal, melhor. Se ela não quiser estar grávida e não estar grávida:

- Pô, que sorte ein?! Vamos fazer o seguinte, para a gente não ter outro susto. Eu vou te encaminhar agora para a gente colocar um método anticoncepcional seguro de longa duração, porque é muito mais seguro que a camisinha que tu tava usando com o comprimido. Falhou, tu viu? Falhou! E a injeção tu não teve dinheiro, faltou no

posto... falhou. Então vamos colocar um DIU e não sei o quê. Vou dar orientações para tu não correr mais risco. Porque tu tá alegre agora que escapou, mas daqui para o próximo mês e depois? - Então esse momento é muito bom de sensibilizar a mulher para o uso do método anticoncepcional seguro de longa duração.

- Eita tem razão, eu não quero passar por isso mais não. E tem aqui?
- Tem!

Aí você vai evitar uma gravidez indesejada no futuro.

Nos dois [cenários] tristes: ela quer ficar grávida e não está. Então você vai perguntar:

- Faz mais de um ano que está tentando?
- É, mais de um ano.
- Ah! Eu vou te encaminhar para um médico legal e ele vai pedir exame do marido para saber o que está acontecendo, tu já devia tá grávida.

E a outra, que é o mais difícil, ela não quer estar grávida e está grávida. Ela geralmente chega muito triste, muitas vezes chorando, muitas vezes desesperada, porque 30% das mulheres brasileiras não desejam gravidez, e estão desorientadas. Aí você vai ouvi-la, vai conversar com ela.

- O que eu posso fazer para te ajudar? Conta tua história pra mim.

E muitas vezes quando ela conta a história, ela não sabe, mas a gente sabe, que aquela história é de estupro. Muitas vezes ela contando a história dela de como aconteceu, a gente pode perceber na história dela e nos exames físicos que ela tem uma doença e aquela doença pode ser agravada pela gravidez e botar em risco a vida dela.

- Eu sou cardiopata e tenho uma válvula e o doutor disse que eu não podia engravidar.
- Ah, então tu tem direito ao aborto.

E assim vai. Você conversa com ela. E se chegar num ponto em que ela também pode falar:

- Foi falha minha. Eu transo com meu namorado e só com a camisinha. E ele furou a camisinha.

Isso é estupro também. É estupro com fraude. Ou então [ela] transou sem camisinha quando achava que [ele] estava com a camisinha. Isso é estupro.

- Não, eu não fui violentada não, é que eu sou mulher de programa.
- Qual tua idade?

- Tenho 17 anos. Tem um cafetão... eu trabalho para um homem, um grupo, eu me prostituo e passo uma parte do dinheiro para eles.

É estupro também, porque o Estatuto da Criança e do Adolescente coloca que relação sexual com crianças ou adolescentes por exploração sexual é um estado de vulnerabilidade, que o Estatuto da Criança e do Adolescente entende que deve ser interpretado como estupro. E as pessoas não sabem disso.

[Interrupção para questões de aprofundamento.] Muitas possibilidades [para o aborto legal] que só surgem quando é realizada a conversa.

Sim, e você tem que querer ouvir a história. Ou se não:

- Eu tenho 22 anos, sou jornalista, tenho um namorado, mas eu não quero ficar grávida. Não quero, foi um acidente e o namoro acabou.
- Fulana, nesse caso não tem direito ao aborto legal não. Mas tô aqui para a gente diminuir os riscos possíveis e transformar esse aborto clandestino num aborto menos inseguro para você não ter complicação e eu tô aqui para dar todas as orientações e vou estar do teu lado.

Pronto! Você não pode fazer o aborto, mas você pode, sim, tomar ações de saúde e de orientações para que ela não morra. É mais importante salvar a vida, da mulher no caso.

Bloco de 2 perguntas sobre a prática do abortamento legal no Brasil

13- Dr. Olímpio, como o senhor avalia o serviço do Cisam só ter 24 anos e ser o terceiro mais antigo do Brasil?

Eu acho que é falta de decisão política, das pessoas terem acesso à informação para pressionar que aconteça, né?! Porque a gente está ficando para trás. A gente tá vendo aí o Uruguai nos deixando para trás, a Argentina, a Colômbia, a Bolívia mudando a lei, o México, agora a nova constituinte do Chile vai mudar também a lei de abortamento. Então a gente está se alinhando cada vez mais com os países da Idade Média, ficando para trás. E isso [a legalização do abortamento] é necessário à população, é isso que a gente está fazendo.

Eu acho que todo homem que respeita as mulheres, que goste das mulheres [ri], ele devia abraçar essa causa. Fazer o que a gente chama de *advocacy*, militância. A gente tem que lutar politicamente para que a gente vença os negacionistas, misóginos, que é a mesma coisa, a mesma linha de pessoas, é o mesmo grupo, é a mesma ideologia de negação, de voltar ao passado, de querer ser contra as mudanças né, porque esse pessoal se incomoda com as mudanças. São pessoas que querem viver um tempo que não pode voltar atrás, um tempo em que se existia um grupo dominante e os outros não tinham poder. Numa democracia, com diversidade, com pluralidade a gente tem de fazer com que todos tenham o mesmo direito e tem população que acha que isso não deve acontecer. Com relação às mulheres isso é muito grave. Quando a boa mulher é aquela recatada e do lar tem uma mensagem muito forte isso daí. As outras não prestam. Então é esse poder que a gente tem de enfrentar.

E é muito ruim se você pensar “ai Olímpio, mas por que isso?”. Porque já é demonstrado que é muito ruim. Primeiro porque a liberdade é o caminho para a gente ter justiça e ter uma sociedade mais feliz. E se você coloca para o lado econômico, como é que você pode, em um país, achar que só quem deve ter acesso a informação e a trabalho é a metade de um país? E a outra metade? A outra metade tá trabalhando, aumenta duas vezes o poder econômico de um país de avanço científico, de tudo né?!

É esse pensamento também, retrógrado, que dificulta também que populações negras, população de pessoas pobres tenham acesso também à educação. Porque na verdade lá dentro deles tá: “Eita, se o filho da minha empregada estudar, vai tomar o lugar da faculdade do meu filho, vai tomar o emprego do meu filho”. É muita ruindade na cabeça das pessoas de pensar assim. Eles são tão burros que ele não tem noção que se todo mundo estudasse, se o Brasil todo tivesse condições igualitárias com uma boa educação entre homens e mulheres, independente de cor, a gente não teria 60 mil homicídios por ano. A gente teria uma qualidade boa de morar no Brasil e esses filhos das pessoas que defendem isso não estariam indo morar no Canadá ou morar nos Estados Unidos ou na Europa porque o Brasil não é bom para se viver. Então ele não percebe que com isso aí ele ganha. Tá todo mundo ruim. Não tem ganhador, todo mundo perde. Até os imbecis pensam que estão trabalhando em defesa dos filhos, dos netos e não está. Vão fazer é mais muro, mais cerca, mais arame, mais e mais. Não tem saída. A gente vive em uma aldeia global.

Eu moro aqui, que do local da minha janela [fala olhando para o horizonte], eu vejo toda a região norte da cidade do Recife. Eu fico olhando e minha mulher fica olhando aqui,

que se você botar aqui [a vista] tu vai ver os morros todinhos aqui. Do lado de cá tem os prédios, do meu [lado]. Aí eu fico pensando que 60% da população do Recife está do outro lado. Quantas pessoas brilhantes que estão ali? Se você desse oportunidade, quantos cientistas, professores, quantos atletas estão ali? Tanta coisa boa que está ali e que não tem chance de aparecer porque não foi dada chance. E se essas pessoas que não fazem parte desse outro Brasil, desse outro lado da avenida, tivessem as mesmas condições como a gente seria um país diferente. Seria melhor para todos!

Então é isso. É uma luta constante contra a ignorância e é isso que você [fala apontando para mim] está fazendo, por isso que eu estou aqui na sexta-feira conversando contigo.

14- Em uma entrevista o senhor trouxe à tona também a existência de uma rede de médicos de proteção às mulheres. Mas essa seria uma rede paralela e não dentro do sistema do SUS. Você pode comentar sobre a atuação dessa rede e a (im)possibilidade de ela existir de forma institucionalizada?

Não, de jeito nenhum. Nesse momento, nunca! Tem que mudar tudo aí. Mas foi a maneira de a gente criar uma rede paralela já que a gente não contava com a rede oficial. Mas também é um pouco difícil ter essa rede funcionando diretamente porque depende de pessoas nos estados e nos municípios, e em um país democrático como o nosso não vai pensar todo mundo como a rede. Essa rede vai ficar assim.

E já existia essa rede, mas sendo que tinha interfaces com o Governo. Agora não tem mais. A gente, nessa questão de direitos sexuais e reprodutivos, não tem vez nesse momento. Eu tenho esperança sim, eu mesmo já tô mais para lá do que para cá, mas quando eu comparo com uns trinta anos atrás por exemplo, no meu caso mesmo, as mulheres não precisam mais de mim porque tem um bocado de semente. Mas lá atrás quem começou... eu tô no meio porque eu já sou resultado de um grupo que vinha atrás que passou o bastão, sendo que o grupo que passou o bastão atrás era muito pior e quando passou para mim já tinha algumas pessoas, mas agora tem milhares de pessoas.

Então é isso, é continuar e, assim, a Laianna com o trabalho dela com o passar do tempo vai conversando e vai também espalhando isso aí [o conhecimento]. Porque eu acho que é inexorável, é uma coisa sem retorno porque não dá. É como tapar o sol com a peneira,

não vai dar, certo?! Porque não tem contra-argumento [aos direitos reprodutivos] que não seja assim, não existe motivo a não ser o retorno à Idade Média, que a gente queime os livros, que a gente crie novamente execuções sumárias, fogueiras com a caça às bruxas e essas coisas, que a gente negue [a ciência] e volte a acreditar que a Terra é o centro do universo ou que a Terra é plana e pronto, coisas assim. Porque é a mesma raiz do mal. O negacionismo é uma força política e ela não vai ser destruída [espontaneamente], a gente vai ter que combater porque o negacionismo é interessante para esse grupo. É esse grupo também que acha que não tem problema nenhum está destruindo as florestas; que desde que eu esteja protegido no meu apartamento a pandemia não existe e meus trabalhadores têm que pegar o ônibus lotado; que é uma gripezinha, eu tô guardado, mas é uma gripezinha etc.

Então quando a ciência mostra alguma coisa, muita gente acredita que a ciência é um obstáculo, essas pessoas normalmente são antiéticas e inescrupulosas que pensam que o que eles estão fazendo tem sustentabilidade. Mas elas não percebem que não tá fazendo bem até para eles mesmo e pensam assim imediatamente. Não é bom acabar com o planeta, acabar com tudo, acabar com a ciência, acabar com as coisas... para melhorar a vida para os filhos dele. É a ignorância.

Eu tenho esperança que o ser humano, como vem sendo demonstrado em como a gente está aqui há 120 mil anos e vivia por 20-30 anos e [hoje] estamos vivendo 80-90 foi muita luta para a gente poder viver 80-90 anos. Não é possível que a gente vai voltar a viver 20-30 anos. Ou então voltar a ter guerra e essas coisas assim. Isso é tudo do mesmo grupo, certo?! Então, eu tenho fé no ser humano porque eu acho que não vão ser tão burros de destruir o próprio ser humano. E outra coisa, o ser humano perceber que a ciência é aliada do ser humano, a ciência não é inimiga da religião e é a ciência que nos permitiu ter uma qualidade de vida e promover melhorias para todos. Um mundo melhor é através da ciência!